

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

DESAPARECIMENTO DA FLEXÃO VERBAL COMO MARCA DE TRATAMENTO NO MODO
IMPERATIVO – UM CASO DE VARIAÇÃO E MUDANÇA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Henrique Santos Braga

– São Paulo –

2008

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

DESAPARECIMENTO DA FLEXÃO VERBAL COMO MARCA DE TRATAMENTO NO MODO
IMPERATIVO – UM CASO DE VARIAÇÃO E MUDANÇA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Henrique Santos Braga

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profª. Dra. Angela C. S. Rodrigues

– São Paulo –

2008

*Aos meus dois
velhinhos: meu querido pai,
Seu Braga, e minha querida
mãe, Dona Lourdes.*

AGRADECIMENTOS

À minha família: Seu Braga e Dona Lourdes (meus queridos *Velhinhos*); Hernandes (*Tuca, Dilson, Didi*); Máisa (*Maza, Massinha*) e Karina (*sempre Karinhinha*). Muito obrigado por, cada um a seu modo, ter entendido uma presença tão ausente ao longo desses últimos anos e, mais que isso, ter incentivado, estimulado e sonhado junto.

À Professora Angela Cecília de Souza Rodrigues (*Dona Angela!*), por, desde a iniciação científica, vir me ajudando, com toda a dedicação possível, a exorcizar as “assombrações” que teimaram aparecer durante essa longa jornada. Obrigado ainda por, sempre quando me foi mais necessário, não me deixar esquecer que o fazer científico é, além de tudo, prazeroso. Muito obrigado, mais ainda, por revelar isso por meio de seu próprio exemplo.

Ao Professor Ataliba Teixeira de Castilho, pela atenção, pelo incentivo, pelo estímulo e pelo exemplo, sem os quais nem este trabalho nem este trabalhador seriam os mesmos.

Ao agora Professor e desde sempre amigo Marcelo Módolo, pela imediata e duradoura disposição para a amizade. Muito obrigado também por todas as vezes em que, em meio à aflição, apontou-me caminhos, fosse na pesquisa, fosse na vida.

Aos amigos e amigas que, pelo fato de o serem, tornam o universo das Letras ainda mais rico, o que sem dúvida me auxiliou muito na fazedura deste trabalho.

RESUMO

A partir de um *corpus* composto por textos dramáticos, produzidos na região sudeste brasileira entre 1850 e 1975, nossa pesquisa se destina a estudar o uso que os falantes fizeram, ao longo desse período, das formas do singular do modo imperativo. A motivação para esse estudo se deve ao fato de que, em certas variantes do português brasileiro nas quais se trata o interlocutor primordialmente pelo pronome “você”, é já constatado um processo de variação entre a forma imperativa oriunda do indicativo – associada ao tratamento em segunda pessoa do singular – e a forma oriunda do subjuntivo – tida como terceira pessoa do singular. Dada essa sincronia, já analisada por alguns trabalhos, nosso intuito foi investigar usos de épocas anteriores, visando a identificar se, ao longo do tempo, além da variação é possível ainda observar um processo de mudança lingüística envolvendo essas formas verbais. Para tratar do fenômeno em questão, optamos pela Teoria Multissistêmica (*cf.* CASTILHO, 2006), uma abordagem funcionalista que assume a língua como um sistema complexo, no qual os subsistemas gramatical, lexical e semântico-pragmático, embora sejam correlacionados, não estabelecem relações determinísticas. Buscamos ainda sugestões metodológicas da sociolingüística variacionista para quantificar os dados em análise.

PALAVRAS-CHAVE: modo imperativo, variação e mudança lingüística, formas de tratamento, polidez, teoria multissistêmica

Abstract

From a corpus comprised of dramatic texts produced in Brazil's southeast region between 1850 and 1975, our research aims to study speakers' usage of the imperative mood in the singular form. The motivation of this thesis is due to the fact that among certain variations of Brazilian Portuguese language the interlocutor is treated mainly by the pronoun "você". Moreover, a process of variation has already been noticed between the imperative form derived from the indicative mood – associated with the treatment in the second-person singular – and the form derived from the subjunctive mood – considered as the third-person singular. Given this synchrony that has already been analyzed in other papers, our target was to investigate the usage in previous times aiming to identify if besides the variation it is still possible to observe a language changing process involving these verbal forms. To treat the phenomenon in question we have opted for the multisystemic theory (*cf.* CASTILHO, 2006), a functional linguistics approach that assumes language as a complex system in which the grammatical, lexical and semantic-pragmatical subsystems, in spite of being correlated, don't establish a deterministic relationship. We have still searched for methodological suggestions from the variationist sociolinguistic to quantify the data being analyzed.

KEYWORDS: imperative mood, language variation, language change, ways of treatment, politeness, multisystemic theory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. MODO IMPERATIVO: DELIMITAÇÃO E ANÁLISE.....	6
1.1. O modo imperativo e a modalidade deôntica.....	6
1.2. As formas imperativas em análise.....	8
1.2.1. Especificidades morfosintáticas.....	10
1.2.2. Aspectos semântico-pragmáticos.....	10
1.2.2.1. Valores associados ao imperativo – um problema de análise.....	11
1.2.2.2. As formas imperativas como atos de fala.....	12
1.2.2.2.1. Caracterização dos atos de fala em análise.....	14
1.2.3. A delimitação das formas verbais em estudo.....	17
1.3. Formas imperativas e tradição gramatical no Português.....	17
1.4. Variação no Modo Imperativo: a pesquisa lingüística discute o problema.....	22
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	29
2.1. A Teoria da Variação e Mudança.....	29
2.1.1. A variação como parte do sistema.....	31
2.1.2. Análise variacionista em variáveis morfosintáticas.....	32
2.1.3. Da variação à mudança.....	36
2.2. O Funcionalismo como postura de análise.....	38
2.2.1. A Gramática Funcional de Michael Halliday.....	40
2.2.2. A orientação funcionalista de Simon Dik.....	42
2.2.3. O funcionalismo estadunidense.....	44
2.2.3.1. Givón e sua <i>Syntax</i>	45
2.2.3.2. Mudança lingüística e Teoria da Gramaticalização.....	47
2.2.4. Abordagem da língua como um sistema complexo: uma proposta de análise.....	50
2.3. Teoria da Variação e Mudança e Teoria Multissistêmica: uma associação possível.....	54
3. O <i>CORPUS</i> SOB ANÁLISE E UM POUCO DA HISTÓRIA DO TEATRO BRASILEIRO.....	56
3.1. A escolha do <i>corpus</i> – Por que a dramaturgia?.....	56
3.2. Da virada do século à segunda metade do XX: as raízes de um teatro brasileiro.....	57
3.2.1. Obras analisadas – De onde vêm nossos dados.....	62
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	68
4.1. Os critérios para escolha das condições de uso.....	68
4.2. A análise quantitativa dos fatores de variação.....	71
4.2.1. Primeira leitura dos dados: apresentação e discussão dos resultados.....	73
4.2.1.1. Tipo de tratamento dado ao interlocutor.....	73
4.2.1.2. As peças teatrais como fator de variação.....	78
4.2.1.3. Tipos de relação entre interlocutores.....	81

4.2.1.4. A ordem de colocação dos clíticos.....	83
4.2.1.5. A polaridade da oração.....	87
4.2.1.6. A posição dos personagens na hierarquia social	89
4.2.2. Fatores selecionados na primeira leitura e nas leituras por período.....	92
4.2.2.1. Resultados do primeiro período.....	98
4.2.2.1.1. O fator <i>tipo de tratamento</i> no primeiro período.....	98
4.2.2.1.2. O fator <i>tipo de relação entre interlocutores</i> no primeiro período.....	102
4.2.2.1.3. Interação entre subsistemas: a correlação entre <i>tipo de tratamento</i> e <i>tipo de relação entre interlocutores</i> no primeiro período.....	103
4.2.2.2. Resultados do segundo período.....	107
4.2.2.2.1. <i>Tipo de tratamento e polaridade</i>	107
4.2.2.2.2. Interação entre subsistemas: a correlação entre <i>tipo de tratamento</i> e <i>tipo de relação entre interlocutores</i> no segundo período.....	108
4.2.2.2.3. O fator <i>ordem de colocação dos clíticos</i> no segundo período.....	112
4.2.2.3. Resultados do terceiro período.....	114
4.2.2.3.1. O fator <i>tipo de tratamento</i> : uma comparação entre os três primeiros períodos.....	115
4.2.2.3.1. Interação entre subsistemas: a correlação entre <i>tipo de tratamento</i> e <i>tipo de relação entre interlocutores</i> no terceiro período.....	118
4.2.2.4. Resultados do quarto período.....	123
4.2.2.4.1. O fator <i>tipo de tratamento</i> no quarto período.....	124
4.2.2.4.1.1 A inter-relação entre <i>tipo de tratamento</i> e <i>peça teatral</i> no quarto período..	126
4.2.2.4.2. O fator <i>tipo de relação entre interlocutores</i> no quarto período.....	130
4.2.2.4.2.1. Interação entre subsistemas: a correlação entre <i>tipo de tratamento</i> e <i>tipo de relação entre interlocutores</i> no quarto período.....	131
4.2.2.5. Resultados do quinto período.....	134
4.2.2.5.1. O fator <i>tipo de tratamento</i> no quinto período.....	136
4.2.2.5.2. O fator <i>tipo de relação entre interlocutores</i> no quinto período.....	141
4.2.2.5.3. O fator <i>tipo de ato de fala</i> no quinto período.....	143
4.2.2.5.4. O fator <i>polaridade</i> no quinto período.....	145
5. CONCLUSÕES.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa se destina a tratar de uma maneira panorâmica¹ a variação que ocorre entre as formas do singular do modo imperativo. Entendendo que o próprio gênero textual é fator de variação e acreditando que há também um fator regional a ser pesado, limitamo-nos a tecer comentários sobre o português brasileiro (doravante PB) empregado em textos teatrais – já que nosso *corpus* é composto por textos dramáticos –, produzidos na região sudeste brasileira² entre 1850 e 1975. Mesmo assim, porém, acreditamos serem possíveis extrapolações a partir de nosso estudo.

Ao analisar o processo de variação ao longo dos anos, acabamos por constatar que a escolha por uma ou outra forma imperativa parece ser regida fundamentalmente por questões semântico-pragmáticas: enquanto a forma imperativa do indicativo parece ter sido costumeiramente associada a um tratamento mais informal, a do subjuntivo parece se associar a um maior grau de formalidade.

Destacamos ainda em nosso trabalho uma tensão entre essas duas formas imperativas, refletida no uso cada vez mais freqüente das indicativas ante as subjuntivas. Estaríamos assim, ao que tudo indica, diante de um processo de mudança, em que uma das formas tende a definitivamente substituir a outra.

Um primeiro indicativo desse processo pode ser notado pelo descompasso entre a tradição gramatical e o uso efetivo dos falantes: apesar de a tradição determinar uma relação entre cada forma imperativa e uma pessoa gramatical – no nosso caso, segunda ou terceira pessoa –, isso não é sempre observado no uso dos falantes: em contextos de

¹ É válido esclarecer que numa análise panorâmica, embora se considere o comportamento das formas lingüísticas ao longo do tempo, a oposição *sincronia-diacronia* é relativizada, já que se entende que diferentes sincronias coexistam (por exemplo, nos diferentes gêneros textuais).

² Temos consciência de que o rótulo “região sudeste” ainda pode ser um tanto abrangente, porém defendemos que a análise desse universo extenso serve como relevante ponto de partida para posteriores análises, mais detidas em variedades específicas.

predominância do pronome “você”, em que se esperaria a forma de terceira pessoa – a subjuntiva –, é bastante freqüente a forma tida como de segunda pessoa gramatical – a indicativa – (cf. FARACO, 1986; SCHERRE, 1998; LIMA-HERNANDES & SPAZIANI, 2002).

Para tratar do fenômeno em questão, optamos por uma abordagem funcionalista que assume a língua como um sistema complexo (cf. CASTILHO, 2006). Nessa perspectiva, rejeita-se qualquer relação determinística entre os diferentes subsistemas que compõem o sistema lingüístico. Assim, a ativação, desativação ou reativação de uma propriedade se justifica por razões inerentes ao subsistema em que tal processo sociocognitivo se dá. Isso significa dizer que não se admite um caráter teleológico na mudança, refutando-se as teses de que mudanças em um subsistema possam ser causa de alguma alteração em outro.

Buscamos ainda sugestões metodológicas da sociolingüística variacionista para quantificar, por meio do pacote de programas *Gold Varb*, que fatores seriam responsáveis pela ativação, reativação ou desativação da marca gramatical de pessoa (segunda ou terceira do singular) e da marca semântico-pragmática de polidez (maior ou menor grau de formalidade) nas formas em estudo.

Assim, testamos como fatores de variação tanto elementos do subsistema gramatical (*tratamento por “tu”, “você” ou “senhor(a)”, posição do pronome átono, preenchimento e ordem do sujeito*) quanto elementos do subsistema semântico-pragmático (*tratamento por “tu”, “você” ou “senhor(a)”, polaridade, tipos de atos de fala, conversação monitorada ou não monitorada por terceiros, graus de proximidade entre os interlocutores, classe social do falante-personagem*).

Discutimos, então, de que modo a distinção entre formas tidas como de segunda e terceira pessoa gramatical (nesse caso, associada à marcação de polidez) tem

permanecido – ainda que venha sendo cada vez menos freqüente – no tratamento ao interlocutor no modo imperativo, contrariamente ao que normalmente acontece nos usos dos outros modos verbais do PB.

1. MODO IMPERATIVO: DELIMITAÇÃO E ANÁLISE

A noção de modo verbal é inerente ao nosso objeto de análise, já que vamos tratar da variação entre formas do modo imperativo utilizadas do tratamento do interlocutor no singular, no Português Brasileiro. Sendo assim, torna-se fundamental que esclareçamos nosso entendimento sobre o que seja modo e, mais propriamente, sobre o que seja o modo imperativo.

1.1. O modo imperativo e a modalidade deôntica

Uma tentativa relativamente comum de definir modo verbal, rumando ao campo da semântica e da pragmática, é partir do conceito de modalidade, já que se pode compreender modo como uma categoria verbal realizada gramaticalmente e com função modal.

Segundo a proposta de Lyons (1980), temos duas modalidades passíveis de se expressarem numa sentença: a epistêmica e a deôntica. Enquanto a modalidade epistêmica está ligada ao conhecimento, crença, ou opinião, a deôntica está ligada à necessidade ou à possibilidade de atos performativos de um agente moralmente responsável.

Essa segunda modalidade é costumeiramente relacionada ao modo imperativo, caracterizado tradicionalmente por um conjunto de formas verbais que expressam ordens, pedidos e outras relações diretivas.

Há uma imprecisão, porém, ao associarem-se diretamente modo imperativo e modalidade deôntica, por duas razões bastante relevantes: a primeira diz respeito a que as noções de necessidade ou possibilidade que compõem essa função modal não se apresentem necessariamente em enunciados diretivos, como o são os imperativos; a segunda, e mais importante, é que essa modalidade refere-se a necessidades ou possibilidades pré-determinadas em dado grupo social, não simplesmente estabelecidas

numa relação de interlocutores. Quanto a isso, ao apresentarem as diferentes modalidades em seu estudo sobre o PB, Ilari e Basso³ afirmam que

A marca registrada da modalização deôntica, em qualquer circunstância, é a presença da idéia de obrigatoriedade ou permissão, que por sua vez pressupõe um conjunto de princípios de conduta e, eventualmente, uma autoridade externa ao falante que os representa/ impõe.

Esses mencionados princípios de conduta, inerentes à modalidade deôntica, são exemplificados pelos autores em alguns enunciados do projeto NURC, como o seguinte:

L1 eu também prat... eu fui nascido e criado aqui em Salvador, meus pais não têm fazenda, então... praticamente eu não conheço... agora que estou trabalhando na EMBASA é que eu estou conhecendo mais o interior, porque com a construção do sistema de abastecimento d'água tem muita desapropriação a fazer, então nós sempre temos que ir no local, para medir, avaliar os bens, tudo isso

[D2 SSA 95]

Na locução em destaque, “sempre temos que”, não ocorre uma relação diretiva, em que um interlocutor dirigisse um comando a outro. Vê-se também com clareza uma obrigatoriedade que se estabelece por causa de uma *autoridade externa ao falante*, segundo a qual a condição de funcionário da EMBRASA impõe a necessidade de ir aos locais de desapropriação.

Vejam, em contraste a isso, o uso do imperativo neste próximo exemplo, coletado da peça *Que pena ser só ladrão!*, integrante de nosso corpus:

*(1) Você não deixa de interessar-me. Vou, pois, perder alguns minutos e confiar no seu coração de mulher. **Sente-se** aí, mais perto da porta. (p. 188)*

³ ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato Miguel. “O verbo”. In: ILARI, Rodolfo & NEVES, Maria H. de M. (orgs.). *Gramática do Português Brasileiro Culto* (no prelo).

Como é próprio das sentenças imperativas, ocorre uma relação diretiva no comando expresso pela forma verbal “sente”. Relação diretiva essa que não é condição necessária à modalidade deôntica. Além disso, não há uma determinação social, *um princípio de conduta*, que faça do ato de “sentar-se mais perto da porta” uma obrigação, o que seria próprio da modalidade deôntica.

Sendo assim, fica claro por que lidar com sentenças dêonticas não corresponde ao nosso intento, a saber, analisar as formas verbais imperativas em variação. Faz-se necessário, portanto, definir de modo mais preciso quais formas são essas.

1.2. As formas imperativas em análise

Reconhecemos a noção de modo verbal por meio de categorias morfológicas expressas pelas desinências dos verbos (*cf.* Ilari, R. & Basso, R.). É partindo disso que distinguimos indicativo, subjuntivo e imperativo.

Além desse critério morfológico, no entanto, consideramos ainda as igualmente consagradas noções semântico-pragmáticas próprias de cada um dos modos, sobretudo no imperativo. Referimo-nos à distinção entre *realis* (mais próxima ao indicativo) e *irrealis* (mais associada ao subjuntivo), bem como à noção de *ordem*⁴ (atribuída ao modo imperativo).

Assumimos, portanto, a postura tradicional que vincula o conceito de modo a traços morfosintáticos e a traços semântico-pragmáticos. Temos consciência, contudo, de que isso por si só não esclarece com quais formas verbais trabalhamos. Por isso vamos ponderar quais fatores morfosintáticos e quais fatores semântico-pragmáticos devem-se considerar na delimitação do modo imperativo.

⁴ Em vez do termo *ordem*, denominaremos o componente semântico-pragmático das formas imperativas como *comando*, por entender que esse termo seja menos marcado.

1.2.1. Especificidades morfossintáticas

Assumimos aqui que o modo imperativo no PB atual não dispõe de formas próprias. Conforme discutiremos adiante, defendemos que ele é formado por formas do presente do subjuntivo, tal como afirmam as gramáticas normativas, e por formas de terceira pessoa do presente do indicativo, o que buscamos fundamentar em nossa análise do fenômeno.

Embora a intuição de falantes nativos do PB torne aparentemente simples diferenciar quando se usa um indicativo com função assertiva ou com função de comando, reconhecemos que algumas construções tornam essa distinção menos evidente. Em trabalho anterior⁵, analisamos construções imperativas formadas por verbo “ir” seguido de infinitivo. São casos como estes:

(2) *Bárbara, vai chamar a tua irmã. (p. 107)*⁶.

(3) *Olha aqui, sabe quando que esse cara vai separar? (p. 97).*

Para separar os casos de futuro perifrásticos dos casos imperativos, adotamos o seguinte procedimento: como existe variação no imperativo entre formas indicativas e subjuntivas, consideramos indicativo com função imperativa quando a forma indicativa pode ser substituída por uma subjuntiva, sem que com isso se crie uma sentença agramatical. Comparemos as duas novas frases:

(4) *Bárbara, vá chamar a tua irmã.*

(5) *Olha aqui, sabe quando que esse cara vá separar? **

Como se observa, a frase (5), ao contrário de (4), é agramatical. Assim, num âmbito morfossintático, podemos identificar o modo imperativo em contextos nos quais

⁵ Trato da pesquisa de iniciação científica intitulada “Contextos de uso do modo imperativo no português brasileiro escrito”, que desenvolvi sob orientação da professora Angela Cecília de Souza Rodrigues, com auxílio da FAPESP.

⁶ As frases (1) a (4) integram a peça “Típico Romântico”, uma das que fizeram parte do *corpus* selecionado para o já citado trabalho de iniciação científica.

seja possível a permuta de uma forma verbal indicativa por outra subjuntiva, mantendo-se a gramaticalidade da sentença.

Defendemos, porém, que apenas esse traço estrutural não basta para caracterizarmos o modo imperativo. É preciso ainda levar em conta os aspectos semântico-pragmáticos característicos dessas formas verbais.

1.2.2. Aspectos semântico-pragmáticos

1.2.2.1. Valores associados ao imperativo – um problema de análise

Como tratamos em 1.1., a noção de modalidade não se mostra suficientemente adequada para se abordar o modo imperativo. Assim, faz-se preciso buscar outras alternativas de análises que dêem conta de explicitar as nuances semântico-pragmáticas desse modo verbal.

Lima-Hernandes & Spaziani (2002) se detiveram nessa tarefa. As autoras, partindo de Bybee, Pagliuca & Perkins (1994), atribuíram às formas imperativas do PB nove diferentes valores, a saber, *imperativo propriamente dito*, *proibitivo*, *optativo*, *exortativo*, *premonitivo*, *súplica*, *conselho*, *pedido negativo* e *pedido afirmativo*. No entanto não foi possível aplicar tal distinção a nossos dados, dado o caráter fugidio da classificação.

A título de exemplo, citamos as definições de dois desses graus, os chamados *imperativo propriamente dito* e *pedido afirmativo*. O primeiro, segundo as autoras,

remete a uma expressão zero do modo imperativo, uma vez que expressa um comando direto. Para que esse grau de imperativo seja realizado, é necessária a existência de condições externas favoráveis à completude da ação expressa na sentença, tal como a existência de uma segunda pessoa.

(p. 05).

A frase citada como exemplo desse valor é esta: *Prepare-se, temos muito trabalho pela frente* (p. 05).

Já o outro valor, o pedido afirmativo, seria definido apenas com esta frase modelo, sem qualquer comentário acerca dela: *me mande seu endereço que te envio uma cópia* (p. 06). Parece-nos, contudo, que a frase encerra um comando direto, além de haver “condições externas favoráveis à completude da ação expressa na sentença”, tal qual se postula sobre o chamado “imperativo propriamente dito”. Dessa forma, não vemos argumentos que nos façam distinguir, no caso, esses dois graus de imperatividade mencionados.

Essa dificuldade em se caracterizar semântico-pragmaticamente o modo imperativo suscita discussões também no campo da filosofia. Richard Hare, em sua obra *A Linguagem da Moral*, busca definir o modo imperativo de maneira lógica, mas desconsiderando matizes semânticos que criam diferentes “imperatividades”:

A distinção entre esses vários tipos de sentenças proporcionaria material a um bom lógico para muitos artigos nos periódicos de filosofia; mas num trabalho dessa natureza é necessário ser ousado. Seguirei, portanto, os gramáticos e empregarei o termo único “comando” para cobrir todas essas noções que as sentenças no modo imperativo expressam (...)

(1996: 6)

Em Hare, diante da dificuldade em defini-los, ignoram-se os matizes semântico-pragmáticos do modo imperativo. Nossa análise, porém, não pode se abster de tais matizes, uma vez que, conforme nossos dados, a escolha por uma ou outra forma imperativa está bastante relacionada ao grau de polidez entre os interlocutores. É por isso que insistimos em tratar desses matizes nas diversas ocorrências de formas imperativas, ou, mais bem dizendo, nas diferentes situações comunicativas.

Uma forma imperativa que surja, por exemplo, em meio a um ato de tortura será certamente rude. Rudeza que, obviamente, não é inerente ao modo verbal ou à forma lingüística em uso, mas à situação em que se a forma se dá. Justamente por isso os valores não são próprios das formas nem podem ser atribuídos de antemão a elas. Apesar disso, reconhecendo-se diferentes valores, é possível associar as formas em variação a tantos e tais valores. Um contexto de rudeza, por exemplo, favoreceria a forma indicativa ou subjuntiva?

A despeito da dificuldade que há em estabelecer quais e quantos são os valores semântico-pragmáticos em questão, buscamos subdividir essa noção mais geral de “comando”. Ainda que sem a ousadia de resolver definitivamente a relação entre modo imperativo e significado, mas com a intenção de relacionar diferentes valores a diferentes graus de polidez, tratamos os vários “comandos” como distintos tipo de atos de fala.

1.2.2.2. As formas imperativas como atos de fala

Conforme já discutimos, o conceito de modalidade, dada a abrangência das suas noções de *necessidade* e *obrigatoriedade*, não se mostra produtivo ao lidar com formas imperativas. Ademais, também a distinção em diferentes valores – tarefa assaz complexa segundo o já mencionado trabalho de Richard Hare – não foi de todo resolvida por Lima-Hernandes & Spaziani. Um caminho promissor, no entanto, aparece em Ilari & Basso⁷, em sua análise sobre o modo.

Os autores determinam o *modo* de um enunciado (“*modus*”) tendo como contraponto o seu dito (“*dictum*”). Enquanto este se refere ao conteúdo proposicional, aquele se refere às alterações que o enunciador imprime em tal conteúdo. Nesse viés, Ilari & Basso estendem a conceito de modo para quaisquer formas de expressão que

⁷ ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato Miguel. “O verbo”. In: ILARI, Rodolfo & NEVES, Maria H. de M. (orgs.). *Gramática do Português Brasileiro Culto* (no prelo).

sirvam a esse posicionamento ante o conteúdo proposicional. Dito de outra forma, eles dividem a noção de modo no que chamam de *dois grandes eixos*:

(...) o primeiro desses eixos é o das operações semânticas feitas sobre um dictum, que compreendem (...) (i.) a modalização (isto é, a consideração simultânea de vários mundos possíveis), (ii.) as diferentes operações de caráter ilocucional que se podem realizar a respeito de um dictum (isto é, os atos de fala), (iii.) diferentes reações psicológicas que podem tomar como objeto um dictum e (iv.) os graus possíveis de comprometimento com um dictum que é objeto de asserção. O segundo eixo é o que dá conta da expressão lingüística dessas operações. Aqui, encontramos quatro formas básicas de expressão: (a) o uso de morfemas verbais (particularmente, mas não exclusivamente os de modo), (b) o uso de adjuntos, (c) o uso de auxiliares e (d) o uso de verbos que introduzem sentenças.

Mesmo não analisando a expressão do modo para além do modo verbal, podemos aproveitar sugestões dessa análise. Ainda restringindo nosso trabalho às formas verbais imperativas – integrantes do *segundo eixo* proposto pelos autores, já que se trata de expressões lingüísticas – podemos buscar auxílio nas mencionadas operações semânticas – constantes no *primeiro eixo* –, mais especificamente na teoria dos atos de fala, uma vez que fazer uso de uma forma imperativa é justamente uma maneira de atuar, de agir sobre o interlocutor. Assim, conseguimos o almejado cruzamento entre o componente gramatical e o componente semântico-pragmático do modo imperativo.

A fim de distinguir, então, os diferentes atos de fala em que figuram as formas imperativas de nosso corpus, centramos a atenção nas diferentes forças ilocucionárias das situações analisadas nas peças teatrais.

Para tanto, tomamos como base os princípios de distinção dos atos ilocucionais de Searle ([1969]1981: 93). Entretanto, a despeito de o autor lidar com sete princípios,

adotamos apenas o primeiro deles – aliás, tido pelo próprio Searle como o “mais importante” –, que propõe diferenciar as ilocuções por meio de suas finalidades. Essa escolha se justifica se considerarmos que não temos a mesma preocupação do autor quanto a abarcar todas as forças ilocucionárias possíveis, mas apenas aquelas associadas à imperatividade.

Dessa forma, definimos os seguintes atos ilocucionários: *comando cordial*, *comando rude*, *conselho*, *ameaça*, *ofensa*, *súplica* e *pedido de desculpas*, sempre os diferenciando segundo as finalidades específicas de cada um.

Não afirmamos, contudo, que não haja outras possíveis subdivisões em atos de fala para o modo imperativo. Certamente há. Acreditamos, porém, que, para a presente análise, que privilegia o estudo da polidez, essa classificação, embora possa ser ainda aprimorada, já é de grande valia por conta de sua precisão. Aceitamos o risco de estar simplificando os atos de fala possíveis, mas evitamos os eventuais equívocos que poderiam decorrer da análise de categorias mais fugidias.

1.2.2.2.1. Caracterização dos atos de fala em análise

Chamaremos *comando* a todo ato de fala cujo fim é impelir o enunciatário a determinada ação, a determinado tipo de conduta ou mesmo a adesão a dado conjunto de idéias, desde que se possa determinar que o enunciador tenha como alvo seu benefício próprio, seja esse benefício direto ou indireto⁸. O que diferenciá *comando cordial* de *comando rude* – exemplos (6) e (7), respectivamente – será o nível de tensão que envolva a situação comunicativa: havendo um grau de tensão nulo ou muito baixo entre enunciador e enunciatário, teremos o comando cordial. Caso o contrário, se houver

⁸ Preferimos o termo “comando” por julgá-lo menos conotado que os termos “ordem” ou “pedido”. Além disso, estes dois últimos são diferenciados por questões de hierarquia (o chefe “ordena”, o subordinado “pede”), as quais foram medidas como outro fator de variação.

um grau de tensão elevado entre enunciador e enunciatário, teremos o comando rude. Seguem os exemplos⁹:

(6) *Deixe-me arrespirá um bocadinho! Virge Maria! Quanta escada! (p. 39)*

(7) *Diz o verso, diabo! (p. 29)*

No enunciado (6), a personagem Fortunata pede, em tom amistoso, que o marido a espere recuperar o fôlego, após subirem uma escadaria. Em (7), impaciente, a mesma Fortunata ordena, em tom agressivo, que o filho recite determinado verso. Nos dois casos, portanto, a situação é fundamental para que se meça cordialidade ou rudeza.

Como *conselho*, classificamos as ocorrências em que o enunciador tem por finalidade indicar, segundo seu ponto de vista, qual seria o melhor procedimento a ser tomado pelo enunciatário em determinada situação. Nesses contextos, o acatamento por parte do enunciatário não significará inequivocamente algum benefício para o enunciador, o que torna o ato conselho diferente do ato comando. É o que acontece no exemplo (8):

(8) *Volte, seu Figueiredo, volte, se não quer que lhe aconteça o mesmo que me sucedeu e tem sucedido a muita gente! Indicaram-me uma casa no morro do Pinto, com todas as acomodações que eu desejava... Você sabe o que é subir ao morro do Pinto? (p. 32)*

No enunciado, Mota adverte Figueiredo para que este não seja enganado pela “Agência de alugar casas”, que pedia pagamentos adiantados e prestava péssimos serviços. Uma vez que Mota não teria um ganho concreto com o acatamento de Figueiredo, configura-se o ato ilocucionário conselho.

⁹ Todos os exemplos de atos ilocucionários foram coletados da peça “A Capital Federal”, integrante de nosso *corpus*.

Com a *ameaça* o enunciador tem por finalidade anunciar algum tipo de castigo ao enunciatário, bem como as condições que levariam a tal punição. Vejamos o exemplo (9):

(9) *Ó, seu Lopes, **olhe** que, se isto continuar assim, eu mudo-me!*

Nessa passagem, o personagem Figueiredo, que residia no Grande Hotel da Capital Federal, reclama ao gerente sobre o atendimento, anunciando sua mudança, caso o serviço não melhore. Considerando que o gerente deseja manter os clientes no hotel, a mudança de Figueiredo seria um castigo, a ser posto em prática com a condição de que o hotel não melhorasse.

Consideramos como ofensa os atos ilocucionários cuja finalidade primeira é agredir o interlocutor. É o que se dá em (10):

(10) *Ora **vá** se catar!* (p. 38)

Nesse caso, o proprietário de um imóvel que Figueiredo pretendia alugar irrita-se durante a negociação, tornando-se hostil. Fica evidente que a finalidade do enunciado não é levar o interlocutor a desempenhar determinada ação ou algo do tipo. O que se almeja é sim agredir verbalmente, atacar o interlocutor.

Tomamos a *súplica* como uma espécie de pedido, mas com uma peculiaridade semanticamente forte: a finalidade de expressar uma condição de extrema humildade. Observemos o exemplo:

(11) ***Dá-me** uma esmola!* (p. 51)

Em (11), a personagem Lola implora a Gouveia, um de seus namorados, que ele volte a dar-lhe atenção, pedindo metaforicamente “uma esmola”. Com essa aproximação entre si e um pedinte, Lola colocá-se numa condição suplicante.

Os *pedidos de desculpas*, por sua vez, objetivam uma espécie de absolvição que pode ser dada ao enunciador pelo seu enunciatário, tal como em (12):

(12) Oh! Desculpe!...

O gerente do hotel, com esse ato ilocucionário, pede que Lola lhe perdoe por ter-se referido ao namorado da moça como “o jogador”.

1.2.3. A delimitação das formas verbais em estudo

Após termos discutido tanto aspectos gramaticais quanto aspectos semântico-pragmáticos do modo imperativo no PB, podemos então definir com mais precisão o escopo de nossa análise.

Já que lidaremos apenas com as formas de tratamento ao interlocutor no singular, podemos identificar gramaticalmente o modo imperativo em contextos nos quais seja possível a troca de uma forma verbal indicativa por outra subjuntiva, mantendo-se a gramaticalidade da sentença.

Consideramos ainda que essas formas expressam diferentes atos de fala, os quais optamos por classificar como *comando cordial*, *comando rude*, *conselho*, *ameaça*, *ofensa*, *súplica* e *pedido de desculpas*.

1.3. Formas imperativas e tradição gramatical no Português

Pesquisando como diferentes gramáticas abordam o modo imperativo, pudemos verificar que o tratamento dado a esse assunto não costuma ser muito detalhado. Para mostrar isso, resenhamos de algumas gramáticas as seções em que se abordava o modo imperativo.

Começemos por FIGUEIREDO¹⁰. Em sua gramática há uma classificação simples do imperativo enquanto modo: “No modo *imperativo*, ou *mandativo*, afirma-se imperiosamente: **toma cuidado!**” (p. 73). Dessa definição pode-se concluir já que não se admite a existência de um imperativo negativo, uma vez que, segundo o autor, nesse modo “afirma-se”.

¹⁰ FIGUEIREDO, Candido de (1916) *Gramática Sintética de Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Além dessa classificação, é possível notar pelos exemplos citados no paradigma das formas verbais que o autor considera apenas as formas de segunda pessoa, singular e plural, em sentenças afirmativas, como imperativo. Para “aplaudir”, por exemplo, dá as possibilidades “aplaude (tu)” e “aplaudi (vós)” (p. 81).

É interessante observar também que, ao citar os verbos auxiliares, dá como exemplos as construções “vá dormir” e “anda a esconder-se” (p. 77), tipo de construção que, embora não seja discutido pelo autor, nos chamou a atenção por apresentar como auxiliar uma forma verbal passível de ser classificada de imperativa e por ser recorrente em nosso *corpus* de análise.

DIAS¹¹, em se comparando com Figueiredo, já nos apresenta mais nuances semântico-pragmáticas para o modo imperativo. Afirma que “o imperativo serve de exprimir ordem, preceito, exortação, petição, desejo, permissão e uma concessão”; em seguida, apresentam-se exemplos para tais asserções, como estes: “Se quereis ver o futuro, **lede** as histórias, e **olhae** para o passado (Vieira, 1, 122). **passeia**, **caça**, **monta** a cavallo, **faze** o que quizeres (Garrett, Viag., 107)...”.

O autor ainda adverte que o imperativo “não se emprega em orações negativas; é substituído então pelo presente do conjuntivo” (p. 216). Podemos deduzir quais são as formas verbais do modo apenas por meio desses exemplos mencionados, pois não há na obra um paradigma das formas verbais.

Percebemos então que o critério de classificação é basicamente semântico-pragmático – ao tratar dos valores – embora se mencionem as formas verbais que se usam como imperativo.

¹¹ DIAS, Augusto Ephifanio da Silva (1933) *Syntaxe Historica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 2ª ed.

Passemos a BRANDÃO¹². No primeiro capítulo de sua *Sintaxe Clássica Portuguesa*, classificam-se “as frases ou proposições” de acordo com seu “conteúdo psicológico”. Essas podem ser: “a) Declarativas, expositivas ou enunciativas”, “b) Interrogativas”, “c) Imperativas”, “d) Optativas” ou “e) Exclamativas” (pp. 13–14). As imperativas seriam as que “contém uma ordem, um pedido, uma súplica, um conselho, uma exortação, um convite”. Entre os exemplos usados pelo autor para ilustrar tal fato, há apenas verbos conjugados nas formas tradicionais, como neste: “ ‘Faze cousas grandes, mas não as *prometas*’ (Bernardes, Luz e Calor, I parte, 410)”. Ou seja, apesar da definição usada destacar o caráter semântico-pragmático da noção de imperatividade, os exemplos usados estão de acordo com a convencional classificação morfológica, evidenciando novamente um ponto de vista sobre o objeto que associa semântica-pragmática e morfologia.

Mais adiante, no capítulo intitulado “Os modos”, o autor volta a ater-se ao imperativo. Afirma a existência de formas próprias na segunda pessoa do singular e do plural em formas afirmativas. Para primeiras e terceiras pessoas afirmativas e para todas as negativas usar-se-ia o modo subjuntivo, mais especificamente, o “subjuntivo imperativo” (p. 420). Brandão considera que “o subjuntivo figura como modo independente” em alguns contextos, dentre os quais se insere esse “subjuntivo imperativo”. Essa espécie de *submodo* “expressa ordem, mando, preceito e proibição” (394 a 398). Percebemos uma coerência por parte do autor em sempre buscar a já mencionada associação entre semântica-pragmática e morfologia em sua definição de imperativo. Mesmo assim, é admitido ainda o uso do “futuro imperfeito do indicativo” como substituição do imperativo, uso para o qual são citados exemplos como “Honrarás a teu pai e tua mãe” (421). Nota-se assim que, apesar da busca por definir quais são

¹² BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

efetivamente as formas verbais imperativas, acaba sendo considerada uma outra forma cuja função pode ser próxima à dessas, predominando nesse caso o critério semântico-pragmático.

Já de acordo com SAID ALI¹³, o imperativo tem formas próprias para a 2ª pessoa do singular e para a do plural, as quais “em geral não diferem das respectivas formas pessoais do presente do indicativo senão pela eliminação do *s* final”. Nota-se assim a adoção de um critério puramente morfológico. Os possíveis valores e empregos dessas formas verbais não são levados em consideração. Provavelmente por essa classificação morfológica, não se falou da relação entre imperativo e 1ª e 3ª pessoas, gramaticais ou discursivas, uma vez que nesses casos, segundo à tradição, seriam usadas as formas subjuntivas.

ROCHA LIMA¹⁴, em sua exposição sobre o modo verbal, segundo a qual “o modo caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo” (p. 121), inclui o modo imperativo. Tal modo, nos termos de Rocha Lima, é usado para dirigirmo-nos “a uma ou mais pessoas, para manifestar o que queremos que ela faça, ou elas façam” (p. 129). Assim, notamos haver de permeio um ponto de vista semântico-pragmático sobre o tema.

As formas verbais usadas são, segundo o autor, as da 2ª pessoa do indicativo, sem o *s*, para as formas do chamado imperativo afirmativo na 2ª pessoa. Para as demais pessoas (excluindo-se a 1ª do singular, pois é considerada não usual nesse modo), sendo imperativo afirmativo ou negativo, usar-se-iam as formas correspondentes do subjuntivo. Aparece então uma classificação de ordem morfológica que restringe a anterior, pragmática. Essa afirmação justifica-se por haver outras formas lingüísticas

¹³ SAID ALI (1964) *Gramática secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

¹⁴ ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1992) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio. 31ª ed.

“para manifestar o que queremos que ela [outra pessoa] faça”, mas, no entanto, considerarem-se imperativas apenas as supracitadas. Assim, o critério morfológico acaba prevalecendo sobre o pragmático.

BECHARA¹⁵ aponta a existência de cinco modos verbais, sendo eles indicativo, subjuntivo (conjuntivo), condicional, optativo e imperativo (pp. 221–222). Percebe-se logo a natureza semântico-pragmática, e não morfológica, do critério adotado em tal classificação, uma vez que na divisão morfológica dos paradigmas a classificação dos modos não segue à risca esse padrão. Nesses paradigmas apresentados, as formas do condicional aparecem inseridas no modo indicativo e as do optativo no subjuntivo.

A definição de modo apresentada por Bechara foi construída com base num critério pragmático, pois o entende como “a posição do falante em face da relação entre ação verbal e seu agente” (p. 221). Quanto ao imperativo, classifica-o como o modo no qual o falante se posiciona “em relação a um ato que se exige do agente” (p. 222), definição que acaba por excluir diferentes possibilidades modais apresentadas por outros autores, como as citadas em Brandão (p. 14), as quais nem sempre são “exigências”.

Em outro momento, ao tratar do emprego das formas verbais, faz duas ressalvas: “a) o infinitivo pode substituir o imperativo nas ordens instantes” e “b) se usa o imperativo do verbo *querer* (ao lado do subjuntivo presente) seguido de infinitivo para suavizar uma ordem” (p. 283).

Em seu trabalho, LUFT¹⁶ recorre a Marouzeau para classificar modo como o que expressa a “ ‘atitude do sujeito que fala, em face do processo verbal’ ” (p. 129). A partir disso, afirma que o imperativo “impõe o processo verbal ao ouvinte, assumindo atitude

¹⁵ BECHARA, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna.

¹⁶ LUFT, Celso Pedro (1987) *Moderna Gramática Brasileira*. Rio de Janeiro: Globo.

ativa; é o modo do mando” (p. 129). Assim, a definição de o que seja tal modo apresenta um critério novamente semântico-pragmático, que acaba restringindo o imperativo ao “mando”, não considerando outros possíveis valores presentes nesse modo verbal.

Ainda quanto à Morfologia, menciona-se que a formação do imperativo se dá a partir das formas da 2ª pessoa do indicativo, sem o “s”, para “tu” e “vós”, no caso afirmativo, (apresenta-se o verbo “ser” como exceção). Admite-se também a possibilidade de haver imperativo para o que chama “segunda pessoa indireta” (quando se usam expressões de tratamento), mas não para a 3ª ou a 1ª pessoa discursivas, seja singular ou plural. Para o chamado “ ‘ imperativo negativo’ ”, afirma-se que as formas usadas são as subjuntivas.

Em síntese, pudemos perceber que, embora haja diferenciadas sugestões de interpretação nas obras analisadas, as gramáticas tradicionais não têm apresentado uma abordagem aprofundada sobre o modo imperativo.

1.4. Variação no Modo Imperativo: a pesquisa lingüística discute o problema

Nosso objetivo nesse ponto do trabalho não é ainda estabelecer um diálogo analítico com as ainda poucas pesquisas acerca das formas imperativas. Antes, pretendemos listar, seguindo a ordem de publicação, e comentar brevemente alguns trabalhos sobre o tema, de modo a evidenciar como ele tem sido objeto de questionamento. O diálogo analítico, por sua vez, dar-se-á quando da análise dos dados.

O artigo de maior repercussão sobre o tema, citado por todos os demais trabalhos a que tivemos acesso, foi o de FARACO¹⁷ (1986). O autor busca explicar por que, apesar de as formas tradicionalmente associadas à segunda pessoa gramatical não

¹⁷ FARACO, C. A. (1986) Considerações sobre a sentença imperativa no Português do Brasil. *In: D.E.L.T.A.*, vol. 2, nº1, pp. 1 – 15).

serem mais comuns no PB, elas estariam sendo usadas correntemente no modo imperativo.

O lingüista não hesita afirmar que a forma imperativa do subjuntivo seja a “forma básica” (p. 1) desse modo verbal. Para ele, isso se justifica pelo fato de usarmos majoritariamente um pronome de terceira pessoa (“você”) no tratamento ao interlocutor. Partindo dessa premissa, segundo a qual a concordância natural se daria entre pronome “você” e forma subjuntiva, Faraco considera que os casos em que se tem tal pronome junto a uma forma indicativa como “surpreendentes” (p. 2).

Para defender que as formas imperativas associadas aos pronomes de terceira pessoa são realmente as tradicionais formas da segunda pessoa gramatical, o autor se pauta basicamente em dois argumentos: um deles é que as sentenças imperativas típicas não admitem “sujeito superficial”, justamente o que ocorre em sentenças como “Canta essa música agora” (p. 06); o outro versa sobre um tipo de “especialização pragmática” que, segundo ele, teria ocorrido com as formas de segunda pessoa do imperativo. Esses dois argumentos, vale dizer, são bastante refutáveis.

Embora tenhamos reservado o capítulo 4 para a análise dos dados, podemos adiantar que existem sim casos de sentenças imperativas com sujeito preenchido, de modo que não parece adequado apresentar a ausência de sujeito exposto para, com isso, determinar se a forma verbal da sentença é imperativa ou não.

Já sobre a “especialização pragmática”, Faraco afirma que as formas imperativas do indicativo funcionam como formas marcadas e “só podem ser usadas quando é o caso de se reforçar a força ilocucional do ato de fala” (p. 9). Ainda de acordo com Faraco, a ocorrência dessas formas “caracterizará um pedido atenuado, uma ordem rude, uma súplica humilde e assim por diante” (p. 9). Mesmo antes da análise pormenorizada dos dados, podemos desconfiar dessa hipótese, de ser marcada a forma imperativa que,

como veremos, mostrou-se a mais freqüente não só na nossa, como também na grande maioria das análises quantitativas com que tivemos contato.

O trabalho de LIMA-HERNANDES *et al* (2002), admitindo a existência de variação na segunda pessoa do imperativo, procurou, num *corpus* composto por cartas, identificar motivações que explicassem tal variação. Uma vez analisado o material, as autoras perceberam que naquele contexto não havia a variação tal como pensada previamente, pois houve um forte predomínio de formas subjuntivas. Assim, mudou-se a direção da investigação, procurando-se a partir de então definir se havia e quais seriam os diferentes valores carreados pelas formas imperativas. Apesar dessa direção tomada pelas autoras, que buscaram medir os matizes semântico-pragmáticos das formas, vemos como maior contribuição desse trabalho a constatação de que o gênero textual também atua como fator de variação no que tange ao modo imperativo.

SCHERRE *et al* (1998) buscam em seu trabalho fundamentar o princípio do *Paralelismo Fônico*, ou seja, estender ao nível fônico o princípio lingüístico do paralelismo. Como substância material para isso, utilizam-se de formas imperativas do singular, sempre da primeira conjugação, por acreditar que princípios fonológicos levem à escolha de uma forma terminada por vogal aberta (“fala”) ou outra terminada por vogal fechada (“fale”). Embora não nos tenhamos proposto a discutir a existência ou não do paralelismo, destacamos esse trabalho pelas considerações dos autores sobre a relação entre as formas e a) nível de formalidade, b) polaridade e c) gênero textual.

Para lidar com diferentes níveis de formalidade, optaram por um *corpus* composto por textos de diferentes naturezas, que foram agrupados sob estes quatro rótulos: *informal event of natural speech*, *formal event of natural speech*, *speech event of TV programs* e *talking book* (p. 65). Em geral houve uma maior incidência das formas de indicativo associadas ao pronome de 2^a pessoa *você* (81%), o que só não

ocorreu na categoria *talking book* (em que a associação entre “você” e indicativo baixou para 37%).

Indo além dessa constatação, os autores encontraram também em seus dados uma relação entre formalidade e forma verbal: na categoria *informal event of natural speech*, as formas de indicativo são mais freqüentes que na *formal event of natural speech* (95% da primeira contra 83% da segunda). Considerando esses resultados, julgamos relevante que os fatores de variação associados à polidez compoñham nosso estudo.

Quanto à polaridade, procura-se mostrar que existe alguma aproximação entre o uso do imperativo nesses contextos e aquilo que pregam as gramáticas tradicionais. De acordo com o levantamento realizado, “the negative structure disfavors the imperative in the indicative form” (p. 66). Embora haja nesses mesmos contextos o predomínio das formas do indicativo, a asserção dos autores faz-se coerente porque, enquanto em contextos afirmativos a freqüência de indicativo é de 83%, em negativos reduz-se a 65% em relação formas de subjuntivo.

Sobre a influência do gênero textual na variação, Scherre *et al* deparam-se, em textos classificados como “non dialogical, written advertising text” (p. 68), com uma enorme preponderância de formas de subjuntivo, chegando a quase 100%. Esse dado é explicado num viés sintático, mas que apresenta de permeio também fatores pragmáticos: segundo os autores, a forma indicativa causaria ambigüidade na interpretação do sujeito em frases como “**assina** a revista *Language Variation and Change*”, pois o sujeito poderia ser um pronome de referência ao interlocutor (*você*) ou a uma terceira pessoa discursiva (*ele* ou *ela*). O mesmo, vale dizer, não ocorre em situações de língua falada porque o contexto permite identificar o real sujeito.

PAREDES SILVA *et al* (2000) também se dedicaram à variação das formas imperativas, destacando a relação entre pronome sujeito e forma verbal como o principal fator a desencadear o fenômeno.

As autoras apresentam interessantes resultados, mostrando que realmente é relevante considerar o pronome sujeito nesse processo de variação. Numa perspectiva diacrônica, pontuaram inclusive um período em que se pode aventar uma incipiente dissociação entre pessoa pronominal e pessoa verbal:

(...) o momento de maior interesse para nosso estudo é representado por Onde canta o sabiá. Observe-se que, apesar de não ter sido encontrado nenhum sujeito tu na seqüência analisada, a aplicação da regra de imperativo de 2ª pessoa é bastante alta, seja com sujeito você [28/43, 65%] ou mesmo o senhor [6/9, 67%]. Estava instituído o “abrasileiramento” do imperativo (p. 121)

A despeito disso, julgamos que alguns pontos da análise tratam o tema de modo superficial, quiçá um pouco intuitivo. As pesquisadoras afirmam, por exemplo, que a falta de uniformidade no tratamento ao interlocutor está associada a contexto de menor formalidade, porém não se sabe qual foi o critério utilizado para mensurar esse aspecto semântico-pragmático tão fugidio.

Em outra passagem, discutindo-se o traço gramatical pessoa da forma imperativa do indicativo, afirma-se que

“pela pouca afinidade do falante brasileiro com as formas de subjuntivo (conjuntivo), é provável que se tenha generalizado a idéia de que a forma específica para a 2ª pessoa tu era ‘a forma’ do imperativo, estendendo-se ao emprego de você”. (p. 119)

Dessa maneira, a defesa de que a forma imperativa do indicativo é a tradicional de segunda pessoa gramatical parte de uma noção apriorística, a tal “falta de afinidade” do brasileiro com o subjuntivo, não de uma análise cuidadosa dos dados. Mesmo os

instigantes contextos em que o pronome “tu” ressurgem sem que as formas verbais concordem com ele em pessoa são simplificados: ainda nesses casos, as autoras insistem que, ao contrário do que se dá nas formas dos outros modos verbais, no imperativo a forma usada seja a imperativa tradicional, concordando com o pronome “tu”. Afirma-se ainda que, talvez, essas mesmas formas imperativas, tidas como de segunda pessoa, “tenham aberto as portas para a retomada do pronome de 2ª pessoa no uso não padrão hoje bastante difundido na fala carioca” (p. 122), como se os falantes de variedades não-padrão estivessem, deliberadamente, resgatando a concordância padrão entre imperativo e pronome “tu”.

Em artigo posterior, SCHERRE (2004) discute novamente o tema, tratando da “variável do imperativo gramatical no português brasileiro” (p. 231).

Nesse trabalho, Scherre aborda também o uso complementar das formas imperativas no português europeu (doravante PE), em que indicativo e subjuntivo se alternam em função do nível de proximidade dos enunciadores (p. 232). Embora haja alternância entre essas formas também do PB, a autora prefere não afirmar que os valores semântico-pragmáticos observados no PE se repitam nos usos brasileiros. Segundo ela,

(...) estudos existentes indicam que, na língua falada, a ligação direta entre tipo de forma verbal imperativa e os pronomes tu ou você, se algum dia existiu, hoje não mais se observa (p. 234).

Como vemos, a autora duvida inclusive de ter havido a mesma distribuição das formas vista no PE. É uma postura que vemos como sensata, uma vez que não havia a seu dispor uma análise que mostrasse tal fenômeno. Justamente por isso, adiante ela sugere pesquisas “para verificar se há esta associação historicamente registrada no Brasil” (p. 234). Nosso presente estudo, vale dizer, tem a pretensão de investigar se houve e como se comportou ao longo do tempo essa relação.

Entre os fatores de variação analisados, acrescenta-se agora “tipo, posição e pessoa do pronome”, do que se destacam dois casos defendidos pela autora como usos categóricos: pronome enclítico levaria a forma subjuntiva, bem como sentença negativa e pronome proclítico, juntos, levariam novamente à forma subjuntiva, o que discutiremos também na análise dos dados.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1. A Teoria da Variação e Mudança

A coexistência das diferentes formas verbais imperativas, ambas relacionadas ao interlocutor no singular, não é, como vimos, fenômeno previsto pelas descrições tradicionais da língua portuguesa. A ordenação da língua proposta pelas gramáticas normativas, dada sua simplificação, não abarca esse fenômeno que, a princípio, estaria associado a erro, a desordem. Essa visão tão reducionista quanto consagrada deve, porém, ser questionada com um aparato teórico-metodológico que possibilite explicitar a existência, sim, de uma ordem nessa variação. Além do mais, consideramos a hipótese de essa coexistência de formas, vista no transcorrer do tempo, ser indicativa de um processo de mudança lingüística. Por isso tudo, vemos na Sociolingüística Variacionista muito de que nos apropriar nesta análise.

Como modelo teórico-metodológico, afirma-se que o estadunidense William Labov foi, nos anos 60, precursor da Sociolingüística, que entende a língua como *the instrument of communication used by a speech community*¹⁸. No artigo considerado fundador da disciplina, Labov, Uriel Weinreich e Marvin Herzog, tendo por base estudos sobre fonologia do inglês, clamam por uma análise lingüística em que os componentes social e estilístico não sejam deixados ao largo:

(...) sugeriremos que um modelo de língua que acomode os fatos do uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos não só leva a descrições mais adequadas da competência lingüística, mas também suscita naturalmente uma teoria da mudança lingüística que ultrapassa os estereis

¹⁸ LABOV, W., *Principles of Linguistic Change – Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994, p. 9.

*paradoxos contra os quais a lingüística histórica vem lutando
há mais de meio século*¹⁹.

(2006: 34)

Essa oposição à ausência do componente social – contrariando, portanto, os modelos formalistas –, era de tamanha convicção que, em sua introdução a *Sociolingüistic Patterns* (1972), Labov afirma, por muito tempo, ter chegado a questionar a própria nomenclatura “Sociolingüística”. Isso porque, entendendo não ser possível estudar a língua desconsiderando-se esse componente social, não poderia haver uma lingüística que não fosse ao mesmo tempo “socio-”²⁰.

Essa proposta de encarar o objeto de análise de um modo empírico, com o lastro de dados reais de fala e não a partir de um “falante ideal”, é conhecida como “Teoria da Variação e Mudança”, denominação que em si já contém pressupostos importantes: o contato com dados produzidos por diversos falantes não permite considerar a própria produção lingüística como algo uniforme, ou seja, a variação lingüística é inquestionável; percebe-se claramente ainda que, ao longo do tempo, a língua se modifica, passando por processos de mudança.

Vale ressaltar que, embora o modelo teórico-metodológico tenha-se originado nos trabalhos de Labov, a consciência de que língua e sociedade são elementos inter-relacionados já aparece em estudos anteriores. A título de exemplo, na primeira metade do XIX, o estudioso alemão Wilhelm von Humboldt defendia que estudar o que ele chamava “evolução” das línguas era um meio de estudar a evolução do intelecto de seus povos²¹. Embora esse pensamento positivista não se sustente mais atualmente, notamos

¹⁹ WEINREICH, U, LABOV, W. & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968], p. 34.

²⁰ LABOV, W. *Sociolingüistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972, *apud*. SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística. Teoría y Análisis*. Madrid: Editorial Alhambra, 1989, p.4.

²¹ HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad. Barcelona: Anthropos. Tradução: Ana Agud, 1836/ 1990, pp. 59 – 72.

confluência entre Humboldt e Labov em uma crença comum: a mudança é algo inerente às línguas.

Também os próprios Weinreich, Labov e Herzog sabiam não serem fundadores desse pensamento, até mesmo por terem resenhado em seu artigo conjunto obras de estudiosos como Meillet e integrantes da Escola de Praga. A grande contribuição da Sociolinguística, porém, foi associar variação e mudança: inter-relacionando-as, propõe-se a variação como indício da mudança linguística.

2.1.1. A variação como parte do sistema

Sobre a variação, é importante enfatizar que ela não era ignorada pelos modelos formalistas. O que ocorria, contudo, era uma abdicação do estudo das formas variantes. O fenômeno da variação não era investigado, por se acreditar que ele estivesse no campo do imponderável, do imprevisível e, portanto, do não passível de sistematicização. Assim, para fundamentar essa relação entre variação e mudança, foi necessário mostrar que havia sistematicidade na variação, ao contrário do que se dizia. Weinreich, Labov e Herzog afirmam por isso o problema da implementação como cerne central da questão, por desejarem

uma teoria da mudança linguística que lide nada menos do que com a maneira como a estrutura linguística de uma comunidade se transforma no curso do tempo, de tal modo que, em certo sentido, tanto a língua quanto a comunidade permanecem as mesmas, mas a língua adquire uma forma diferente

(2006 [1968]: 37)

Essa sistematicidade na estrutura começa a evidenciar-se quando fatores externos são considerados na análise linguística, pois, nas palavras de Lucchesi “o que era, no plano estritamente linguístico, aleatório tornava-se sistemático quando

correlacionado com fatores sociais e estilísticos”²². Aceitando-se a língua não apenas como uma estrutura, mas também como um instrumento de comunicação, foram incorporados nas análises os chamados fatores externos e, com isso, pôde-se notar que as estruturas variantes “revelam padrões de regularidade que, de tão sistemáticos, não podem ser devidos ao acaso”²³.

Esses padrões de regularidade podem ser revelados graças à análise quantitativa das variantes, motivo pelo qual a linha teórica em questão é também chamada “Sociolingüística Quantitativa”. Ainda segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]: 107), quando variantes são associadas a outros elementos lingüísticos, ou mesmo extralingüísticos – conhecidos como fatores de variação –, os resultados quantitativos revelam haver condições necessárias para aceitar a variação como um elemento estrutural²⁴. Desse modo, para a concepção variacionista o sistema lingüístico não se apresenta como algo estático que se pode apreender a partir de um falante ideal, mas sim como um sistema dinâmico cujas regularidades e irregularidades (sobretudo estas últimas) devem ser apreendidas em situações concretas, a partir de indivíduos reais das comunidades de fala.

2.1.2. Análise variacionista em variáveis morfossintáticas

As variantes lingüísticas propostas por Labov correspondem a formas lingüísticas que digam *o mesmo* e tenham *o mesmo valor de verdade*, definição que não é unanimemente aceita. Beatriz Lavandera, em seu trabalho “Variación y Significado”²⁵, questiona a possibilidade de estabelecerem variantes sociolingüísticas em outros níveis de análise que não o da fonologia.

²² LUCCHESI, D. *Sistema, Mudança e Linguagem – Um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 166.

²³ MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.57.

²⁴ “A evidência quantitativa para a co-variação entre a variável em questão e algum outro elemento lingüístico ou extralingüístico oferece uma condição necessária para admitir tal unidade estrutural”.

²⁵ LAVANDERA, B. R. *Variación y Significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.

Um primeiro argumento se baseia na noção de significado referencial. A autora defende que Labov contribuiu muito para a análise lingüística por considerar no estudo das variantes, além desse significado referencial, a significação social e a significação estilística, sendo estas últimas as que distinguiriam as formas variantes.

No campo da fonologia, seria possível que diferentes formas de realização de um fonema tivessem um mesmo significado referencial, ao lado de diferentes significados estilísticos ou sociais. Já o mesmo não se daria nos níveis morfológico ou sintático, pois não se poderia delimitar um mesmo valor referencial para as formas variantes. Em suas palavras,

los estudios cuantitativos de variación que se ocupan de alternâncias morfológicas, sintácticas y léxicas sufren de la falta de una teoría bien organizada de los significados.

(1984: 37)

Outro argumento tem como base a relação de freqüência. Lavandera reconhece na análise quantitativa um outro ganho nos estudos lingüísticos, pois com a quantificação se pode demonstrar como as variantes se relacionam a dado grupo social ou nível de formalidade e como essa relação não é absoluta, mas devida à sua freqüência de uso naquele contexto.

No entanto a lingüista defende haver casos em que a diferença de freqüência seja significativa e casos em que não. O exemplo dado como caso em que a freqüência das formas em si não é indicadora de variação é a alternância de duas palavras no espanhol, “reventado” e “exhausto”. Lavandera afirma que, embora ambas sejam equivalentes a “muy cansado”, a forma “reventado” tem significação estilística de fala informal (cf. 1984: 41). Segundo ela,

no es el caso, sin embargo, de que estas diferencias de frecuencia sean de si por significativas, sino que son las

*formas mismas las que introducen diferencias de significado,
y las diferencias de frecuencia en los distintos contextos son
un resultado epifenoménico del hecho de que una variante
informal es más apropiada para contextos informales que
para contextos formales.*

(1984: 41)

É possível notarmos nessa análise algo que é passível de discussão. Em primeiro lugar, podemos questionar se é realmente a forma em si que contém os traços estilísticos, o que só poderia ser determinado pela etimologia da palavra. Se recorremos a um exemplo do português, dificilmente se defenderia que as formas “acuar” e “recuar” sejam mais próprias de contextos informais, entretanto a origem de ambas apontaria justamente para tais contextos, uma vez que derivam de uma forma tabuística:

*Tanto “acuar” quanto “recuar” vem da combinação do
afixo “a-” ou “re-” + o vocábulo “cu” (ânus) + desinência
“-ar”.²⁶*

Ademais, se os estudos de variação sociolingüística em sintaxe e morfologia sofrem a falta de uma *teoría bien organizada de los significados*, não parece coerente afirmar que em alguns casos as diferenças de frequência sejam relevantes e apenas em alguns outros não. Em contextos nos quais as próprias formas não tivessem a suposta diferença estilística (contrariamente ao que se diz acontecer com “exhausto” e “reventado”), haveria então o problema levantado pela própria autora: o significado referencial das formas seria diferente e, assim, não seria simples pensar numa regra variável.

Ao fim e ao cabo, Lavandera define sua proposta com mais clareza: enfraquecer a condição de que o significado deva ser o mesmo para todas as formas alternantes, substituindo-a por uma condição de comparabilidade funcional (1984: 45). Nessa

²⁶ PEREIRA JÚNIOR, L. C. *Com a Língua de Fora*. São Paulo, Angra, 2002.

perspectiva, haveria duas outras condições para se considerar como variável sociolingüística dado fenômeno:

(1) que pueda probarse que son las portadoras de significación social y estilística (...) y (2) que pueda probarse que son un tipo de instrumento del lenguaje semejante a las variables fonológicas, es decir, elementos cuya propiedad definitoria es una covariación cuantificable y con respecto a los cuales las relaciones de frecuencia mismas son las que señalan diferencias.

(1984: 45 – 46)

Acreditamos que essas duas últimas condições serão cumpridas pelas formas imperativas a serem analisadas. Justamente por isso optamos por quantificar fatores associados à hierarquia social e a níveis de polidez como condicionantes externos. É fundamental esclarecer, porém, que substituir a noção de significado referencial pela de comparabilidade funcional não resolve o suposto problema do significado, do qual seriam vítimas os trabalhos variacionistas que lidem com morfologia ou sintaxe. Mesmo assim é possível que analisemos as formas imperativas em questão como variáveis sociolingüísticas, aproveitando-nos da metodologia laboviana.

Partimos da idéia de que o fenômeno de variação no imperativo tem levado a um processo de mudança lingüística, o que é plausível até mesmo por conta dos resultados das análises citadas em 1.3²⁷. Tendo realmente havido o processo de mudança, defendemos que isso só é possível porque, em dado momento, as formas subjuntivas do imperativo puderam ser substituídas pelas indicativas. Sendo possível essa substituição de uma forma pela outra, podemos então pensar em *maneiras diversas de se dizer o mesmo, em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade*.

²⁷ Referimo-nos aqui ao fato de ser comum as análises constatarem um uso mais freqüente da forma indicativa no PB atual, contrariamente ao que pregam as descrições normativas, segundo as quais se esperaria a forma subjuntiva num contexto em que o pronome “você” predomina.

2.1.3. Da variação à mudança

Admitindo, então, ser possível empreender o estudo da variação além da fonologia, é necessário ainda entender a análise da variação como um primeiro estágio para o estudo da mudança lingüística. Os próprios Weinreich, Labov e Herzog criticavam a dialetologia estrutural sincrônica por acumular fatos sem aproveitá-los para explicar o modo como a língua se desenvolve ([1968] 2006: 90).

É interessante notar que, de um lado, a dialetologia sofreu crítica pela falta de tratamento analítico dos dados; de outro lado, a Escola de Praga foi criticada por, restringindo-se à análise teórica da língua, não levantar dados, impossibilitando assim a utilização de métodos empíricos, “o que lhes permitiria investigar os processos de mudança contínua de modo convincente” ([1968] 2006: 107).

Dito de outro modo, um trabalho sociolingüístico que busque na variação as explicações para a mudança lingüística necessita de fundamentos empíricos que sirvam para a análise dos dados. Se houver apenas dados, tem-se uma simples descrição, em vez de explicações para a mudança. Se houver apenas teoria, perde-se o lastro que tornaria convincente a análise. Nas palavras de Weinreich, Labov e Herzog,

Certamente não basta apontar a existência ou a importância da variabilidade: é necessário lidar com os fatos de variabilidade com precisão suficiente para nos permitir incorporá-los em nossas análises da estrutura lingüística.

(2006 [1968]: 107)

A proposta da Sociolingüística Laboviana é então lidar com “Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística”, como diz o título de seu trabalho fundador. Os autores deixam claro que não chegam a formalizar tal teoria, acreditando não haver “fatos relevantes suficientes à sua disposição para tentar algo tão ambicioso” (2006: 37). Isso, entretanto, não os impediu de fazer propostas concretas para uma teoria

da mudança, das quais destacamos os problemas da *transição*, do *encaixamento* e da *implementação*.

Vale lembrar que a língua é vista como um sistema heterogêneo, no qual existem regras invariáveis e regras variáveis. Estas últimas fazem com que esse sistema heterogêneo seja, no entender dos autores, um conjunto de subsistemas. A mudança ocorre então quando a regra do subsistema inovador substitui a regra conservadora. *O problema da transição* diz respeito justamente a essa passagem de um sistema lingüístico a outro, supondo-se a necessidade de estudar o trajeto ao longo do qual ocorre a mudança.

Ao analisar como se dá essa transição, Weinreich, Labov e Herzog afirmam que tempo e estilo sejam fatores condicionantes a se observar. Segundo eles,

os casos que têm sido estudados mais cuidadosamente mostram a variável como uma função de estilo tanto quanto de idade, mesmo nos estágios iniciais.

(2006: 109)

Considerando isso, nosso estudo da variação no imperativo partirá de dados produzidos ao longo de um período, a saber, de aproximadamente 120 anos. No entanto, além do fator tempo deve-se considerar a significação estilística, para então se explicitarem as nuances da transição. Analisamos por isso diferentes níveis de polidez, diferentes tipos de relação entre interlocutores e diferentes posições na hierarquia social, procurando definir como tais fatores, ao longo dos anos, interferem na substituição de uma forma imperativa por outra.

O problema do encaixamento, por sua vez, se dá nos âmbitos estrutural e social. Este último diz respeito à idéia de que a própria estrutura lingüística está encaixada num contexto social e este, por sua vez, imprime sua força, de maneira não uniforme, sobre elementos do sistema.

Já o encaixamento estrutural se relaciona a uma visão de língua mais próxima ao formalismo, pois se apóia na idéia de que há relação entre ambiente estrutural e variável sob análise. Com isso, busca-se fundamentar o caráter ordenado da variação, mostrando que a regra variável como encaixada numa matriz lingüística que muda com ela.

Embora a visão de língua adotada neste trabalho seja de orientação declaradamente funcionalista, isso não nos impede de lidar com o encaixamento estrutural, mostrando, no nosso caso, como há relação entre outros elementos do sistema e a variação do imperativo. É fundamental, contudo, que consideremos o modo como se usam as formas lingüísticas tomadas aqui como fatores internos da variação em contextos de comunicação reais. Analisamos assim a forma pronominal utilizada no tratamento ao interlocutor (“tu”, “você”, “o senhor”), as diferentes construções com pronomes átonos, o preenchimento e a ordem da posição de sujeito.

Já o problema da implementação acaba aparecendo como conseqüência do que discutimos sobre transição e encaixamento, já que “a dificuldade do enigma da implementação é evidente no número de fatores que influenciam a mudança” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006: 124). Nossa meta é entender quais foram os fatores que, no período estudado, levaram à variação e ao processo de mudança. Entendido isso, entende-se o que esse contexto tinha de específico para que justamente nele, não em outro, o processo de variação, quiçá de mudança, tenha-se implementado.

2.2. O Funcionalismo como postura de análise

Para analisar a variação das formas imperativas no PB, admitimos que seja importante observar como o arranjo de itens do sistema lingüístico interfere na escolha da forma verbal utilizada. Além disso, porém, julgamos indispensável considerar o uso real que os falantes fazem das expressões lingüísticas, bem como os elementos situacionais relacionados a esse uso. Desse modo, concebemos a língua como, antes de

tudo, um instrumento de interação social e podemos afirmar que, mesmo não optando por seguir especificamente um dos modelos funcionalistas de maior destaque no contexto atual, adotamos uma postura funcionalista ao estudar o fenômeno de variação das formas imperativas. Isso porque, ainda que de modo genérico, pode-se definir funcionalismo, nas palavras de Trask²⁸, como

*Qualquer abordagem da estrutura lingüística que dá importância aos propósitos para os quais a linguagem é empregada. Muitas abordagens da lingüística se concentram nas características meramente estruturais das línguas, ignorando suas possíveis funções, e esse tratamento tem sido altamente compensador. Mas um grande número de lingüistas têm preferido combinar a pesquisa da estrutura com a investigação da função; qualquer abordagem que segue esta última orientação é **funcionalista**.*

(2004: 120)

Disso já se nota que, embora existam diferentes abordagens funcionalistas, encontra-se alguma unidade entre elas, a qual vai além de uma simples oposição ao formalismo lingüístico. De acordo com Cunha, Oliveira & Martellota²⁹ (2003: 29), “a necessidade de investigar a sintaxe nos termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais”, justamente por acreditar-se que a função de dada estrutura lingüística tem motivações semânticas ou motivações pragmáticas.

Vale salientar que nossa opção por não seguir fielmente um dos modelos funcionalistas já consagrados se deve não apenas à adoção da metodologia variacionista quantitativa, que julgamos a mais adequada por lidar especificamente com fenômenos de variação e mudança lingüística; tal opção deve-se, sobretudo, ao fato de tomarmos a

²⁸ TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Trad.: ILARI, R. São Paulo: Contexto, 2004.

²⁹ CUNHA, M. A. F. DA, OLIVEIRA M. R. DE, & MARTELLOTA, M. E. *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

língua como um sistema complexo, conforme propõe Castilho (2006)³⁰. Acreditando que a língua seja composta por subsistemas autônomos (ver 2.2.4), não podemos trabalhar com um modelo que privilegie certo subsistema em detrimento dos demais. A seguir, buscamos mostrar por que nos aproximamos em certa medida dos pensamentos de Halliday, de Dik e de Givón, mas, ao mesmo tempo, optamos pela posição teórica de Castilho.

2.2.1. A Gramática Funcional de Michael Halliday

A noção de funcionalismo apresentada acima por Cunha, Oliveira & Martellota encontra respaldo em Halliday (1985)³¹, para quem uma gramática funcional advém de um estudo que privilegie o uso que os falantes fazem da língua. Nesse sentido, admitindo o fato de todo texto emergir em um contexto de uso, o autor defende que justamente esses usos moldam o sistema, até mesmo por entender que a língua se adapte a necessidades humanas (ou seja, por entender que exista finalidade na mudança lingüística). O que Halliday entende por “necessidades humanas” são o entendimento do ambiente e a interação entre os indivíduos, o que se obtém com uma organização textual relevante. É o que se pode depreender a partir das metafunções propostas em seu modelo de análise, a saber, “ideacional”, “interpessoal” e “textual”:

All languages are organized around two main kinds of meaning, the 'ideational' or reflexive, and the 'interpersonal' or active. These components, called 'metafunctions' in the terminology of the present theory, are the manifestations on the linguistic system of the two very general purposes which underlie all uses of language: (i) to understand the environment (ideational), and (ii) to act on the others in it (interpersonal). Combined with these is a third

³⁰ CASTILHO, A. T. *Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Lingüística Histórica*. Inédito, 2006.

³¹ HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985/1994, p. xiii.

*metafunctional component, the 'textual', which breathes relevance
into other two.*

(1985: xiii)

Halliday afirma ainda que uma gramática funcional tende mais à semântica, assumindo, porém, não haver um limite discreto que separe semântica e gramática. Essa propensão à semântica se dá por tratar-se de uma gramática de escolhas (“‘choice’ grammar”), não de combinações (“‘chain’ grammar”); em outros termos, uma gramática com ênfase no paradigma, não no sintagma.

No que diz respeito diretamente à análise da variação das formas imperativas, aproveitamos de Halliday a concepção de língua. Assim como ele, entendemos ser fundamental considerar o contexto de uso ao analisar certo fenômeno lingüístico, justamente por acreditar que existe íntima relação entre os contextos de uso e as formas usadas. Acrescentamos, porém, que essa relação, conforme discutimos ao abordar a sociolingüística variacionista (ver 2.1), torna-se ainda mais evidente em situações de mudança lingüística, as quais não recebem um tratamento específico no funcionalismo proposto pelo autor.

Portanto, três motivações principais nos fazem entender que o modelo de Halliday não seria suficientemente adequado para o trabalho a que nos propusemos: uma razão é acreditarmos que seria mais proveitoso buscar uma orientação teórica que desse destaque a questões de mudança lingüística; a outra é não acreditarmos que seja frutífera uma análise das formas imperativas que, tal qual o modelo funcionalista em questão, privilegie a semântica (ou mesmo qualquer dos subsistemas); a terceira é não estarmos convencidos de que a mudança lingüística aconteça por determinadas finalidades.

2.2.2. A orientação funcionalista de Simon Dik

Assim como Halliday, Simon Dik também defende uma visão sobre a língua que a considere como um instrumento de interação social. Desse modo, o sistema lingüístico em si mesmo não é tomado como o objeto de estudo, dando lugar à competência comunicativa. Estuda-se a língua em função de sua finalidade, havendo, portanto, uma visão teleológica a respeito desse sistema lingüístico, conforme se pode perceber no seguinte trecho:

(...) a language is in the first place conceptualized as an instrument of social interaction among human beings, used with the intention of establishing communicative relationships. Within this paradigm one attempts to reveal the instrumentality of language with respect to what people do and achieve with it in social interaction. A natural language, in other words, is seen as an integrated part of the communicative competence of NLU [natural language user]³².

(1989: 3)

Tendo como lastro esse entendimento sobre o que seja uma língua natural, a Gramática Funcional de Dik assume como questão central o estudo de como as expressões lingüísticas podem ser descritas e elucidadas de modo *tipologicamente, pragmaticamente e psicologicamente* adequado (1989: xiv). Propõe-se então uma abordagem funcionalista que lide com dois sistemas de regras distintos. O primeiro deles é composto pelas regras que comandam a constituição das expressões lingüísticas, as quais, segundo Dik, estão no âmbito da gramática e da semântica. O outro sistema de regras é composto por aquelas que comandam os padrões de interação verbal em que se usam as expressões lingüísticas, ou seja, trata-se de regras da pragmática (cf. 1989: 3). Nesse modelo teórico, tal distinção é muito importante, pois é a partir dela que se

³² DIK, S. *The Theory of Functional Grammar – Part I: The Structure of the Clause*. Dordrecht: Foris Publications Holland, 1989.

podem subordinar as regras gramaticais e semânticas às regras pragmáticas. Nos termos de Dik,

Rule system (i) is seen as instrumental with respect to the goals and purposes of rule system (ii): the basic requirement of the functional paradigm is that linguistic expressions should be described and explained in terms of the general framework provided by the pragmatic system of verbal interaction.

Essa subordinação de um subsistema a outro acaba sendo fator relevante para que, embora tenhamos a mesma preocupação em considerar a língua e os contextos reais de uso, não possamos seguir a mesma orientação teórico-metodológica proposta por Dik, já que entendemos a língua como um sistema complexo, no qual não há subordinação entre os subsistemas (ver 2.2.4).

No caso específico das formas imperativas, podemos acrescentar que sobrepor o subsistema lingüístico da pragmática aos demais subsistemas provocaria um entrave à análise histórica da variação. Podemos aceitar que as formas indicativas e subjuntivas do modo imperativo (no modelo de Dik, integrantes do sistema “i”) alternam-se de acordo com os contextos de interação (sistema “ii”). Assim, se tomarmos o sistema (i) como mero instrumental para o sistema (ii), chegaremos às motivações pragmáticas que fazem cada forma em variação figurar em certo contexto específico. Entretanto, admitindo, conforme os fundamentos de variação e mudança, que a variação se dê por fatores não só externos (pragmáticos), mas internos também (gramaticais), não chegaremos a uma análise extensa das motivações que originaram a variação.

Assim, podemos afirmar que o modelo de Dik, ao estabelecer que uma teoria funcionalista deva explicar as regras e os princípios nos termos de sua funcionalidade (1989: 4), pode trazer importantes resultados numa análise sincrônica, que trate dos produtos da mudança. Estudando-se um processo de mudança, contudo, o caráter

teleológico da análise traz consigo problemas: podemos dizer seguramente que certo item mudou “e” adquiriu determinada função; não teríamos a mesma segurança, entretanto, para afirmar que o item mudou “para” assumir determinada função, já que elementos estruturais podem influenciar tanto quanto os pragmáticos na mudança, sem haver subordinação entre eles.

Dessa forma, frente aos problemas decorrentes de se estabelecer como principal um dos subsistemas, temos mais motivos para, ainda numa perspectiva funcionalista, acreditar no que estamos nomeando como uma abordagem da língua como um sistema complexo.

2.2.3. O funcionalismo estadunidense

Embora não tenhamos adotado pontualmente uma das linhas de análise funcionalistas entre as que mais têm destaque na pesquisa lingüística atual, podemos considerar os trabalhos realizados nos EUA os mais relevantes para nosso estudo. Esse destaque se dá porque, além da preocupação em considerar a língua como um instrumento de interação social, comum às demais pesquisas funcionalistas, existe também entre esses autores estadunidenses uma preocupação especial sobre questões de mudança lingüística,³³ o que se nota claramente nos estudos da gramaticalização (da qual nos ocuparemos mais adiante).

Centraremos o funcionalismo da Costa Oeste dos EUA, primeiramente, na figura de Talmy Givón, com o intuito de, a partir dele, apresentar idéias gerais comuns a esse grupo. Posteriormente trataremos de estudos relacionados à chamada Teoria da Gramaticalização, buscando mostrar em que medida podemos tirar proveito de seus achados, apesar de discordarmos da sua abordagem “linear” sobre o sistema lingüístico.

³³ Há que ser lembrado, porém, que não aderimos completamente aos postulados desse pensamento funcionalista porque, como discutiremos mais à frente, entendemos ser mais proveitosa uma abordagem que encare a língua como um sistema complexo.

2.2.3.1. Givón e sua *Syntax*

Foi nas palavras de Givón que encontramos, de modo mais claro, motivação convincente para optarmos por um estudo funcionalista sobre os fenômenos lingüísticos. No nosso caso específico, buscaremos perceber como, além de fatores estruturais, fatores pragmáticos interferem na variação das formas imperativas. Sendo assim, para entender “a função pragmática de morfemas e construções”, consideraremos os contextos em que ocorrem as formas imperativas em questão:

“(...) if grammar is indeed used primarily to code inter-clausal coherence, this method – studying grammar outside its communicative context – skirts the very data that may help establish the pragmatic function of morphemes and constructions”

(2001: 16)

Por assumir essa importância da pragmática na análise lingüística, Givón se opõe ao que avalia como “os três dogmas do estruturalismo”: a arbitrariedade do signo, a idealização da língua (tal como a *langue* de Saussure) e a estrita distinção entre sincronia e diacronia, entendida pelo autor como uma extensão da própria idealização da língua.

Essa idealização é a base de um estudo lingüístico que desconsidera as particularidades do uso real dos falantes, tendo foco nas virtuais regularidades do sistema. Givón discorda dessa idealização por defender que, olhando apenas as regularidades, não se percebem os mecanismos responsáveis por uma constante modelação e remodelação da própria estrutura:

(...) all functional-adaptive pressures that shape the synchronic – idealized – structure of language are exerted during actual performance. This is where language is acquired, and where grammar emerges and changes. This is where form adjusts itself – creatively and on the spur of moment’s opportunistic construal of

context – to novel functions and extended meanings. This is also where slop, variation and indeterminacy are necessary ingredients of the actual mechanism that shapes and reshapes competence.

(2001: 6)

Nota-se ainda nessa passagem a já mencionada preocupação do autor com questões de mudança lingüística, por se admitir que o sistema seja constantemente remodelado – o que nos permite afirmar que seu trabalho se aproxima mais de nossa investigação que os de Dik e Halliday.

No entanto, se por um lado concordarmos com essa proposta de se analisar a língua – sistema de representação cognitiva e sistema de codificação comunicativa (2001: 7) – em situações reais de uso, por outro discordamos de um ponto central do pensamento de Givón: a idéia de que sempre de motivações pragmáticas surjam as estruturas da gramática.

Ao famoso postulado de Givón, segundo o qual “a sintaxe de hoje é a pragmática de ontem”, podemos acrescentar sua crença de que a codificação gramatical tenha provavelmente sido a última adição evolucionária ao arsenal humano de comunicação (2001: 11). O problema que vemos aqui e que nos faz tomarmos doravante caminho diferente do de Givón diz respeito a que, mesmo se aceitássemos o surgimento da gramática como posterior ao da pragmática, apenas isso não pareceria ser motivo suficiente para se defender que todas as mudanças gramaticais se dêem por determinações pragmáticas. Weinreich, Labov e Herzog, ao apresentar fundamentos empíricos sobre variação e mudança, já mostravam como, além dos fatores externos (pragmáticos), fatores internos (gramaticais) interferem na mudança lingüística (ver 2.1.3).

Givón condena um tipo de análise que *since Plato and Aristotle (...) subverting the philosopher's attempt to discover the pristine system hiding behind messy reality*

(2001: 6), porém ele mesmo, ao estabelecer uma linearidade nas mudanças lingüísticas, subordinando gramática à pragmática, parece buscar a ordenação impecável por trás de uma realidade caótica, o que vai de encontro ao nosso entendimento da língua como sistema complexo (ver 2.2.4).

Por fim, vale salientar que acreditamos, como Givón, que a estrutura gramatical seja constantemente modelada e remodelada e que isso pode ser percebido apenas com dados reais de uso, considerando-se sempre as condições de produção. Do contrário, não aventaríamos a hipótese de que a variação das formas imperativas no PB indique um processo de mudança lingüística. Porém defendemos que seja mais frutífero, ao analisar esses processos de mudança, observar a língua como um sistema complexo, em que os subsistemas, embora inter-relacionados, não sejam subordinados, mas sim autônomos. Desse modo, e aproveitando também a metodologia da sociolingüística quantitativa, procuramos elucidar com mais clareza a variação das formas imperativas como um fenômeno de mudança lingüística.

2.2.3.2. Mudança lingüística e Teoria da Gramaticalização

Embora haja notícia de estudos já na China do século X que poderiam ser entendidos como trabalhos sobre esse fenômeno (*cf.* Neves, 1997: 113), coube a Antoine Meillet a alcunha de *pai da gramaticalização*. Isso se deve ao fato de ter sido o autor o primeiro a usar o termo *gramaticalização*, nomeando assim um “ponto de vista sobre o objeto”, e também por sua preocupação em, ao estudar casos de mudança lingüística, analisar o que considerou como uma atribuição de caráter gramatical a uma palavra vista como anteriormente autônoma.

No âmbito da Lingüística Funcional, os estudos sobre mudança lingüística têm aparecido sob o rótulo da gramaticalização. Entre os estudiosos, surge quase que como um consenso a assunção segundo a qual, no fenômeno da gramaticalização, ocorre uma

transformação de um item lexical em gramatical, ou mesmo a transformação em um item já tido como gramatical, que passa a ser entendido como “mais gramatical”. É o que se nota, por exemplo, na seguinte definição de Heine, Claudi & Hünemeyer³⁴:

Where a lexical structure assumes a grammatical function, or where a grammatical unit assumes a more grammatical function, we are dealing with grammaticalization, a process that can be found in all languages known to us and may involve any kind of grammatical function.

(1991: 2)

Ao lidar com esses casos vistos como transformação dos itens lexicais, os estudiosos da gramaticalização tiveram achados que, vistos numa perspectiva diacrônica, permitiram tirar uma conclusão impactante: a de que as mudanças lingüísticas seriam unidirecionais. Por essa hipótese da unidirecionalidade, afirma-se que as mudanças lingüísticas ocorrem em etapas sucessivas (tal como ocorre com os estágios de evolução de uma espécie), que podem ser apreendidas numa análise diacrônica. De acordo com Hopper e Traugott³⁵,

The basic assumption is that there is a relationship between two stages A and B, such that A occurs before B, but not vice versa. This is what is meant by unidirectionality.

(1993: 95)

Partindo dessa hipótese, de que existe uma única direção para a mudança, é que se postula o mencionado trajeto do “mais gramatical” ao “menos gramatical”. Desse modo, por exemplo, de uma preposição (“contra”) pode surgir um prefixo (“contragosto”), porém não o inverso.

³⁴ HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization – A Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

³⁵ HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 95

Ocorrem problemas, porém, quando essa noção de unidirecionalidade faz com que na análise lingüística se proponha que as mudanças seguem uma linha que perpassa os subsistemas. Dessa maneira, a gramaticalização passa a ser entendida como um epifenômeno, a partir do qual outros seriam derivados. Podemos observar isso na seguinte passagem de Bybee, Perkins e Pagliuca³⁶:

Like many other researchers, we do not restrict our interest in grammaticization to the transition between lexical and grammatical status, but rather recognize the same diachronic process at work in a long chain of development. Included are changes in lexical morphemes by which some few of them become more frequent and general in meaning, gradually shifting to grammatical status, and developing further after grammatical status has been attained. The events that occur during this process may be discussed under the rubrics of semantic, functional, grammatical, and phonological changes, though we will argue that these processes are intimately connected with another. (Grifos nossos)

(1994: 4 – 5)

Assim como esses autores, consideramos bastante plausível a idéia de que um morfema se torne mais freqüente e, concomitantemente, ocorram mudanças semântico-pragmáticas e gramaticais. Parece inclusive que as formas imperativas em variação, objeto de nosso estudo, sirvam para exemplificar isso, se entendemos que uma forma variante tornou-se mais freqüente e, ao mesmo tempo, teve mudanças semânticas, funcionais e gramaticais. No entanto, não defenderemos que haja um epifenômeno (que, no caso, seria a gramaticalização) a partir do qual ocorra toda a sorte de alterações envolvidas no processo de variação e mudança das formas. É disso que trataremos a seguir.

³⁶ BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar - tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994, pp. 4 – 5.

2.2.4. Abordagem da língua como um sistema complexo: uma proposta de análise

Castilho (2006)³⁷ propõe que, ao se analisarem os fenômenos lingüísticos, entenda-se a língua como um conjunto de subsistemas que, embora relacionados, sejam autônomos. Essa proposta surge como uma necessidade a partir do que ele denominou uma crise na abordagem funcionalista, pela qual não se estabelece com precisão se o alvo das investigações seriam os produtos ou os próprios processos do fazer lingüístico. Como alternativa à crise, Castilho defende a formulação de uma teoria que aborde a língua em sua complexidade e em seu dinamismo, de modo a tratar os processos de modo adequado.

Essa crise, ainda segundo Castilho, é observada mais claramente nos estudos sobre gramaticalização: ao proporem que o item em processo de mudança assume novas propriedades gramaticais e perde propriedades antigas, aqueles que o autor denomina “gramaticalizadores” postulam que haja uma linearidade no processamento lingüístico, postulado que fica ainda mais evidente quando se considera a já mencionada unidirecionalidade: afirmando que, linearmente, as categorias lexicais adquirem traços gramaticais, assume-se que léxico e gramática sejam domínios excludentes, não sobrepostos. Dessa forma, entenderíamos que o item lingüístico, que já é gramatical em si mesmo, não conteria de antemão traços gramaticais, os mesmos que nos possibilitam, por exemplo, distinguir as palavras em classes.

Além desse problema da linearidade, promover a gramaticalização ao *status* de um epifenômeno tem trazido entraves à abordagem sobre a língua. Já que sob o mesmo rótulo se estudam fenômenos discursivos, lexicais, gramaticais e semânticos, e estes são vistos como lineares, passa-se a estabelecer derivações entre tais fenômenos e, conseqüentemente, entre tais subsistemas. Na realidade, esse estabelecimento de

³⁷ Todos os comentários sobre a proposta de Castilho se baseiam no mesmo texto, mencionado na nota 35.

derivações não é privilégio dos estudos em gramaticalização, uma vez que cada modelo funcionalista entre os acima mencionados escolheu um subsistema como central para o funcionamento do sistema lingüístico.

Castilho vê como matriz desses problemas a influência de uma visão analítica presa à epistemologia da ciência clássica. Nessa perspectiva de investigação, entende-se ser tarefa do investigador desvendar uma regularidade oculta por trás de um caos apenas aparente. Para isso, o cientista precisa de algum artifício metodológico que lhe permita considerar os dados como estáticos, fugindo do complexo dinamismo em que eles são produzidos. Dessa forma, só é possível observar os produtos, jamais os processos que os geraram. É justamente nessa análise de produtos que se identificam relações determinísticas entre as diferentes partes do fenômeno.

No caso específico dos estudos lingüísticos, essa visão clássica permite então imaginar, por exemplo, que uma alteração pragmática foi responsável por outra gramatical, entendendo que no processo de mudança os fenômenos se dão de modo linear, e não concomitante. Há que se destacar, porém, que isso só parece correto desconsiderando-se a totalidade do item lingüístico, o qual apresenta ao mesmo tempo propriedades gramaticais, semânticas, lexicais e pragmáticas. Considerando ainda que essas propriedades não são excludentes, que elas interagem todas a uma vez, torna-se praticamente impossível se estabelecerem as relações determinísticas propagadas pelas diferentes correntes funcionalistas que mencionamos, sobretudo pelos estudos de gramaticalização.

Embora não tenha sido ainda formulada uma teoria que dê conta de estudar a língua em seu dinamismo, Castilho propõe uma alternativa para que se busque evitar os problemas decorrentes do olhar clássico sobre o fenômeno dinâmico que é a língua. A abordagem científica conhecida como “Teoria do Caos” ou como “Ciência dos Sistemas

Complexos” aparece então como uma opção mais adequada ao estudo dos processos lingüísticos.

Optando-se pela abordagem da língua como um sistema complexo, assume-se que o sistema lingüístico apresenta as mesmas características desse tipo de sistema: a mudança é uma constante, não havendo estabilidade; o sistema é algo dinâmico, não linear; seus elementos, portanto, também se relacionam de modo simultâneo, não linearmente.

Conforme se nota, não se invalida a noção de que o sistema lingüístico está em constante mudança, o que já é defendido pela sociolingüística quantitativa e mais enfaticamente pelos trabalhos em gramaticalização. A diferença reside então no modo de encarar o processo que desencadeia a mudança lingüística: no estudo de um sistema complexo, o interesse maior reside no dinamismo de seus componentes; em vez de relações determinísticas, em que um subsistema se sobrepõe ao outro, vêem-se eventuais correlações entre os fenômenos de cada subsistema.

Esse dinamismo pode ser explicitado se a) ao estudar o fenômeno lingüístico, observamos os processos sociocognitivos, simultâneos, de ativação, desativação e reativação de propriedades; e b) analisarmos tais processos nos diferentes subsistemas: léxico, gramática, semântica e discurso. Como resultado, observar-se-ão os processos de lexicalização, gramaticalização, semanticização e discursivização.

Sobre os três processos sociocognitivos mencionados, é importante destacar que são a um tempo sociais e cognitivos porque são “baseados numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala” e porque “operam com categorias mentais” (p. 16).

Apesar de Castilho ter discutido em seu trabalho como ocorre ativação, reativação e desativação de propriedades apenas em um mesmo item lingüístico,

tomamos aqui a liberdade de testar uma análise um pouco diferente disso: já que estamos investigando a variação entre as formas imperativas empregadas no singular e acreditamos que tal variação constitui um processo de mudança lingüística, estenderemos os processos sociocognitivos para uma relação entre dois itens. Dito de outro modo, acreditamos que pode ter havido ativação de alguma propriedade na forma verbal imperativa-indicativa ao passo em que houve desativação na forma imperativa-subjuntiva, o que fundamentaria a hipótese de variação seguida de mudança.

Desse modo, aproveitando a metodologia da sociolingüística variacionista, elegemos um grupo de fatores condicionantes da variação. Estes podem ser subdivididos em dois subgrupos: um associado ao subsistema gramatical e outro ao semântico-pragmático. Essa subdivisão se dá tendo em vista a proposta de Castilho, segundo a qual “a análise pode começar por qualquer subsistema, desde que não se detenha num deles” (p. 20) e nem derive características semânticas, gramaticais e discursivas umas das outras, “pois elas convivem, e atuam em subsistemas dotados de dinâmica própria” (p. 20).

No que diz respeito a propriedades gramaticais das formas, selecionamos os seguintes fatores de variação: a) forma pronominal utilizada no tratamento dado ao interlocutor (*tu*, *você* ou *senhor*); b) preenchimento e ordem da posição de sujeito; e c) construções com pronomes átonos. A partir desses fatores, buscamos perceber como outros itens lingüísticos interferem na ativação/ desativação/ reativação da marca gramatical de pessoa nas formas imperativas.

Para tratar de traços semântico-pragmáticos das formas, selecionamos como fatores de variação: a) tipo de tratamento dado ao interlocutor (*tu*, *você* ou *senhor*)³⁸; b) a conversação ser ou não monitorada por terceiros; c) o tipo de relação entre

³⁸ Esse fator é a um tempo gramatical, pelo fato de os pronomes influenciarem na concordância, e semântico-pragmático, porque a escolha por um desses pronomes tem relação com o grau de polidez.

interlocutores (entre iguais; superior-subordinado; subordinado-superior; familiares, amigos; simples conhecidos; desconhecidos); c) a posição dos enunciadores na hierarquia social (*tipos populares; tipos burgueses; tipos marginalizados*); d) a polaridade do enunciado e e) tipos de atos de fala em que se dão as formas imperativas. Nesse caso, buscamos perceber como tais elementos interferem na ativação/desativação/reativação da marca de polidez nas formas imperativas.

2.3. Teoria da Variação e Mudança e Teoria Multissistêmica: uma associação possível

Como discutimos acima, a Teoria Multissistêmica propõe procedimentos para analisar as mudanças por que passou um item ou mesmo uma construção lingüística, levando em conta que estes estão inseridos num sistema complexo – formado por subsistemas autônomos – e ainda ponderando que apresentam traços correspondentes a cada um desses subsistemas.

No entanto, não há ainda na teoria orientações para lidar com um processo de mudança em que haja competição entre diferentes formas lingüísticas, nem orientações para se identificar um processo de mudança ainda incipiente. Dito de outro modo, não existem ainda estratégias de análise para, considerando que a mudança lingüística se dê em um sistema complexo, lidar com a variação das formas imperativas.

Sendo assim, no caso dessas formas, não seria suficiente afirmar que haja um fenômeno de variação e mudança sem encontrar indícios que atestem a existência de tal fenômeno, considerando-se que um processo de mudança em curso, como é o caso, seja mais sutil que um processo já acabado.

Portanto, além de utilizar a Teoria Multissistêmica, que trata das mudanças ocorridas no item lingüístico, são necessários fundamentos que mostrem estarem em processo de mudança as formas imperativas.

A Teoria Variacionista vem ajudar justamente nisso: como oferece uma metodologia para se identificarem processos de substituição de uma forma por outra, é por meio dela que será mesmo possível surpreender um processo de mudança envolvendo as formas verbais em análise.

Desse modo, podemos pensar que as propostas de Castilho e de Labov se complementam. Enquanto este preocupa com **o que leva o item a mudar** (fatores condicionantes), aquele busca explicar **o que ocorre no item durante a mudança** (processos sociocognitivos). Assim, juntar essas duas visões numa mesma análise nos pareceu um intento realmente possível.

3. O *CORPUS* SOB ANÁLISE E UM POUCO DA HISTÓRIA DO TEATRO BRASILEIRO

3.1. A escolha do *corpus* – Por que a dramaturgia?

Como bem se sabe, escolher criteriosamente o *corpus* de análise é etapa fundamental na investigação lingüística. Eleger sobre quais textos nos debruçar em busca das formas imperativas foi tarefa que exigiu bastante de nossa atenção ao longo dos anos em que lidamos com o fenômeno.

Uma primeira tentativa se deu com o *corpus* do projeto NURC – SP, mas, apesar da qualidade dos arquivos, nossas necessidades não puderam ser atendidas, devido à baixíssima frequência de imperativos nas conversações analisadas. Imaginamos que isso aconteça por conta do tipo de interação entre os falantes, na qual não parece haver muito espaço para ordens, pedidos ou sugestões que sejam carreados pelas formas verbais que ora estudamos.

Outra tentativa foram os anúncios publicitários. Após levantamento de dados, chegamos à conclusão de que esse gênero textual não favorece a variação das formas. Excetuando-se um ou outro caso – tais como o insistente “Experimenta” de uma propaganda de cervejas –, é praticamente categórico o uso das formas subjuntivas nesse contexto. À mesma conclusão chegaram SCHERRE *et alii* (2000)³⁹, quando dizem que “nos eventos de língua escrita de propaganda que não envolvem diálogo, a expressão do imperativo se faz predominantemente por meio da forma subjuntiva”.

Buscamos ainda o *corpus* de São Paulo do Projeto Para História do Português Brasileiro (PHPB), porém as “Cartas de leitores e cartas de redatores” apresentavam baixa incidência de formas imperativas – apenas 83 formas nas 177 cartas pesquisadas.

³⁹ SCHERRE, M. M. P. *et alii*. “Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil”. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, 2000, pp.1333-1347.

Nossa última e bem-sucedida tentativa foram textos teatrais. Num primeiro momento quisemos evitá-los, pensando evitar assim usos lingüísticos que tivessem o filtro de um autor. Porém, se por um lado há esse filtro de um indivíduo específico, a diversidade de situações que o campo da ficção proporciona faz com que as formas imperativas sejam abundantes e, inclusive, que possamos estabelecer variantes externas em função dessas diferentes situações. Fora isso, não se pode ignorar que o próprio autor é um representante de seu tempo. Ainda mais se considerarmos o teatro um “reflexo da sociedade que lhe serve de berço”, como afirma Braga (1999: 29)⁴⁰.

Sobre a escolha das peças, tivemos a preocupação de selecionar obras populares dos diversos momentos analisados, produzidas no período compreendido entre 1850 e 1975. Da comédia de costumes de França Júnior ao drama “desagradável” de Nelson Rodrigues, os textos escolhidos têm em comum o caráter popular de seus personagens e de seu público, como veremos a seguir.

3.2. Da virada do século à segunda metade do XX: as raízes de um teatro brasileiro

Os anos iniciais desse período que analisaremos tiveram momentos conturbados no contexto internacional e, no Brasil, as coisas não foram diferentes. As primeiras obras teatrais entre as escolhidas foram compostas num contexto histórico de transformação, no qual o mundo agrário e monárquico ia cedendo espaço ao mundo urbano e industrial. No Brasil, a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, são fatos decorrentes dessa mudança socioeconômica, que começara na Europa desde o início do processo de industrialização e de ascensão da burguesia.

Também o teatro brasileiro passará por transformações. Entre 1855 e 1875 era a época do Realismo na dramaturgia nacional, quando vigorava o chamado “teatro sério”.

⁴⁰ BRAGA, C.M. *Teatro brasileiro na República Velha – Reflexões sobre a dramaturgia brasileira (1889 – 1930)*. Tese de Doutorado. ECA/USP, 1999.

Essas peças, de apelo mais intelectual, obtiveram um sucesso intenso com o público e com a crítica. Até por isso, considerável parte da crítica, ainda hoje, julga esse momento como o “período áureo” na história do nosso teatro⁴¹. Esse sucesso de uma dramaturgia refinada, porém, não durou muito tempo. Seu público passou a buscar espetáculos menos densos, como era o caso das operetas estrangeiras, que vinham apresentar-se no nosso continente, e do teatro musicado de modo geral. O próprio José de Alencar (1829 – 1877), na condição de dramaturgo, se considerou vítima de um público que, em suas palavras, “desertou do drama nacional, inspirado no sentimento patriótico, para afluir aos espetáculos estrangeiros”⁴².

Em sua “História Concisa do Teatro Brasileiro”, Décio de Almeida Prado conta que ao drama de Alencar seguiu-se a opereta francesa e, assim, a “literatura teatral séria” não teve seqüência. Segundo o crítico, começou-se a “pensar o Brasil” pela comédia, o que acontecia “a contragosto de autores, intérpretes e críticos”⁴³. O curioso nessa enumeração de descontentes feita por Prado é que são mencionados autores, intérpretes e críticos, mas não o público.

Essa comédia nacional, apresentada com certo menosprezo pelo ensaísta e desdenhada por boa parte da crítica, era justamente o teatro brasileiro que resolveu deixar de lado modelos e temas europeus, passando então a tratar de temas brasileiros, inclusive com uma abordagem popular. Essas peças, que conseguiam tratar de temas nacionais e levar as classes populares ao teatro, são tidas por muitos, apesar do sucesso com o público, como pertencentes a um período de decadência do teatro nacional. Braga (1999: 34) mostra como razão para esse julgamento a posição das elites intelectuais da época – bem como de seus herdeiros intelectuais –, contrárias a uma arte de gosto popular. Essa elite, segundo a autora, buscava identificar-se com o “modus vivendi”

⁴¹ MAGALDI, S. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 1999, p. 97.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 97.

⁴³ PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 85.

européu e, conseqüentemente, distanciar-se da massa populacional. Dessa forma, esse grupo mais abastado não poderia misturar-se ao povo, platéia do teatro brasileiro, e então acabava optando pelas operetas de companhias estrangeiras.

Assim, quando tratamos desse teatro brasileiro seqüente ao Realismo, lidamos com uma arte dramática que ganha o gosto de camadas populares, as quais se reconhecem nas apresentações a que assistem. Nesse período, autores como França Júnior (1838 – 1890) e Artur Azevedo (1855 – 1908) dão continuidade a um teatro iniciado com Martins Pena (1815 – 1848), feito no Brasil sem preocupar-se com o modelo europeu vigente.

Há de ser destacado que esse teatro de orientação nacional começa a despontar num ambiente favorável a que dramas e comédias tivessem uma feição brasileira. Na segunda metade do XIX já vigoravam ideais republicanos, entre os quais tinha destaque a valorização da pátria. Desse modo, entre peças que criticam a costumeira valorização do estrangeiro ou que simplesmente enalteciam os valores da pátria, o teatro desse período de implantação e afirmação da república descreve sua terra, seu povo e seus costumes.

Posteriormente, também no período da I Guerra o teatro popular brasileiro aumenta sua participação nos palcos. Naquela época, em que a Europa ficou isolada do continente americano, as companhias estrangeiras ficaram impossibilitadas de aportar pela América, o que teve como conseqüência uma abertura de espaço para o teatro do Brasil. Segundo Cafezeiro e Gadelha, na falta do produto importado os empresários do teatro tiveram de “remediar com pratas da casa”⁴⁴. Isso fortaleceu a cultura dramática nacional e, além disso, os autores e atores nacionais levavam consigo uma língua mais brasileira aos palcos. Foi justamente nesse período que os autores Coelho Netto (1864 –

⁴⁴ CAFEZEIRO, E., GADELHA, C. *História do Teatro Brasileiro – De Anchieta a Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – Funarte, 1996, p. 344.

1934), João do Rio (1881 – 1921) e Oduvaldo Vianna (1892 – 1972), dos quais coletamos obras para nosso *corpus*, apareceram na dramaturgia brasileira.

Com essa geração de autores, o teatro popular brasileiro passou a ocupar definitivamente os palcos nacionais, o que trouxe inclusive a possibilidade de uma maior variação nos temas. Para ser brasileira, a obra não precisava mais explicitar em seu enredo essa busca pelo nacional.

Vale mencionar que, em oposição a esse teatro mais leve e de cunho popular, surgiu em 1927 o Teatro de Brinquedo. Era uma expressão de um grupo intelectualizado da elite, o qual, carente de espetáculos em cartaz que satisfizessem seu gosto artístico, resolvera montar suas próprias peças. Levava o nome “de Brinquedo” justamente pelo seu caráter amador. De acordo com Cafezeiro e Gadelha (1996: 431), os importantes grupos “Teatro do Estudante” e “Teatro Universitário”, ambos fundados em 1938, são herdeiros dessa primeira tentativa de sofisticar a arte. Apesar de sua importância, não tratamos aqui desse teatro por ele não fazer parte das peças tidas como populares, ou seja, por estar fora de nosso campo de análise.

Dessa forma, deixamos a geração que no período da Primeira Guerra sedimentou o teatro nacional (geração que, aliás, seguiu produzindo ainda nos anos 30) e passamos diretamente ao teatro de Nelson Rodrigues. Contudo é precisa uma pequena ressalva: entre as obras do nosso *corpus*, está “O Rei da Vela”, composta pelo modernista Oswald de Andrade. Não podemos, porém, dizer que o modernismo levou suas conquistas estéticas até os palcos – sequer havia teatro entre as artes na Semana de 22. Para a crítica teatral, aqui representada por Sábato Magaldi

a revolução empreendida pela Semana de Arte Moderna de 1922

já se consolidara na poesia [em 1940], no romance, pintura, na

*arquitetura, na escultura, no desenho, na música – menos no palco.*⁴⁵

A despeito disso, Oswald merece destaque em nossa pesquisa por sua conhecida preocupação em, na arte, retratar a língua falada no Brasil (explícita, por exemplo, no difundido poema “Pronominais”), bem como o fazem os demais autores de cujos textos tiramos nossos dados. Tendo como critério fundamental textos que representassem um português popular e considerando a preocupação oswaldiana, inserimos “O Rei da Vela” em nosso *corpus*.

Quanto a Nelson Rodrigues, seu teatro pode ser considerado popular por lidar com personagens do cotidiano, por mais que suas ações sejam vistas como atípicas (estupros e incestos chocaram a crítica da época, a ponto de o próprio Rodrigues se considerar o autor de um “teatro desagradável”). Esse autor “desagradável” é o precursor do Moderno Teatro Brasileiro, com a peça “Vestido de Noiva” (1943), que segundo a crítica é o marco de uma nova fase em nossa dramaturgia. Destaque-se que o Brasil se tornava cada vez mais um país urbano, uma das razões para que a valorização do Brasil rural tivesse ficado no passado e o teatro se aproximasse também cada vez dessa urbanidade.

Sábato Magaldi, estudioso da obra rodriguiana, propõe que a dividamos em três grupos, a saber, “Peças Psicológicas”, “Peças Míticas” e “Tragédias Cariocas”. É neste último grupo, iniciado em 1953 com “A Falecida”, que concentramos nossa atenção. Isso porque é justamente nesse teatro que o autor cede mais ao “gosto popular”. Se Martins Pena dava um panorama de sua sociedade rural no século XIX, “a literatura rodriguiana constitui o mais amplo painel teatral da sociedade urbana brasileira”⁴⁶. De acordo com Cafezeiro (1996: 484), Rodrigues elabora esse painel “centrando suas

⁴⁵ MAGALDI, Sábato. *Nelson Rodrigues: Dramaturgia e Encenações*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.5.

⁴⁶ Idem, p. 18.

pesquisas e observações na criação de uma linguagem coloquial”, o que nos motivou a inserir “Bonitinha, mas ordinária” (1965 [1962]), uma das “Tragédias Cariocas”, em nosso *corpus* de análise.

Para finalizar essa busca de uma língua popular e nacional nos textos dramáticos brasileiros, buscamos uma obra calcada num universo de marginalizados. Trata-se do teatro de Plínio Marcos de Barros, o Plínio Marcos. Seus personagens habitam fundamentalmente o submundo urbano, muitas vezes chegando à mais completa miséria.

O autor, dando voz a prostitutas, cafetões, detentos e a toda uma classe de excluídos, teve por muitos anos a censura como empecilho à difusão de sua obra. No regime autoritário, as elites dominantes viam a obra de Plínio Marcos como subversiva, justamente por tratar de situações extremas em que a busca por sobrevivência põe valores morais em segundo plano. Como exemplo temos “Abajur Lilás” (1967), presente em nosso *corpus*, e também “Barrela” (1963), primeira peça de Plínio, em que um jovem de classe média é preso por motivo banal e acaba violentado pelos demais detentos, num ambiente de extrema violência incentivada pelos próprios policiais que deveriam impedi-la.

Vale destacar que, ao narrar esse universo, o autor não se ressentia de usar uma variedade lingüística compatível com aquilo que suas personagens representam. O estudioso Mario Cacciaglia, ao abordar a obra de Plínio Marcos, considera que “a linguagem é de uma crueza muito violenta”⁴⁷.

3.2.1. Obras analisadas – De onde vêm nossos dados

Segue um pequeno comentário sobre cada uma das peças que compõem nosso *corpus*. Damos notícia disso para que, de certo modo, os dados apresentados possam ter

⁴⁷ CACCIAGLIA, Marcos. *Pequena história do teatro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1986, p. 133.

certa contextualização (a qual, sabemos, só se daria por completo com a leitura das obras).

A mais antiga de todas é “Orfeu na Roça” (1868), de Francisco Correa Vasques, ator e autor de origem pobre e de baixa instrução formal. Apresenta-se aqui uma forma peculiar da busca pela brasilidade: parodiando-se “Orphée aux enfers”, aclamada opereta de Jacques Offenbach, o ambiente rural toma o espaço cênico e a arte popular brasileira apropria-se do enredo importado, numa chave parodística. Orfeu transmuta-se no barbeiro Zeferino Rabeca, cuja esposa – Dona Brígida, versão paródica de Eurídice – não demonstra sombra sequer do amor de Eurídice. Até mesmo por isso, é facilitado o seu rapto, realizado Tadeu, o “Aristeu” da obra.

“O Tipo Brasileiro” (1872), comédia de França Júnior, é preciso exemplar do período de valorização de temas nacionais. Na trama, um jovem brasileiro, Henrique, deseja casar-se com Henriqueta Paixão. O pai da moça, porém, quer para ela um casamento já arranjado. O noivo era Mr. John Read, empresário inglês de 40 anos (vinte a mais que a moça), cujos tresloucados projetos empresariais seduzem Teodoro Paixão, pai de Henriqueta. John, na realidade um embusteiro, acaba desmascarado pelo astuto Henrique, que consegue enfim a permissão de Teodoro, rendido ao valor do jovem conterrâneo. É importante dizer que essa sátira ao costume de sobrevalorizar o estrangeiro vem de um autor que, na opinião do professor João Roberto Faria, “mostrava-se um observador atento dos costumes à sua volta”⁴⁸.

A “coisa brasileira” aparece também em “O Caboclo” (1886), de Aluísio Azevedo. O dono de uma fábrica de palitos adapta dramas estrangeiros para que, a contragosto de sua esposa, seus funcionários os encenem. As adaptações de Virgílio e Shakespeare – praticamente plágios – não caem bem a seus atores, devido mesmo à

⁴⁸ FARIA, J. R. *O Teatro na Estante*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998, p. 56.

distância entre a ação em si e a realidade daquelas pessoas. Dessa maneira, a obra parece criticar o teatro nacional sério da época, que não tinha identidade brasileira e, quiçá conseqüentemente, nem boa aceitação do público.

O patriotismo teve grande vazão ainda no Teatro de Revista, gênero em que se criticam costumes de um país ou de uma localidade. Segundo Sousa Bastos, essas composições dependem menos do fazer literário que “da ligeireza, da alegria, do muito movimento, do espírito com que foram escritas”⁴⁹. Não podemos esquecer, porém, que, como gênero satírico, as revistas dependem ainda da agudeza do olhar do escritor sobre seu universo de referência. A sátira bem-feita depende justamente dessa identificação precisa dos valores a serem alvo do deboche.

Esse olhar documental perpassa “O Tribofe” (1891), revista de Artur de Azevedo, o maior representante do Teatro de Revista no país. Da trama dessa revista, originou-se “A Capital Federal” (1897), melhor peça do autor na opinião do professor Faria (1998: 68). Na obra, o matuto é o mineiro Seu Eusébio (não mais o paulista como em Martins Pena e em França Júnior), que vai com toda a família ao Rio de Janeiro, em busca do espertalhão que havia prometido casamento à Quinota, filha do fazendeiro. Na cidade ocorre que a família, com exceção da filha e da sua mãe, acaba “pegando a pândega da *capitar*”, e assim dispersando-se. Ao fim e ao cabo, todos se reúnem e voltam ao campo, já que, na fala de Eusébio, “é na roça, é no campo, é no sertão, é na lavoura que está a vida e o progresso da nossa querida pátria” (p. 185). Revela-se aqui outra marca do período em questão: a busca por um modelo de país vai encontrar a tradição do Brasil no mundo rural. Os males da urbanização, acreditou-se, poderiam ser superados se o país se voltasse à sua suposta vocação agrária.

⁴⁹ SOUSA, J. B. *Dicionário de Teatro Português*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1908, p. 128.

Já no século XIX, as companhias estrangeiras deixaram de aportar por cá, devido ao conturbado momento europeu, de iminência da I Guerra. Da safra de autores que ganharam espaço nesse período, escolhemos uma peça de João do Rio, pseudônimo de João Paulo Barreto. Em “Que Pena Ser Só Ladrão!” (1905), a crítica social se faz pela figura de um gatuno extremamente fino e “correto”. Flagrado por sua vítima enquanto lhe roubava a casa, o gatuno trava com ela, uma prostituta, longo diálogo. Mesmo pouco compreendido pela interlocutora, faz críticas à sociedade da época e acaba não só restituindo o dinheiro roubado, mas também dando um pouco a mais ante as necessidades da moça. Esta o convida para passarem juntos à noite, recebendo resposta negativa daquele que era, além de ladrão, um fiel homem casado. A outrora vítima, já sozinha ao fim da peça, exclama: “Que pena não ser como nós, meu Deus! Que pena ser só ladrão!”.

Oduvaldo Viana, já no período conhecido como Entre Guerras, tem também uma produção bastante grande de teatro popular. As características nacionalistas aparecem em muitas de suas obras, das quais selecionamos “Terra Natal” (1920), peça ambientada em ambiente agrário. Aqui, como em “O Tipo Brasileiro”, de França Júnior, há o brasileiro que desdenha a própria terra. A diferença é que nesse caso quem o faz é um jovem, Oscar. Novamente, porém, reafirma-se o valor brasileiro: o jovem Benedito, empregado da fazenda do tio de Oscar, consegue impedir um grande fracasso nos negócios, que vinham sendo comandados por estrangeiros. Nas palavras de Cacciaglia (1986: 104), a peça exalta “a habilidade inata e a aguda inteligência de humilde operário brasileiro diante da orgulhosa ineficiência do engenheiro americano”.

“O Patinho Torto ou Os Mistérios do Sexo” (1924) foi uma escolha que julgamos ousada, uma vez que seu autor, Coelho Netto, era tido como purista por modernistas da primeira geração. O que observamos na peça, porém, é uma variedade

que não destoa da empregada em outras peças da época e, por conseguinte, que não segue rigorosamente o uso normativo da língua, contrariamente ao que se poderia pensar de uma obra desse autor.

Quanto ao enredo, há um curioso caso que envolve duas famílias burguesas: Eufêmia, prometida em casamento a Bibi, passa por uma espécie de mudança de sexo. Na verdade, sempre fora homem, mas sua mãe o criara como menina. Com a resolução de assumir seu sexo biológico, o casamento com Bibi não seria mais possível. Como solução, vem uma proposta do pai de Bibi: se Eufêmia não casasse com seu filho, Bibi, casaria com sua filha, Iracema, de quem sempre fora amiga. Tal casamento fica agendado para dali a um ano, tempo para que Eufêmia se habitue à nova condição.

Vale ainda o comentário do crítico Sábato Magaldi acerca do autor: “É simples concluir-se que o melhor teatro de Coelho Netto se inscreve na tradição cômica brasileira” (1999: 178). Foi justamente esse seu melhor teatro, inscrito na senda da nossa comicidade popular, que trouxemos ao nosso *corpus* com “O Patinho Torto ou Os Mistérios do Sexo”.

Antes de tratar da próxima peça, vale comentar que, em seu “Manifesto Pau-Brasil”, Oswald de Andrade preconizava:

A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.

Com isso, seria difícil passar por um levantamento do português popular brasileiro desse período sem desconsiderar uma obra sua, no caso, “O Rei da Vela” (1937). No enredo há uma crítica à exploração capitalista tal qual se dá no Brasil. Abelardo I, agiota, sofre de seus credores estrangeiros as mesmas humilhações a que

sujeita seus devedores. Ao fim e ao cabo, temos uma burguesia nacional falida, cuja falência é dividida com o povo. Apenas os estrangeiros lucram.

O Moderno Teatro Brasileiro, iniciado em 1943 com “Vestido de Noiva”, está representado em nosso *corpus* por “Bonitinha, mas ordinária” (1962). A peça gira em torno de uma frase atribuída a Otto Lara Rezende: “O mineiro só é solidário no câncer”. O jovem Edgar tem a chance de ascender socialmente por meio de um casamento arranjado. Maria Cecília, a noiva, fora estuprada, mácula que seria minimizada com o casamento de conveniência. Mais adiante, porém, revela-se que, surpreendentemente, a “bonitinha ordinária” havia pago para ter relações sexual com os cinco supostos estupradores. Edgar, um herói com caráter (o que não é comum nas peças de Nelson Rodrigues), desiste do casamento e vai procurar Ritinha, seu verdadeiro amor.

Encerrando, Plínio Marcos. Sua dramaturgia maldita está aqui com “Abajur Lilás” ([1969] 1975), peça cujos personagens são um cafetão, seu segurança e três prostitutas. Dos constantes atritos entre opressores e oprimidos, o enredo termina com tortura e um assassinato, cujas vítimas, como seria de se esperar na obra de Marcos, foram as meretrizes.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Os critérios para escolha das condições de uso

Conforme afirmamos em 2.1.2., temos consciência de que a alternância das formas imperativas não seja um caso de variação prototípico, pois, uma vez que tratamos de uma variação para além dos limites fonológicos, questões relativas ao significado são inerentes ao fenômeno em análise. Ainda assim, como também afirmamos em 2.1.2., dada a comparabilidade funcional das formas imperativas do indicativo e do subjuntivo, temos a possibilidade de elaborar uma análise com base em princípios metodológicos da sociolinguística quantitativa, bastante úteis à nossa investigação por propiciarem uma análise mais objetiva dos dados.

Para analisar essa co-ocorrência entre as formas imperativas – surpreendida nesta pesquisa em textos teatrais do PB produzidos entre 1850 e 1975 –, consideramos a proposta laboviana, segundo a qual a variação não se dá de maneira aleatória, e buscamos selecionar fatores que, a nosso ver, podem determinar a escolha por uma das duas formas verbais. Além disso, entendendo que é possível desencadear-se um processo de mudança a partir da variação, estudamos os fatores de modo a observá-los ao longo do tempo. Com isso, pretendemos perceber se, ao passar dos anos, os fatores passaram a atuar de modo diferente na variação, configurando-se assim um processo de mudança, ou se os índices de variação mantiveram-se estáveis.

Para desempenhar essa análise, decidimos abordar dois dos subsistemas linguísticos, seguindo a já citada Teoria Multissistêmica (*cf.* 2.2.4.). Como no cerne da questão do imperativo se encontram flexão verbal e relações interpessoais, demos destaque aos subsistemas mais relacionados a tais aspectos, respectivamente, o gramatical e o semântico-pragmático.

É necessário destacar também que, ao tratar dos fatores de variação, interpretamos os dados sem jamais estabelecer relações determinísticas de um subsistema a outro, tal como propõe Castilho (2006).

Dessa forma, no âmbito gramatical, avaliamos as seguintes variáveis independentes: tipo de tratamento (“tu”, “você” ou “senhor(a)”), preenchimento do sujeito, ordem do sujeito e posição do pronome átono.

A decisão por lidar com o tipo de tratamento enquanto fator gramatical deve-se ao fato de que se fazia necessário investigar até que ponto o pronome sujeito seria mesmo motivador de uma concordância verbal determinada pela tradição normativa. Isso porque, de acordo com tal tradição, o pronome “tu” levaria à forma indicativa, tida como segunda pessoa do modo imperativo, e os pronomes “você” e “senhor” levariam à subjuntiva, tida como terceira pessoa.

A motivação de averiguar como se dá o preenchimento e a ordem do sujeito nos surge de Faraco (1986), cujo artigo é talvez o de maior repercussão sobre a variação ora estudada. Nele o autor afirma que as sentenças imperativas não ocorrem com sujeito exposto, para assim defender que a forma indicativa usada com função de imperativo não é a da terceira pessoa do presente do indicativo, mas sim a tradicional segunda pessoa do imperativo.

A posição do pronome átono, por sua vez, aparece como fator de variação em nossa pesquisa graças à sugestão encontrada em SCHERRE (2004), para quem a ocorrência dos clíticos, quando pospostos ao verbo, favorece a forma subjuntiva. Segundo a autora, esses casos podem ser vistos como

reflexo de configurações lingüísticas que pertencem a um outro momento da língua portuguesa falada no Brasil, em que se conjugam duas formas em extinção na fala espontânea e atual das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste: imperativo associado ao subjuntivo e pronome

do caso oblíquo (“Bem... Deixe-me ver...”, “Leve-os de volta pra casa!, “...e tile-os daqui!”). (2004: 13) (grifo nosso)

Embora não concordemos com a idéia de que os resultados da autora representam “um outro momento da língua portuguesa falada no Brasil”, entendemos a importância de verificar como tal variação se deu ao longo do tempo, tentando compreender assim alguma relação entre subjuntivo e ênclise.

No âmbito semântico-pragmático, baseamo-nos de modo geral em SCHERRE (1998, 2004) e PAREDES SILVA *et alii* (2000). Nesses trabalhos se afirma que o grau de formalidade interfere na escolha por uma ou outra das formas em variação. Nossa estratégia foi, a partir disso, pormenorizar a noção de formalidade em alguns fatores e, assim, estudar de que modo tais fatores, marcados de forma lingüística ou extralingüística, realmente influenciam a escolha por uma das formas verbais.

Para tanto, discutimos numa nova perspectiva o fator tipo de tratamento, uma vez que a própria escolha por uma das formas pronominais, segundo Cintra (1972), dar-se-ia em função do tipo de relação estabelecida pelos interlocutores.

Ainda para estudar o aspecto semântico-pragmático, tratamos do fator polaridade. Entendendo que a negação exige um maior nível de polidez, examinamos de que modo isso pode estimular a variação.

Os diferentes tipos de atos de fala mencionados em 1.2.2.2. também foram computados, considerando-se que cada um deles estabelece uma diferente relação interpessoal.

O fato de a conversação ser ou não monitorada por terceiros foi outro fator analisado. A questão em jogo, nesse caso, era averiguar se em alguma medida tal monitoramento acarretaria uma maior preocupação no falante-personagem com o uso previsto pela norma.

Analizamos ainda distintos tipos de relação entre interlocutores, visando assim a surpreender diferentes graus de proximidade entre eles. Aventando que realmente haja uma forma imperativa mais e outra menos polida, defendemos que esta de menor polidez seja a mais freqüentemente usada nas relações de maior intimidade, nas quais se atenua, pelo menos a princípio, a necessidade de se usarem recursos discursivos que estabeleçam assimetria. Se realmente cada uma das duas formas imperativas torna-se mais recorrente em função dos graus de simetria dos interlocutores, podemos associar cada uma a um nível de polidez.

Por fim, apesar da dificuldade em se enquadrar as personagens em certas classes sociais, conjecturamos que, com a distinção entre grupos privilegiados e não privilegiados, seja possível discutir até que ponto a variação das formas imperativas no PB pode ou não ser relacionada à posição na hierarquia social.

A parte desses fatores, relacionados aos subsistemas gramatical e semântico-pragmático, levamos em conta outros dois fatores: medimos ainda até que ponto cada uma das peças favoreceria a ocorrência de uma ou outra forma; num primeiro momento, também a época de composição foi tomada como um dos fatores em variação.

4.2. A análise quantitativa dos fatores de variação

Para tratar nossos dados de modo quantitativo, utilizamo-nos do conjunto de programas denominado *Goldvarb*. Por meio de tais programas, a partir de uma codificação das ocorrências, pudemos obter os seguintes resultados: a) a freqüência das formas imperativas do indicativo e do subjuntivo, tanto de modo absoluto quanto em associação com os fatores condicionantes; b) a seleção, por ordem de importância, dos fatores que se mostraram, em termos estatísticos, efetivamente relevantes à variação; c) o descarte de fatores que, estatisticamente, não se mostraram significativos na determinação da regra variável; d) a probabilidade de aplicação da regra conforme os

fatores selecionados pelo *Goldvarb* como relevantes; e) o cruzamento dos fatores que desejamos relacionar.

Num primeiro momento, optamos por obter os resultados acima mencionados por meio de uma única leitura do programa sobre as ocorrências. Essa estratégia é válida para identificar se realmente os fatores condicionantes que formulamos atuam no processo de variação. *A posteriori*, porém, adotamos uma outra estratégia para analisar em que medida é possível postular um processo de mudança lingüística ao longo do período analisado: além dessa leitura única dos dados, realizamos então leituras em separado, para cada um dos períodos que delimitamos. Se ao longo dos anos analisados as formas imperativas mostram, além da variação, realmente uma trajetória de mudança, é bastante plausível conjecturar que, nos diferentes lapsos de tempo, os fatores tivessem diferentes comportamentos, logo, diferentes pesos relativos em cada época. Assim, sempre admitindo tal possibilidade, os fatores selecionados e descartados de cada período poderiam não ser exatamente os mesmos. Se esses diferentes comportamentos estão associados à predominância de uma das formas sobre a outra, observa-se o processo de mudança.

Dessa forma, a rodada única foi seguida de outras, desmembrando nosso *corpus* em espécies de *corpora* menores, cada qual representativo de uma das épocas em análise⁵⁰. Exergamos duas possibilidades: se os resultados nas diferentes épocas referendam o resultado geral, com fatores relevantes e pesos relativos aproximados, podemos afirmar que a variação se manteve estável ao longo desse tempo analisado, não havendo assim processo de mudança; se, no entanto, os resultados nas diferentes épocas destoam do resultado geral, temos de levar bastante em conta a possibilidade de que, no *corpus* em estudo, esteja realmente em curso um processo de mudança lingüística.

⁵⁰ Subdividimos o *corpus* em lapsos de 25 anos: a) 1850 – 1875; b) 1876 – 1900; c) 1901 – 1925; d) 1926 – 1950; e) 1951 – 1975.

4.2.1. Primeira leitura dos dados: apresentação e discussão dos resultados

Como mencionado, fizemos esta primeira rodada, com os fatores de variação citados em 4.1. Desses fatores, foram selecionados como relevantes, em ordem decrescente de importância, os que seguem:

- a) o tipo de tratamento dado ao interlocutor (“tu”, “você”, “senhor”);
- b) as peças teatrais;
- c) o tipo de relação dos interlocutores;
- d) a ordem de colocação dos clíticos
- e) a polaridade da oração;
- f) a posição dos personagens na hierarquia social.

O programa descartou os tipos de atos de fala, a ordem do sujeito, o tipo de monitoramento da conversa, o período em que a peça foi composta e o preenchimento do sujeito.

Trataremos por ora dos fatores selecionados, explicando-os com mais detalhamento, para depois compararmos a rodada única às rodadas específicas por períodos.

4.2.1.1. Tipo de tratamento dado ao interlocutor

A convicção de que o tipo de tratamento dado ao interlocutor seria elemento fundamental à variação das formas imperativas nos veio a partir de Lindley Cintra (1972). Embora o estudioso tenha descrito as formas de tratamento no português europeu⁵¹, defendemos a possibilidade de ter havido no PB um contexto idêntico ao dessa sua descrição, uma vez que, em nosso material de análise, encontramos momentos em que as formas “tu” e “você” coexistem, com os mesmos valores semânticos descritos pelo estudioso.

⁵¹ Há que se levar em conta que Cintra trata das formas de tratamento no que chamou de “português actual”, no caso, o português do início dos anos 60.

Elegemos assim os modos de tratamento mais freqüentes e mais diretamente ligados ao tema da variação no imperativo: a segunda pessoa do singular, expressa pelo pronome “tu” ou pela flexão verbal, e a terceira pessoa do singular, expressa pelos pronomes “você” e “senhor(a)”. Tanto para a segunda quanto para a terceira pessoa, quantificamos tais pronomes quando expressos na mesma oração da forma verbal imperativa ou quando, implícitos, poderiam ser inequivocamente identificáveis pelo contexto.

Esses três tratamentos (“tu”, “você” e “senhor(a)”), coexistindo como possibilidades em um mesma variedade, denotam diferentes graus de preservação da face. O tratamento por “tu” é, segundo Cintra, “próprio da intimidade”; por meio de “você”, temos o “tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implica intimidade”; por “senhor(a)”, temos exemplo das “formas chamadas ‘de reverência’” (1972: 14).

Levando em conta essa distinção, avaliamos então em que medida a escolha por uma dessas possibilidades interferiria na escolha das formas imperativas. Lidamos com casos como estes⁵²:

(13) **Tu** miserável, senta-te no chão com as tuas vergonhas (A: 189)

(14) Esquece-me; **és** moço e inteligente e ainda **podes** ser muito feliz (B: 142)

(15) Despacha-o **tu!** (C: 195)

(16) Fica **tu** aqui muito quietinho à nossa espera (D: 54)

(17) Adivinha! O **teu** coração... **Vens** só? (E: 179)

⁵² Nessa codificação a letra corresponde à peça de onde saiu a ocorrência e o número, à página. Para saber que letra representa qual peça, consultar tabela 2, na página 79.

- (18) Olha como a tarde está linda, como o sol está claro. Só **tu** tão triste no meio de tanta alegria! (F: 505)
- (19) E **tu** desculpa-me, Bibi. (G: 33)
- (20) **Tu**, meu cravo de defunto, dá-me o último beijo. (H: 98)
- (21) Então vai tu no meu lugar. (J: 13)
- (22) Cala essa boca! **Tu** pensa que eu não sabia que era **tu** a desgraçada que me sacaneava? (J: 58)
- (23) Ah **você** arregala os olhos! Pois ouça: - eu não lhe pedi que casasse comigo (A: 170)
- (24) Ó Henrique, vista-se quanto antes e venha comigo à cidade, que preciso de **você**, tenho de fazer umas compras. (C: 216)
- (25) Diz o verso, Juquinha! **Você** parece tolo! (D: 28)
- (26) **Você** não deixa de interessar-me. Vou, pois, perder alguns minutos e confiar no seu coração de mulher. Sente-se aí, mais perto da porta. (E: 188)
- (27) Perguntei, mas **você** não devia responder. Olhe os meus dedos como ficaram. (F: 492)
- (28) Olha, Eufêmia... Seja como for o melhor é **você** ficar como está. (G: 26)
- (29) Mas venha aqui, Totó. Venha conversar com sua mãezinha! Há quanto tempo **você** não me beija? (H: 68)
- (30) Espera. Outra pergunta. **Você** quer subir na vida? É ambicioso? (I: 3)
- (31) **Senhora**, não dê espetáculos perante o mundo (A: 180)

(32) É verdade, meu caro **senhor** Virgílio, e olhe que, para uma peça chegar a mexer-me com os nervos deste modo, a mim, macaco velho de teatro, é preciso que ela seja realmente muito forte! (C: 249)

(33) Não vá lá, não vá lá, meu caro **senhor**! (D: 35)

(34) O **senhor** é um extravagante que quis assustar-me para gozar o meu susto. Olhe. Há piores e que não falam tão bem. (E: 199)

(35) O **senhor** desculpe, seu Moreira. (F: 501)

(36) Olha como a tarde está linda, como o sol está claro. Só **tu** tão triste no meio de tanta alegria! (F: 505)

(37) Sonde-a. Mas cuidado com a língua, compadre. O **senhor**, às vezes, solta cada uma de arrepiar os cabelos. (G: 6)

(38) Me diga uma coisa, seu Abelardo, o **senhor** não tem ciúmes? (H: 70)

(39) O **senhor** desculpe a desarrumação. (I: 11)

Vale lembrar mais uma vez que, de acordo com o a tradição gramatical, os tratamentos por “você” e “senhor(a)” exigiriam a forma subjuntiva, tida como terceira pessoa no modo imperativo; o tratamento por “tu”, a seu turno, exigiria a forma indicativa, tradicionalmente associada à segunda pessoa. Essa regra apresentada pelas gramáticas normativas, porém, não se aplicou de modo assim categórico em nossos dados:

	indicativo		subjuntivo		Total
	freqüências	pesos relativos	freqüências	pesos relativos	
<i>você</i>	43,1% (181/420)	0,15	56,9% (239/420)	0,85	36,4% (420/1152)
<i>senhor(a)</i>	4,5% (13/291)	0,03	95,5% (278/291)	0,97	25,3% (291/1152)
<i>tu</i>	94,8% (418/441)	0,98	5,2% (23/441)	0,02	38,3% (441/1152)
Total	53,9% (612/1152)		46,1% (540/1152)		100,0% (1152/1152)

Tabela 1: tipo de tratamento e forma imperativa

Percebemos que, de modo geral, há realmente uma considerável tendência para que a regra tradicional se aplique quando se dá o tratamento por “tu”, não só pela freqüência das formas indicativas associadas a esse pronome (94,8%), mas sobretudo pela probabilidade de, havendo tratamento por “tu”, usar-se a forma indicativa (0,98). A mesma tendência de se aplicar a regra normativa se mostra quando ocorre o tratamento por “senhor(a)”, também pela freqüência das formas, aqui subjuntivas, (95,5%) e pela probabilidade (0,97).

No entanto, quando temos o tratamento por “você”, os casos que referendam a norma padrão somam 56,9%, ou seja, pouco mais da metade dos dados. Também a probabilidade de, havendo esse pronome, respeitar-se o uso culto, embora seja bastante significativa (0,85), é menor do que a que vimos com “tu” e “senhor(a)”. Por isso tudo, podemos pensar que, nos contextos em que ocorre o tratamento por “você”, existam mais fatores atuando na seleção das formas, sendo mais incisiva a variação. Isso parece estar relacionado, inclusive, ao papel de tal pronome na distinção dos tipos de tratamento: como marca uma espécie de tratamento intermediário – nem tão cerimonioso quanto “senhor”, nem tão familiar quanto “tu” –, talvez esse pronome seja mais suscetível a pressões de mudança lingüística do que os outros dois.

Outra questão relevante suscitada pela tabela é a quantidade de tratamentos por “tu” (38,3% dos casos) e por “você” (36,4% dos casos): embora esses tratamentos praticamente se equivalham no conjunto dos dados, isso não significa que os dois tenham coexistido desse modo uniforme ao longo do período estudado. Considerando que o pronome “você” foi ganhando bastante espaço ao longo do século XX no PB (cf. Paredes Silva, 2000), passando a suplantar assim o pronome “tu”, reforça-se a necessidade de, num segundo momento, analisar os resultados destacando cada uma das diferentes épocas. Só dessa forma será possível perceber se a mudança na frequência dos pronomes interferiu no uso das formas imperativas.

4.2.1.2. As peças teatrais como fator de variação

Conforme afirmamos em 3.2.1., integram nosso *corpus* dez peças teatrais, compostas entre 1850 e 1975. Esse período foi subdividido em cinco momentos, sendo cada um deles representado por duas peças. Na análise primeira – esta em que fizemos uma única rodada para todos os dados –, lançamos as próprias peças como fator de variação, de modo a verificar se as obras em si poderiam favorecer uma ou outra forma verbal. Caso isso ocorresse, haveria duas explicações plausíveis: ou características particulares de cada peça interfeririam na escolha da forma verbal, ou o próprio período em que a peça foi composta favoreceria uma das formas. Pelo menos a princípio, os dados pareceram referendar as duas possibilidades, pois em certos períodos houve discrepância entre os resultados das peças e, em outros, deu-se uma espécie de uniformidade. É o que vemos na tabela seguinte:

Período	Peça	Codificação ⁵³	pesos relativos	
			indicativo	subjuntivo
1º	Orfeu na roça [1868]	A	0,12	0,88
	O tipo brasileiro [1872]	B	0,93	0,07
2º	O Caboclo [1886]	C	0,29	0,71
	A Capital Federal [1897]	D	0,39	0,61
3º	Que pena ser só ladrão... [1905]	E	0,48	0,52
	Terra natal [1920]	F	0,21	0,79
4º	O Patinho Torto (ou Os mistérios do sexo) [1924]	G	0,55	0,45
	O Rei da Vela [1937]	H	0,26	0,74
5º	Bonitinha, mas ordinária [1962]	I	0,97	0,03
	O abajur lilás [1969]	J	0,53	0,47

Tabela 2: períodos e peças analisadas

Pelos pesos relativos apresentados acima, vê-se que há peças cuja probabilidade de uma das formas predominar é bastante alta, independentemente do período de composição.

Em “O tipo brasileiro”, do primeiro período, e “Bonitinha, mas ordinária”, do quinto, a probabilidade de surgir uma forma do indicativo é muito expressiva, passando de 0,90. Já para a forma subjuntiva, destacam-se as peças “Orfeu na roça”, do primeiro período, e “Terra Natal”, do terceiro, com probabilidades de 0,88 e 0,79, respectivamente.

A análise das frequências, por sua vez, também dá margem a refletir sobre como as peças se correlacionam com o uso das formas imperativas:

⁵³ Para facilitar as referências dos dados, usaremos doravante essa codificação para referirmo-nos às peças.

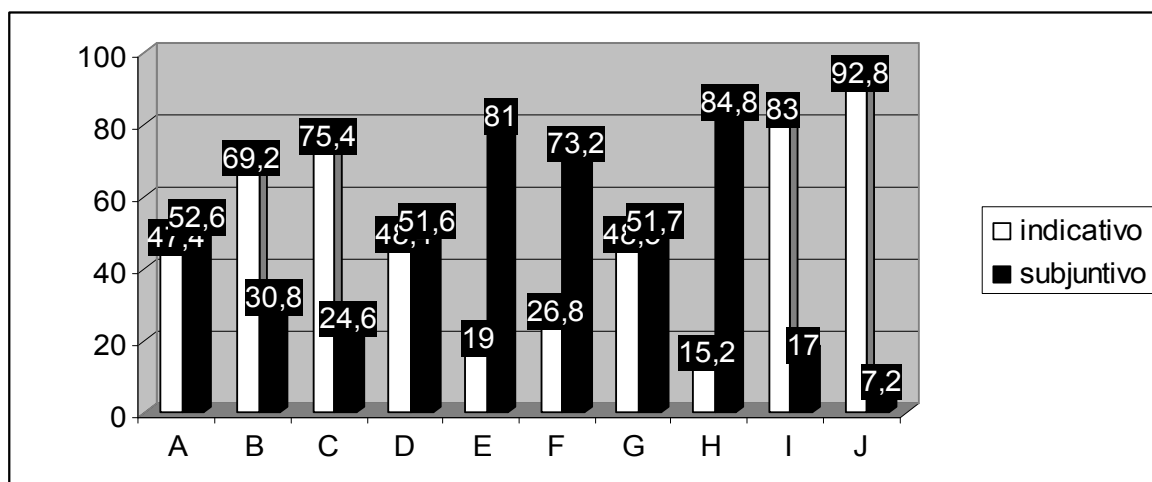


Gráfico 1: formas imperativas nas peças em análise

Ao interpretar o gráfico, torna-se mais evidente que, em algumas peças, a forma do subjuntivo é consideravelmente mais comum (peças E, F e H) e que, em outras, há forte predominância da forma indicativa (B, C, I e J).

Uma análise mais detida, entretanto, se dá quando consideramos que as peças representam períodos, sendo cada par de peças representativo de um momento na língua (tal como representado na tabela 2). Se considerarmos, por exemplo, as peças A e B, veremos que, apesar de a época de composição ter sido a mesma, em cada uma delas predomina um das formas imperativas (respectivamente, do subjuntivo e do indicativo). É também o que acontece nas peças C e D, em que predominam, nesta ordem, as formas do indicativo e as do subjuntivo. Nota-se, portanto, que o fato de a época de composição das obras ser a mesma não provoca uma uniformidade de usos entre as peças.

Já entre as peças E e F, do terceiro período, e entre as peças I e J, do quinto, existe uma uniformidade de usos. Nas primeiras, têm-se maior frequência das formas do subjuntivo, enquanto nas outras duas ocorrem mais comumente as formas do indicativo.

Isso nos leva a questionar se não haveria, por pressão das condições de uso, épocas mais flexíveis à escolha das formas e épocas de maior rigidez. Nos dois primeiros períodos analisados, cada peça tem uma das formas imperativas como mais

comum, fazendo-nos pensar numa maior liberdade de escolha por parte do falante; nos períodos terceiro e quinto, a predominância de uma das formas sobre a outra ocorre de maneira uniforme, parecendo indicar uma restrição das possibilidades que o sistema disponibiliza ao falante.

Outro dado que o gráfico 1 nos revela, ainda considerando que as peças representam diferentes épocas, é o modo como se dá uma alteração na frequência das formas ao longo dos anos. Por um lado, vemos que no terceiro e no quarto períodos (representados pelas peças E, F, G e H), que correspondem aos anos de 1901 a 1950, as formas subjuntivas suplantam consideravelmente as formas indicativas. Por outro, período seguinte (representando pelas peças I e J), que compreende os anos de 1951 a 1975, são as formas indicativas que passam a ser muito mais frequentes. Para buscar uma melhor compreensão do fenômeno, entendemos ser produtiva uma análise em separado de cada período, conforme discutiremos a partir de 4.2.2.

4.2.1.3. Tipos de relação entre interlocutores

Tal como anunciamos no início deste capítulo, preocupamo-nos por esmiuçar a noção de formalidade, analisando-a por diferentes fatores de variação não só lingüísticos, mas também extralingüísticos. Entre estes últimos, foi selecionado como relevante, em primeiro lugar, o fator *tipos de relação entre interlocutores*⁵⁴.

Levantamos a hipótese de que tais relações podem ser classificadas do seguinte modo:

- a) tratamento entre pessoas desconhecidas;
- b) tratamento entre pessoas apenas conhecidas, sem laços de intimidade;
- c) tratamento entre familiares ou amigos;

⁵⁴ O que dizemos aqui é que, dentre os fatores exclusivamente extralingüísticos que indicam formalidade, este foi o de maior relevância, segundo os resultados do *Goldvarb*. Lembramos que o fator tipo de tratamento, embora também possa indicar níveis de formalidade, atua na variação, indiscutivelmente, por um aspecto gramatical, a concordância entre verbo e pronome sujeito.

- d) tratamento de superior hierárquico a subordinado;
- e) tratamento de subordinado a superior hierárquico.

Nesses diferentes níveis propostos, embora todos tenham em comum essa tentativa de aferição do nível de intimidade, é perceptível a existência de diferentes questões em jogo: de um lado, os graus “a”, “b” e “c” medem como, numa relação simétrica, entre iguais, níveis de intimidade distintos podem interferir na escolha de uma ou outra forma; de outro lado, com os graus “d” e “e” afere-se como, havendo assimetria de posição hierárquica, pode-se aventar que tal distinção se reflete também na escolha das formas. Os resultados iniciais estão representados na tabela que segue:

	indicativo		subjuntivo	
	freqüências	pesos relativos	freqüências	pesos relativos
<i>peças desconhecidas</i>	37,7 (26/69)	0,64	62,3 (43/69)	0,36
<i>peças apenas conhecidas, porém sem laços de intimidade</i>	40,7 (107/263)	0,33	59,3 (156/263)	0,67
<i>familiares ou amigos</i>	62,8 (377/600)	0,61	37,2 (223/600)	0,39
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	56,3 (161/286)	0,49	43,7 (125/286)	0,51
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	40,3 (29/72)	0,18	59,7 (43/72)	0,82

Tabela 3: relação entre interlocutores e formas imperativas

Observando os resultados das freqüências, podemos notar que, em nosso *corpus*, as relações de maior intimidade parecem levar à forma indicativa, cuja maior freqüência acontece quando se estabelecem relações entre familiares/ amigos (62,8%), ao passo que a menor freqüência está justamente nas relações entre desconhecidos (37,7%).

Os cálculos de probabilidade, por sua vez, levam, até certo ponto, a conclusões parecidas: em se tratando de familiares, a forma indicativa é a mais provável (0,61) e, em se tratando de meros conhecidos, a forma subjuntiva é a de maior probabilidade (0,66). Com base nisso, poderíamos já conjecturar que a forma subjuntiva fosse a de maior distanciamento, enquanto a indicativa seria a mais informal. No entanto é necessário observar que contatos entre pessoas desconhecidas, nos quais se suporia maior formalidade, mostraram maior probabilidade de surgir uma forma do indicativo (0,64). Dessa maneira, antes de associar cada forma a um nível de polidez, entendemos que se faz necessária uma discussão mais aprofundada.

As relações assimétricas, por seu turno, em nossos dados favoreceram a forma subjuntiva: seja no tratamento de superior a subordinado, seja no de subordinado a superior, são essas formas que predominam. A presença das subjuntivas nesses contextos em que se exige maior polidez reforça a idéia, a ser mais bem detalhada, de que as formas subjuntivas estariam mais ligadas a formalidade.

Outro ponto de bastante relevância, ainda tratando de contextos de assimetria, é o fato de os superiores serem mais livres para eleger o tratamento pela forma indicativa ou pela subjuntiva, uma vez que o fator *de superior hierárquico a subordinado* não se mostrou estatisticamente relevante. Já os subordinados não parecem tão livres para escolher uma das formas verbais, visto que a forma subjuntiva atinge entre eles uma alta probabilidade de aparecer no trato ao superior hierárquico (0,82). Por isso, adiante insistiremos na discussão de que há bastantes elementos que fazem pensar na forma subjuntiva como a de maior reverência.

4.2.1.4. A ordem de colocação dos clíticos

Nas sentenças em que a o imperativo vem acompanhado de pronome átono, buscamos identificar se a ordem de colocação dos clíticos levaria à preferência por uma

ou outra forma. Sobre esse tipo de construção, os dados de SCHERRE (2004: 10), todos do final da década de 90, permitem-lhe afirmar que a ênclise favorece categoricamente o imperativo na forma subjuntiva. Segundo a autora, esse fenômeno seria motivado por duas razões: uma coexistência de formas de dois momentos da língua portuguesa no Brasil e a garantia de manutenção da leitura da forma verbal como imperativa, não como indicativa.

Scherre afirma que a associação categórica entre pronomes do caso oblíquo enclíticos e subjuntivo pode ser vista “como reflexo de configurações lingüísticas que pertencem a um outro momento da língua portuguesa falada no Brasil”⁵⁵. Em outros termos, arriscamos afirmar que essas construções gramaticais podem ser analisadas como contextos de restrição à mudança: como vimos em 4.2.1.2., havia uma forte predominância das formas subjuntivas entre 1901 e 1950, mas, a partir dos anos 50, começaram a tornar-se mais freqüentes as formas indicativas – as quais Scherre constatou como também predominantes no seu estudo sobre os anos 90. Dessa maneira, assumindo que as formas indicativas foram ganhando espaço em outros contexto que não nos casos de ênclise, é plausível assumir que as ocorrências com pronome enclítico sejam fatores de restrição a essa mudança.

Uma justificativa parcial para essa restrição parece ter sido encontrada também em SCHERRE (2004), em se tratando de pronome oblíquo “se”. Quando a lingüista menciona a “possibilidade de ruptura de leitura imperativa”, trata-se de ocorrências nas quais a o pronome enclítico pode gerar uma ambigüidade. A autora dá como exemplos “Então se *prepara* para correr!” e “Agora se *manda!*”, nos quais não está bem explícito se o sujeito é uma terceira pessoa gramatical (como *ele*, ou *ela se prepara*) e a forma é

⁵⁵ Em vez disso, preferimos lidar com o conceito de pancronia, segundo o qual diferentes sincronias podem coexistir num mesmo momento histórico. Dessa forma, não há em um período formas que “pertencem a outro”.

de terceira pessoa do indicativo, ou se o sujeito é uma segunda pessoa discursiva, representada pelo pronome *você*, e a forma verbal é mesmo imperativa.

Ao decidirmos por quantificar o fator *ordem de colocação dos clíticos* em nossos dados, tivemos como motivação observar se, em nosso *corpus*, os pronomes oblíquos teriam comportamento semelhante ao descrito por Scherre. Chegamos ao seguinte:

<i>Ordem de colocação</i>	indicativo		subjuntivo	
	freqüências	pesos relativos	freqüências	pesos relativos
próclise	41% (34/83)	0,52	59% (49/83)	0,48
ênclise	53,6% (81/151)	0,49	46,4% (70/151)	0,51

Tabela 4: colocação pronominal e forma imperativa

A relação entre ênclise e forma subjuntiva (0,51), no período em questão, está bastante distanciada do que chamaríamos de uso categórico, sendo na verdade irrelevante em termos estatísticos. Podemos afirmar apenas que, em nosso *corpus*, a ênclise é ligeiramente mais comum com formas verbais subjuntivas, como nestes casos:

(40) Deixe-se disso, menina! (D: 15)

(41) Sente-se aí, mais perto da porta. (E: 188)

(42) Espere-me aqui um instante. (G: 32)

(43) Suma-se daqui! (H: 42)

(44) Considere-se raptada. (I: 18)

Há que se pesar, porém, que, ao contrário do que constatou Scherre em sua análise, nosso *corpus* nos mostra uma considerável associação entre ênclise e forma indicativa (0,49):

(45) Musca-te (B: 172)

(46) Vai a meu gabinete e traz-me o maço de meus dramas. (B: 193)

(47) Esquece-me; és moço e inteligente e ainda podes ser muito feliz. (C: 142)

(48) Manda-o entrar (C: 146)

(49) Responde-me, Raquel. (F: 517)

Quanto a isso, levamos em consideração o fato de as análises tratarem de épocas distintas, pelo que nos surge esta questão: analisando o comportamento dos clíticos ao longo dos períodos, será possível identificar um processo de mudança, já acabado nos dados de Scherre?

Merecem destaque ainda alguns casos de próclise, exemplificados a seguir:

(50) *Não se mexa* daí! (A: 174)

(51) Eu sei onde é, *não se incomode*. (D: 25)

(52) Ora *não me aborreça* mais com esses fingimentos. (E: 199)

(53) *Não a chame* de Sinhá (G: 3)

(54) *Não me bota* nessa. (J: 30)

Sobre essas construções, devem ser considerados alguns aspectos: um é a tendência – referendada pela gramática normativa, inclusive – segundo a qual as partículas negativas, antecedendo o verbo, provocam a próclise; outro é o fato de, no

modo imperativo, as mesmas partículas negativas propiciarem a forma subjuntiva, o que abordaremos em 4.2.1.5.

Questionamo-nos se a relação entre próclise e subjuntivo (0,48) pode advir, na verdade, da relação entre polaridade negativa e subjuntivo. Fizemos então o cruzamento desses fatores. Em termos absolutos, como vemos na tabela 4, são 49 os casos de próclise associada ao subjuntivo. Desses casos, 32 (65,3%) se dão em orações negativas, o que faz pensar que a relação maior não seja mesmo entre próclise e subjuntivo, sendo a negação, na verdade, o fator responsável tanto pela forma subjuntiva quanto pela próclise.

4.2.1.5. A polaridade da oração

No estudo da variação no imperativo, analisamos ainda de que modo a polaridade da sentença poderia contribuir para a escolha de uma das formas. Já a prescrição normativa faz esse tipo de associação, quando postula que o imperativo negativo servir-se-ia das formas do presente do subjuntivo. Pesquisas lingüísticas sobre o tema, por seu turno, verificaram uma maior tendência de se usar a forma subjuntiva em orações negativas, sem ignorar, contudo, que uma expressão negativa pode tomar como escopo também a forma imperativa indicativa (*cf.* FARACO, 1986; LIMA-HERNANDES & SPAZIANI, 2002; SCHERRE, 1998, 2004). O resultado dos cálculos nos mostra este retrato:

	indicativo		subjuntivo		total
	freqüências	pesos relativos	freqüências	pesos relativos	
<i>positiva</i>	57% (656/1151)	0,52	42% (495/1151)	0,48	92,1% (1151/1249)
<i>negativa</i>	32% (46/144)	0,29	68% (98/144)	0,71	7,9% (98/1249)

Tabela 5: polaridade da sentença e formas imperativas

Por esses dados, podemos notar que também em nosso *corpus* se confirma a maior proximidade entre polaridade negativa e imperativo do subjuntivo. Além da expressiva freqüência das formas subjuntivas em sentenças negativas (68%), existe uma probabilidade grande (0,71) de ocorrerem sentenças como estas:

- (55) Ora adeus, **não** me aborreça. (A: 170)
- (56) **Não** me venha você agora fazer pilhérias, seu Virgílio (C: 174)
- (57) Pois **não** coma! (D: 13)
- (58) **Não** feche a porta! (E: 181)
- (59) **Não** diga isso, Benedito! (F: 492)
- (60) **Não** a chame de Sinhá. (G: 3)
- (61) **Não** faça entrar mais ninguém hoje, Abelardo. (H: 42)
- (62) **Não** se meta! (I: 10)
- (63) **Não** seja mau, Osvaldo. (J: 59)

Contudo há que se pesar também, apesar da baixa probabilidade de ocorrência (0,29), a existência de orações imperativas negativas com formas verbais indicativas, casos como os seguintes:

(64) **Não** se incomoda (B: 146)

(65) Cala sua boca, **não** me compromete. (B: 153)

(66) **Não** me segura. (I: 19)

(67) **Não** dá sopa pra sorte. (J: 24)

Tais ocorrências contrariam a prescrição normativa de que as formas do imperativo negativo seriam todas oriundas do presente do subjuntivo. Portanto, vê-se que a polaridade negativa, por si, embora favoreça, não determina a escolha por uma das formas.

Pensando sobre motivações que possam associar sentença negativa e forma do imperativo, podemos aventar que no fator polaridade residem nuances associadas a relações interpessoais. Isso porque o ato de negar pode ser tido como mais agressivo ao interlocutor, por contrariá-lo. Tendo isso em conta, é plausível postular que sejam mais comuns nesses contextos as formas imperativas de maior polidez, seja para atenuar o impacto da negação, seja para marcar o distanciamento entre os interlocutores.

Ao analisarmos os tipos de relações entre os interlocutores (*cf.* 4.2.1.3.), vimos como plausível a possibilidade de que a forma responsável por marcar maior polidez seja a subjuntiva. Essa suposição parece-nos ficar mais forte ao levar-se em conta que é justamente a forma subjuntiva predominante também nas negações.

4.2.1.6. A posição dos personagens na hierarquia social

Nossa idéia primeira é, de alguma forma, tentar medir se a variação em estudo se manifesta como uma questão de classe social. Reconhecemos, porém, que a distinção em classes poderia soar imprecisa, ou pior, artificial, considerando que tratamos do

universo da ficção e de diferentes épocas. Por isso optamos por uma distinção menos pretensiosa, no entanto mais palpável: dividimos os personagens segundo o grau de prestígio na hierarquia social em que se inserem.

Desse modo, temos um conjunto de peças em que os personagens oriundos do campo estão em oposição aos da cidade, sendo estes mais prestigiados que aqueles. É o que se dá em “Orfeu na Roça”, “A Capital Federal” e “Terra Natal”. Em outro conjunto de peças, mais numeroso, não se encontra essa mesma oposição *campo-cidade*, mas sim uma oposição entre um grupo aburguesado, de mais prestígio, e um grupo laboreiro, menos prestigiado. É o que se dá em “O tipo brasileiro”, “O Caboclo”, “Que pena ser só ladrão...”, “O Patinho Torto (ou Os mistérios do sexo)”, “O Rei da Vela” e “Bonitinha, mas ordinária”.

Já a peça “O abajur lilás” mereceu um tratamento especial no que diz respeito a posição hierárquica na sociedade. Para identificar seus personagens, qualquer das oposições anteriores não faria sentido, pois eles são na totalidade tipos marginalizados da sociedade urbanizada: prostitutas, cafetões e afins. Além disso, foi-nos possível constatar usos lingüísticos próprios desse grupo (como o sistemático uso do pronome “tu” seguido de verbos flexionados em terceira pessoa do singular, seja no modo indicativo ou no subjuntivo).

Dessa forma, além da oposição “grupo prestigiado” e “grupo desprestigiado”, inserimos para “O abajur lilás” a denominação “grupo marginal”, tratando assim de modo exclusivo a obra que apresentou características únicas no que tange à posição na estrutura social e, de certo modo, a alguns usos lingüísticos. É o que mostramos nesta tabela:

	indicativo		Subjuntivo		total
	freqüências	pesos relativos	freqüências	Pesos relativos	
<i>grupo não prestigiado</i>	48,6% (170/350)	0,70	51,4% (180/350)	0,30	27% (350/1294)
<i>grupo prestigiado</i>	50,1% (404/806)	0,47	49,9% (402/806)	0,53	62,3% (806/1294)
<i>Grupo marginalizado</i>	92,8% (128/138)	0,20	7,2% (10/138)	0,80	10,7% (138/1294)

Tabela 6: hierarquia social e forma imperativa

A variável em questão apresenta resultados bastante curiosos, tanto em termos de freqüência de uso, quanto em termos de pesos relativos.

Analisando as freqüências, o fator *grupo marginalizado* parece determinar efetivamente a escolha pela forma imperativa do indicativo (92,8%). Contudo, quando se analisam os pesos relativos, esse fator surge como desfavorável ao surgimento das mesmas formas (0,20), sendo muito mais propício às subjuntivas (0,80). Os dados nos dizem assim que, apesar de ser freqüente a ocorrência de formas imperativas do indicativo nesses grupos marginalizados, não é tal fator em si mesmo que determina esses usos, mas outros fatores que, nas ocorrências em questão, estavam associados a ele.

Entendemos que se faz necessária uma análise mais pormenorizada de como os fatores atuam em conjunto nesses casos para que possamos entender melhor essa relação entre grupo marginal e escolha das formas subjuntivas.

Quando se analisam as frequências dos dois outros grupos sociais, nota-se que neles se equiparam os usos das formas imperativas do indicativo e do subjuntivo, estando próximas aos 50% em todos os casos. Já os pesos relativos esclarecem que é mais provável a forma indicativa entre os grupos não prestigiados (0,70) e a forma subjuntiva entre os prestigiados (0,53).

Esse dado, por ora, leva a dois desdobramentos: o primeiro é um aumento da estranheza de que, entre os marginalizados, os cálculos do *Goldvarb* mostrem como mais provável a mesma forma verbal cuja probabilidade é maior para o grupo de prestígio; o segundo é um novo indicativo da possível relação entre subjuntivo e polidez, uma vez que os grupos de prestígio, entre os quais predominam as formas subjuntivas, são vistos tradicionalmente como os conservadores dos tratamentos cerimoniais.

4.2.2. Fatores selecionados na primeira leitura e nas leituras por período

Como apontamos já ao apresentar os fatores selecionados na primeira leitura, a análise dos dados, subdividindo-os de acordo com períodos mais restritos, poderia levar a conclusões mais específicas sobre o processo de variação e, principalmente, sobre o de mudança nos usos das formas imperativas do PB.

Nosso ponto de partida, para saber se essa estratégia da segmentação pode vir a ser mesmo proveitosa, foi comparar os fatores selecionados como relevantes na primeira leitura com aqueles selecionados em cada período. Conforme defendemos em 4.2., essa parece ser uma maneira eficaz de observar se: a) o fenômeno que tratamos como variação teve um comportamento estável nesses anos, o que seria refletido na manutenção, em todos os períodos, dos mesmos fatores relevantes; ou b) se há mesmo um processo de mudança em curso, a ser surpreendido caso, a cada novo período, os fatores de variação atuem de modo diferente.

Levando isso tudo em conta, fizemos, conforme descrevemos ao longo de 4.2.1., a primeira leitura dos dados com o *Goldvarb*. Posteriormente, geramos com o mesmo programa os resultados específicos de cada período. O primeiro sinal impactante de que tal estratégia seria mesmo produtiva já nos surge nos cálculos de frequência; o segundo, na própria seleção de fatores.

Sobre os cálculos de frequência, destacamos que alguns fatores, contrariando seu comportamento na primeira rodada, em certos períodos não se mostraram relacionados a um processo de variação, mas sim ao uso sistemático de alguma das formas imperativas. Dito de outro modo, nas leituras por períodos houve variáveis que levaram à aplicação de uma regra categórica. É o que apresentamos na tabela seguinte:

<i>Fator em análise</i>	<i>Variável</i>	<i>Período</i>	<i>Forma categórica</i>	<i>Frequência</i>
<i>Tipo de tratamento dado ao interlocutor</i>	“senhor”	1901 – 1925 (3°)	Subjuntiva	36/36 (100%)
<i>Posição do clítico</i>	ênclise	1951 – 1975 (5°)	Subjuntiva	1/1 (100%)
<i>Preenchimento do sujeito</i>	Sujeito preenchido ⁵⁶	1850 – 1875 (1°)	Subjuntiva	3/3 (100%)
		1901 – 1925 (3°)	Subjuntiva	3/3 (100%)
		1951 – 1975 (5°)	Indicativa	1/1 (100%)
<i>Ordem do sujeito</i>	anteposto	1850 – 1875 (1°)	Subjuntiva	2/2 (100%)
		1901 – 1925 (3°)	Subjuntiva	1/1 (100%)
	posposto	1850 – 1875 (1°)	Subjuntiva	1/1 (100%)
		1901 – 1925 (3°)	Subjuntiva	2/2 (100%)
		1926 – 1950 (4°)	Indicativa	1/1 (100%)
<i>Tipo de ato de fala</i>	ameaça	1850 – 1875 (1°)	Subjuntiva	1/1 (100%)
		1876 – 1900 (2°)	Subjuntiva	1/1 (100%)
	ofensa	1850 – 1875 (1°)	Indicativa	1/1 (100%)
		1876 – 1900 (2°)	Subjuntiva	2/2 (100%)
	pedido de desculpas	1876 – 1900 (2°)	Subjuntiva	2/2 (100%)
		1951 – 1975 (5°)	Subjuntiva	4/4 (100%)
	súplica	1876 – 1900 (2°)	Indicativa	1/1 (100%)
		1926 – 1950 (4°)	Subjuntiva	5/5 (100%)
	conselho	1901 – 1925 (3°)	Subjuntiva	1/1 (100%)
1951 – 1975 (5°)		Indicativa	7/7 (100%)	
<i>tipo de relação entre os interlocutores</i>	subordinado a superior	1850 – 1875 (1°)	Subjuntiva	13/13 (100%)
		1901 – 1925 (3°)	Subjuntiva	6/6 (100%)
		1926 – 1950 (4°)	Subjuntiva	11/11 (100%)
	desconhecidos	1926 – 1950 (4°)	Subjuntiva	1/1 (100%)
		1951 – 1975 (5°)	Indicativa	3/3 (100%)
<i>Posição dos personagens na hierarquia social</i>	<i>grupo marginalizado</i>	1926 – 1950 (4°)	Subjuntiva	2/2 (100%)

Tabela 7: fatores que levam a uso categórico – leitura dos dados por período

Cada um desses fatores será discutido conforme sua importância, ao longo da análise mais pormenorizada dos dados. Destacamos por ora, contudo, que, das 26

⁵⁶ Não há ocorrência de sujeito preenchido no quarto período (1926 – 1950), portanto, nesse caso, não foi possível medir a variação de acordo com tal fator.

situações em que ocorre uso categórico, 20 referem-se à forma subjuntiva (76,9% dos casos). Ponderamos que, sendo muitos desses usos casos de uma ocorrência apenas, o ideal seria lidar com um grupo maior de dados para se chegar a conclusões mais convincentes. Ainda assim, porém, aventamos a hipótese de que, havendo mesmo um processo de mudança que faça a forma indicativa ser cada vez mais presente, esses casos de uso categórico do subjuntivo podem ser fortes responsáveis por restringir o avanço dessa mudança.

A leitura única dos dados, bastante útil para mostrar, em linhas gerais, a relevância dos fatores que resolvemos analisar, não é igualmente adequada a uma análise mais pormenorizada. Sem observar as nuances de cada momento, não se explicitam as regras categóricas que ocorreram em certos períodos, e não se revela outro ponto importante na análise da mudança: os fatores selecionados em cada período e sua ordem de importância não apresentam uniformidade, indicando que, na amostra do PB que compõe nosso *corpus*, as variáveis atuaram de modo distinto ao longo dos anos. Na tabela abaixo, arrolamos quais foram, em ordem de relevância, os fatores selecionados em cada lapso de tempo:

Período	Fatores selecionados, em ordem de relevância
<i>1850 – 1875</i>	tipo de tratamento, peça, tipo de relação entre interlocutores, monitoramento da conversação ⁵⁷
<i>1876 – 1900</i>	tipo de tratamento, polaridade e ordem de colocação dos clíticos
<i>1901 – 1925</i>	tipo de tratamento, polaridade e tipo de relação entre interlocutores
<i>1926 – 1950</i>	tipo de tratamento, peça e tipo de relação entre interlocutores
<i>1951 – 1975</i>	tipo de relação entre interlocutores, tipo de ato de fala, polaridade e tipo de tratamento

Tabela 8: fatores selecionados em cada um dos períodos

⁵⁷ Com o fator *monitoramento* intentávamos averiguar se, em alguma medida, o fato de a conversa ser presenciada por terceiros acarretaria um maior respeito ao uso previsto pela norma. Contamos assim com a possibilidade de haver uma espécie de relação diretamente proporcional entre o número de participantes de uma interlocução e a preocupação em respeitar-se a prescrição normativa. Como, porém, tal fator foi selecionado apenas nesse primeiro período e, doravante, iremos comparar os resultados das diferentes épocas, não vemos necessidade de nos deter na análise dessa variável, até mesmo porque o âmbito semântico-pragmático será bastante discutido a partir do *tipo de relação entre interlocutores*.

Vemos com essas novas rodadas que nenhum dos cinco períodos apresentou resultados que sejam um reflexo fiel da quantificação feita com a totalidade das ocorrências, já que em nenhuma das épocas os fatores selecionados coincidiram exatamente com os selecionados na nossa primeira leitura dos dados. Além disso, a ordem de relevância entre os fatores também não se manteve uniforme.

A variável “peça teatral”⁵⁸, tida como a segunda de maior relevância quando se vêem os dados em sua totalidade, foi selecionada como relevante em apenas dois dos cinco períodos, a saber, o primeiro e o quarto.

Observando-se os fatores “tipo de tratamento dado ao interlocutor”, “tipo de relação entre os interlocutores”, “tipos de atos de fala” e “polaridade”, temos também um resultado bastante expressivo.

A forma pronominal utilizada, de acordo com a primeira leitura feita pelo *Goldvarb*, mostrou-se o fator de maior relevância à variação. Essa importância, de certo modo, manteve-se nas leituras por períodos, uma vez que tal fator foi o único selecionado em todos eles, sendo o mais relevante também nos quatro primeiros. No entanto, no quinto período analisado, ocorre uma considerável mudança: o *tipo de relação entre os interlocutores*, os *tipos de atos de fala* e a *polaridade* ultrapassam, respectivamente, em grau de relevância, o *tipo de tratamento*.

⁵⁸ É importante salientar que, embora tenhamos inserido “peça” como um fator de variação e o tenhamos discutido anteriormente, essa variável não terá destaque ao longo da análise entre os períodos. Isso porque os resultados dessa nova etapa nos mostraram com clareza que a interação entre os fatores gramaticais e semântico-pragmáticos selecionados foi sendo modificada ao longo do tempo, e a análise desse processo estará em nosso foco. Uma análise criteriosa do fator *peça* exige que analisemos como esses mesmos fatores, gramaticais e semântico-pragmáticos, comportam-se em cada uma das obras, para então poder afirmar por que essa peça leva à variação. Na mesma análise, seria igualmente importante analisar como características particulares de cada personagem interferem na escolha das formas imperativas. Isso tudo pode ser de extrema relevância para se reforçarem as conclusões sobre a interferência, por exemplo, do *tipo de tratamento* ou da *relação entre interlocutores* para a escolha das formas. Ou mesmo para, com novas rodadas, observar, no interior de cada peça, se o fator *grupo social* seria mesmo descartado como pouco relevante. Apesar desses ganhos em se analisar o fator *peça*, porém, pelos limites do presente trabalho, decidimos postergar essa tarefa para pesquisas vindouras.

O fator *tipos de atos de fala* nos chama bastante atenção, pois, descartado na rodada única e nos quatro primeiros períodos, ganha relevância no quinto período analisado, suplantando inclusive, como dissemos, o fator *tipo de tratamento*.

Por um lado os *tipos de relação entre os interlocutores*, os *tipos de atos de fala* e a *polaridade* estão relacionados fortemente ao nível de polidez do enunciado. Por outro, as formas pronominais utilizadas no tratamento ao interlocutor nem sempre são regidas por normas de polidez, já que a distinção apontada por Cintra (1972), segundo a qual “tu” é tratamento familiar e “você” é tratamento mais distanciado, é válida apenas em contextos nos quais as duas formas coexistam de modo a constituírem opções ao falante.

Considerando esses aspectos, sugerimos duas questões. A primeira é: no quinto período, o fator tipo de tratamento deixou de ser o mais relevante para a variação justamente porque as formas de tratamento “tu” e “você” deixaram de coexistir em uma mesma variedade, de modo que deixaram de distinguir polidez? A segunda, por sua vez, depende de que a primeira se confirme: se os dados realmente mostram que as formas “tu” e “você” deixaram de distinguir polidez e, ao mesmo tempo, perderam relevância quanto à escolha da forma imperativa, podemos entender então que essa escolha pela forma indicativa ou pela subjuntiva é determinada mais por aspectos semântico-pragmáticos – tais como *tipo de relação entre os interlocutores* e *polaridade* – do que por aspectos gramaticais – como seria o caso da concordância com a forma pronominal?

Há que de destacar ainda que, para que pudéssemos obter os pesos relativos de cada período, precisamos excluir da leitura dos dados os fatores que levavam à aplicação de regra categórica (*cf.* tabela 5, em 4.2.2.1) e não à regra variável, limitação esta imposta pelo programa *Goldvarb*.

De posse dos novos resultados, então, vamos tratar desse processo que, ao que tudo indica, leva não só à variação, mas também à mudança lingüística no que tange ao uso das formas imperativas no singular. A princípio, daremos destaque aos fatores selecionados como relevantes a essa variação. Isso não significa, porém, que fatores tidos como estatisticamente irrelevantes serão completamente ignorados, uma vez que eles também dão margem a reflexões plausíveis que expliquem o fenômeno.

4.2.2.1. Resultados do primeiro período

Lidamos aqui com os dados das peças “Orfeu na roça” e “O tipo brasileiro”, com as quais representamos o período que se estende de 1850 a 1875. Conforme consta na tabela 8, nesse período se mostraram relevantes os seguintes fatores, em ordem de importância: *tipo de tratamento*, *peça*, *tipo de relação entre interlocutores* e *monitoramento da conversação*. Deles, conforme já discutimos em 4.2.2., destacamos *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores*, devido aos motivos já mencionados.

4.2.2.1.1. O fator *tipo de tratamento* no primeiro período

Analisando os pesos relativos deste que é o fator mais relevante, *tipo de tratamento*, nota-se um contexto bastante próximo do que pregam as gramáticas normativas sobre o uso das formas imperativas: caso os interlocutores se tratem por “tu”, a probabilidade de surgir a forma indicativa é 0.98; se o tratamento é por “senhor(a)”, a ocorrência da forma prescrita, a subjuntiva, tem probabilidade 0.99; ao se tratar o interlocutor por “você”, é também maior a probabilidade de ocorrer a forma subjuntiva, como prega a norma tradicional: 0.64.

Ao nos depararmos com esses dados, além de concluir que, em tal período, a norma tradicional encontra respaldo no uso, é possível ainda perceber já um prenúncio

de mudança, o que se nota devido à existência também de alguns usos contrários a essa norma.

Em “Orfeu na roça”, por exemplo, encontramos casos em que, embora se trate o interlocutor por “tu”, ocorre a forma imperativa subjuntiva:

(68)

Mamede – Não **seja** malcriado, não **empurre** as visitas.

Principalmente quando elas são da minha qualidade

Manoel João – Eu, senhor?

Mamede – Tu, sim! Onde estamos nós? (A: 197)

Na mesma peça e na mesma cena, temos mais um caso em que são utilizadas as formas imperativas do subjuntivo, apesar de os verbos no modo indicativo estarem flexionados na segunda pessoa do singular, evidenciando o tratamento por “tu”:

(69)

Manoel João – Pois é possível que ainda acredites que eu raptasse essa moça?

Mamede – Sem dúvida! Dá-me lugar que eu quero tossir!

Manoel João – Pois **tussa**, seu Mamede! **Tussa!** (À parte) Podes tossir à vontade, estas paredes são grossas! (alto) **Tussa**, seu juiz, **tussa!** (A: 198)

Desse descompasso, nota-se que já àquela época poder-se-ia pensar que, além da concordância, haveria outros fatores regendo a escolha das formas imperativas.

Em “O tipo brasileiro” também há casos em que a norma não é seguida. Nos exemplos abaixo, há ocorrências em que se dá a associação entre pronome de terceira pessoa e forma indicativa:

(70)

Henrique – Qu’ est ce que o senhor tem com isso?

John – O que eu tem com issa?... Eu vai já te ensina. (Forma um soco).

Henrique – **Atira** soco, patife. (John vai dar um soco, Henrique dá-lhe uma cabeçada que o lança ao chão. À parte.) Esta é legítima brasileira. (B: 152)

(71) *Henrique* – **Fala** com mademoiselle, senhor. (B: 153)

É interessante notar a esse respeito, porém, que a maioria dessas ocorrências são falas do personagem John, um estrangeiro que pretende tirar vantagem do brasileiro Teodoro. Falante nativo de língua inglesa, o personagem apresenta uma estereotipada dificuldade ao falar o português. Entre seus usos, John apresenta uma sistemática associação entre forma imperativa do indicativo e pronome “você”. Temos exemplo no trecho abaixo:

(72)

John (Sobressaltado) – Ernesto Guillaume? Você estar mora em Pariz?!

Henrique (À parte) – O meu nome sobressalta o inglês! Aqui há mistério. (Alto) A Paris, senhor.

John – Na rua de S. Honoré?

Henrique – Isso mesmo.

John – Número vinte?

Henrique – Número vinte. (À parte) Oh! A providência! Parece-me que ela me guia os passos.

John – Número vinte?

Henrique – Eu já disse ô senhor que sim. (À parte) Vou já saber de tudo. (Alto) Eu conhece o senhor perfeitamente, senhor não me embace.

John (Baixo) – **Cala** sua boca, não me **compromete**. (B: 153)

Apesar de esse uso não-padrão ser utilizado para compor a fala estereotipada do inglês John, não se trata aqui de uma agramaticalidade do estrangeiro, uma vez que o personagem brasileiro, Henrique, também associa pronome de terceira pessoa a forma imperativa do indicativo, como vimos nos exemplos 70 e 71. Parece-nos mais plausível, então, entender esse uso lingüístico como algo raro na época em questão, mas que, embora de modo incipiente, já figurava no uso de falantes do português no Brasil.

Antes de passarmos à frente, vale ainda retomarmos as probabilidades para reforçar um comentário. Vimos que, em se tratando o interlocutor por “tu”, há uma enorme coincidência entre os usos lingüísticos em análise no primeiro período e a prescrição normativa, pois a probabilidade de ocorrer a forma indicativa chega a 0.98. O mesmo vale para os casos em que se trata por “senhor(a)” o interlocutor, já que a probabilidade para a forma subjuntiva é de 0.99. Quando se dá o tratamento por “você”, porém, embora haja uma forte tendência para surgir a forma subjuntiva, tal como prega a gramática tradicional, a probabilidade nesses casos não é tão impactante, em se comparando com os outros dois, sendo de 0.64. Com isso, ganha força a idéia que defendemos em 4.2.1.1., segundo a qual nos contextos em que ocorre o tratamento por “você”, podem existir mais fatores atuando na seleção das formas, em comparação com o que se dá com os tratamentos por “tu” ou “senhor”. Temos assim razão para reafirmar também, ainda conforme 4.2.1.1., que isso parece estar relacionado ao fato de “você” marcar uma espécie de tratamento intermediário, mais fugidio (por não ser tão cerimonioso quanto “senhor”, nem tão familiar quanto “tu”), pelo que talvez esse pronome tenha sido mais suscetível a pressões de mudança lingüística do que os outros dois.

4.2.2.1.2. O fator *tipo de relação entre interlocutores no primeiro período*

Na seção 4.2.1.3., apresentamos os cinco tipos de relação entre interlocutores que surpreendemos em nossos dados. A tabela seguinte apresenta as frequências e probabilidades das formas imperativas em função desses cinco tipos de relação:

	indicativo		subjuntivo	
	frequências	pesos relativos	frequências	pesos relativos
<i>peessoas desconhecidas</i>	50% (5/10)	0,62	50% (5/10)	0,38
<i>peessoas apenas conhecidas, porém sem laços de intimidade</i>	62% (18/29)	0,47	38% (11/29)	0,53
<i>familiares ou amigos</i>	65,6% (40/61)	0,60	34,4% (21/61)	0,40
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	43,5% (10/23)	0,25	56,5% (13/23)	0,75
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	–	–	100% (13/13)	–

Tabela 9: tipo de relação entre interlocutores no primeiro período

Nesse primeiro período, as probabilidades ainda levam a conclusões semelhantes às que chegamos quando vimos os dados em sua totalidade: as formas subjuntivas são associáveis às relações assimétricas (*de superior hierárquico a subordinado e de subordinado a superior hierárquico*) e às relações entre *peessoas apenas conhecidas, porém sem laços de intimidade*; as formas indicativas, por sua vez, são mais prováveis nas relações de maior proximidade (*familiares ou amigos*) e, surpreendentemente, nas relações entre *peessoas desconhecidas*.

Isso posto, é possível conjecturar que, de modo geral, apesar dessa probabilidade de a forma indicativa ser usada entre pessoas desconhecidas (0.62), a forma subjuntiva se mostrou preferível aos falantes em relações de maior distanciamento, nesse primeiro período. Um dos fortes indícios para tanto, inclusive, é que, na relação de maior cerimônia entre as que selecionamos, *de subordinado a superior hierárquico*, o uso da forma subjuntiva se mostrou categórico.

4.2.2.1.3. Interação entre subsistemas: a correlação entre *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores* no primeiro período

Em 2.2.4 afirmamos que, tal como Castilho (2006), entendemos a língua como um sistema complexo, no qual os subsistemas operam todos a uma vez. Desse ponto de vista, buscamos analisar o modo como atuam simultaneamente os fatores *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores* no processo de variação das formas imperativas.

Deve-se lembrar que, partindo de Cintra (1972), consideramos o fator *tipo de tratamento* relacionado a dois subsistemas: ao semântico-pragmático – já que os pronomes “tu”, “você” e “senhor(a)”, no período em questão, distinguem graus de proximidade/distanciamento – e também ao gramatical – uma vez que os mesmos pronomes também diferenciam segunda e terceira pessoa na gramática. A tabela que segue nos revela, sobretudo, a relação desses pronomes com os traços [+proximidade] e [+distanciamento]:

	TU	SENHOR(A)	VOÇÊ
<i>peessoas desconhecidas</i>	–	62,5% (5/8)	37,5% (3/8)
<i>Pessoas apenas conhecidas</i>	38% (11/29)	34,5% (10/29)	27,5% (8/29)
<i>familiares ou amigos</i>	67,8% (40/59)	28,8% (17/59)	3,4% (2/59)
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	56,3% (9/16)	43,7% (7/16)	–
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	30,8% (4/13)	69,2% (9/13)	–

Tabela 10: tipo de tratamento – o status semântico-pragmático de cada pronome

De acordo com esses dados, podemos sustentar que a descrição de Cintra, mesmo feita a partir do português europeu, aplica-se ao PB desse nosso primeiro período. Os dados referentes ao tratamento por “tu”, por exemplo, são bastante ilustrativos de como isso acontece: pessoas desconhecidas, cujas relações se supõem, portanto, mais cerimoniosas, não se utilizam desse pronome; familiares e amigos, porém, adotam na maior parte das vezes o tratamento por “tu”, como vemos na tabela. O tratamento por “senhor(a)”, segundo Cintra o mais cerimonioso de todos, é, por sua vez, realmente predominante em relações de maior distanciamento: entre *peessoas desconhecidas* é de 62,5% e *de subordinado a superior hierárquico* chega a 69,2%. O pronome “você”, menos utilizado que os demais nesse período, ainda assim nos permite referendar a análise de Cintra: é mais freqüente entre pessoas desconhecidas (37,5%) que entre familiares (3,4%), estando dessa maneira, embora num nível mais tênue, associado a distanciamento.

A partir desse cruzamento de dados, ressaltamos nossa meta principal: estudar o impacto da concordância verbal (subsistema gramatical) e do grau de proximidade/distanciamento (subsistema semântico-pragmático) na escolha por uma das

formas. Correlacionando *tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores*, investigamos em que contextos a concordância deixa de ser decisiva, passando então a predominarem razões de âmbito interacional na escolha por uma das formas. Para tanto, observemos esta tabela:

	VOCÊ		SENHOR		TU	
	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peçoas desconhecidas</i>	100% (3/3)	–	40% (2/5)	60% (3/5)	–	–
<i>peçoas apenas conhecidas</i>	87,5% (7/8)	12,5% (1/8)	–	100% (10/10)	100% (11/11)	–
<i>familiares ou amigos</i>	–	100% (2/2)	–	100% (17/17)	100% (40/40)	–
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	–	–	–	100% (7/7)	77,8% (7/9)	22,2% (2/9)
<i>De subordinado a superior hierárquico</i>	–	–	–	100% (9/9)	–	100% (4/4)

Tabela 11: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no primeiro período

Uma primeira constatação interessante é que, nesse período, unicamente quando o tratamento se dá entre *familiares ou amigos*, tipo de relação em que se supõe um menor cuidado na preservação da face, a regra normativa sobre a concordância se apresenta, curiosamente, como decisiva: com o pronome “tu” usa-se a forma indicativa e com os pronomes “você” e “senhor”, a forma subjuntiva.

Os números que se referem à frequência de pronomes de terceira pessoa relacionados a uma forma verbal imperativa do indicativo, por sua vez, devem ser vistos com bastante cuidado. Por um lado, é instigante perceber ocorrências que contrariam a

prescrição tradicional e, portanto, podem ser indicadoras de uma incipiente mudança lingüística: na totalidade dos casos em que se utilizou o pronome “você” para tratar um desconhecido, a forma verbal foi a imperativa do indicativo; usando-se o mesmo pronome entre *pessoas apenas conhecidas*, em 87,5% dos casos ocorreu novamente a forma indicativa; ao utilizar-se o pronome “senhor”, temos 40% de casos da forma indicativa, novamente contrariando-se a norma. Por outro lado, muitas dessas ocorrências, todas da peça “O tipo brasileiro”, são falas do personagem John (inclusive, já citadas em 4.2.2.1.1.). Não achamos, portanto, oportuno neste momento tirar conclusões taxativas sobre esses dados, uma vez que tal personagem, cuja fala é estereotipada (conforme discutimos em 4.2.2.1.1.), usa sistematicamente formas imperativas do indicativo.

Embora os casos mais confiáveis que contrariam a prescrição normativa ainda sejam poucos, podemos encontrá-los ainda no primeiro período. É o que se dá nas relações de assimetria: há 22,2% de ocorrências nas quais o superior hierárquico, mesmo tratando seu interlocutor por “tu”, faz uso das formas subjuntivas. Isso acontece em “Orfeu na roça”, quando Mamede de Sousa, o juiz de paz, dirige-se ao escrivão, Manoel João (ver exemplo 68).

Ainda na assimetria, na totalidade dos casos em que um subordinado tratou por “tu” seu superior hierárquico, foi usada a forma subjuntiva. Novamente os personagens Mamede e Manoel protagonizaram um caso que contraria a norma, sendo dessa vez Manoel o falante (ver exemplo 69).

Uma vez que nosso intuito é analisar a variação entre as formas ao longo dos anos, não temos a pretensão de apresentar conclusões taxativas especificamente sobre este primeiro período. No entanto algumas possibilidades devem ser consideradas: a) se a forma subjuntiva é freqüentemente associada aos pronomes que marcam um

afastamento dos interlocutores (sendo sua probabilidade de 0.99 para “senhor(a)” e de 0.64 para “você”), faz sentido pensar que nela se ativa uma propriedade semântico-pragmática de distanciamento; b) se há, como vimos, ocorrências em que os interlocutores se inserem numa relação de assimetria e, independentemente do pronome sujeito usado, utilizam-se da forma subjuntiva, tal forma certamente não foi escolhida pelo fator concordância, mas possivelmente por carrear, insistimos, essa mesma propriedade semântico-pragmática de distanciamento.

4.2.2.2. Resultados do segundo período

As obras em questão para este momento são “O Caboclo” e “A Capital Federal”, representativas do período que se estende de 1876 a 1900. Nossos fatores relevantes são agora, em ordem de importância, *tipo de tratamento*, *polaridade* e *posição dos clíticos*.

Por essa seleção de fatores, podemos aventar que, nesse segundo período, motivações gramaticais tenham-se tornado mais decisivas na variação. Isso se fundamenta por duas razões: a primeira é que, em termos probabilísticos, os *tipos de tratamento* passaram a atuar com reduzida influência dos *tipos de relação entre interlocutores*, que, ao contrário do que houve no período anterior, deixaram de ser selecionados; a segunda é a inclusão de um fator gramatical, *posição dos clíticos*, entre os estatisticamente relevantes.

4.2.2.2.1. Tipo de tratamento e polaridade

Para confirmar essa idéia de ter havido maior influência dos fatores gramaticais, podemos comparar um fator que atua na variação com uma propriedade gramatical, *tipo de tratamento*, com um fator que se destaca por uma propriedade semântico-pragmática, *polaridade*.

Sobre a *polaridade*, as orações positivas não se mostraram estatisticamente relevantes, já que a probabilidade de ocorrer uma forma indicativa nesses contextos é de

0.52, ante 0.48 de probabilidade para a subjuntiva. Nas negativas, todavia, há um favorecimento da forma subjuntiva, com uma probabilidade de 0.68. Inclusive, como temos visto que a forma subjuntiva parece ser a mais polida, essa predominância nas orações negativas respalda a afirmação que fizemos em 4.2.1.5., segundo a qual nesse tipo de enunciado temos um contexto cujas características semântico-pragmáticas levam ao uso da forma mais cerimoniosa.

Apesar desses representativos resultados da variável polaridade negativa, os cálculos de probabilidade nos mostram a concordância com o pronome sujeito como o fator fundamental na escolha entre as formas, sendo mais impactante, inclusive, do que fora no primeiro período. Isso porque agora, não apenas os pronomes “tu” e “senhor” levam ao uso praticamente categórico das formas prescritas pela norma tradicional, com probabilidades que são, respectivamente, 0.98 e 0.99, números idênticos aos do primeiro período; também o pronome “você” passa a ser quase determinante para que se use a forma prescrita, com probabilidade 0.96, número significativamente superior aos 0.64 do período precedente.

A questão que se nos apresenta neste momento é a seguinte: essa maior rigidez gramatical em relação ao uso normativo – surpreendida na aumento da probabilidade de ocorrer a forma padrão relacionada a “você” – interfere de algum modo nos valores semântico-pragmáticos dos pronomes “tu”, “você” e “senhor”?

4.2.2.2.2. Interação entre subsistemas: a correlação entre *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores* no segundo período

Para responder à questão levantada no subcapítulo anterior, começaremos por analisar a tabela seguinte. Considerando a já mencionada rigidez na concordância deste segundo período, objetivamos observar se: a) as relações de maior proximidade realmente favoreceram o uso do pronome “tu” e, conseqüentemente, a forma imperativa

do indicativo; b) as relações menos próximas, mais cerimoniaosas, levaram ao uso dos pronomes de terceira pessoa e, assim, da forma subjuntiva.

	TU		VOCÊ		SENHOR		TOTAIS
	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	
<i>peessoas desconhecidas</i>	9,7% (3/31)	–	3,2% (1/31)	12,9% (4/31)	67,7% (21/31)	6,5% (2/31)	100% (31/31)
<i>peessoas apenas conhecidas</i>	39,1% (27/69)	–	1,4% (1/69)	29% (20/69)	30,5% (21/69)	–	100% (69/69)
<i>familiares ou amigos</i>	58,6% (98/167)	1,2% (2/167)	1,2% (2/167)	15% (25/167)	21% (35/167)	3% (5/167)	100% 167/167
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	61,8% (29/47)	2,1% (1/47)	–	34% (16/47)	–	2,1% (1/47)	100% (47/47)
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	12,5% (1/8)	–	12,5% (1/8)	25% (2/8)	50% (4/8)	–	100% (8/8)

Tabela 12: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no segundo período

Para analisar com mais exatidão a tabela, é importante perceber o critério de ordenação pelo qual nela dispomos os resultados e as variáveis. Quanto aos resultados, observe-se que cada linha horizontal compreende uma totalidade (100%), para que possamos comparar a frequência dos pronomes entre os diferentes tipos de relação e, então, observar como o fator concordância se relaciona com os traços [+distanciamento]. Sobre a disposição das variáveis, notemos que, nas linhas com os resultados, temos no centro a relação que exige, via de regra, menor preocupação com a preservação da face: entre *familiares ou amigos*. Afastando-se desse centro em qualquer sentido da vertical, existe uma gradação que vai do menos para o mais cerimoniaoso: acima de *familiares ou amigos*, temos, respectivamente, os fatores *peessoas apenas conhecidas* e *peessoas desconhecidas*; abaixo de *familiares ou amigos*, os fatores *de superior hierárquico a subordinado* e *de subordinado a superior hierárquico*.

Considerando então que, na vertical, os extremos representam as relações de maior cerimônia, é mais evidente que, de acordo com os dados, tais contextos favorecem o uso dos pronomes “senhor(a)” e “você” associados à forma verbal subjuntiva. Nas relações *de subordinado a superior hierárquico*, essas freqüências de uso são 25% para “você” e 50% para “senhor”, ante 12,5% para “tu” associado a indicativo. Entre *pessoas desconhecidas* temos resultados semelhantes, sendo 67,7% de casos em que “senhor(a)” associa-se a subjuntivo e 12,9% em que “você” está associado a essas mesmas formas verbais; pronome “tu” associado a indicativo aparece em 9,7% dos casos.

Sendo as relações menos cerimoniais, os resultados se invertem. Se, por exemplo, é o superior hierárquico que se dirige ao subordinado, e não o contrário, há uma considerável predominância do pronome “tu” e das formas indicativas (61,8%). Caso a interlocução seja entre *familiares ou amigos*, há novamente predominância de “tu” e de indicativo (58,6%).

A relação entre *pessoas apenas conhecidas*, por seu turno, embora favoreça o uso de “tu” e indicativo (39,1%), ainda mantém elevados índices de “senhor(a)” e “você” associados a subjuntivo (respectivamente, 30,5% e 29%), levando a uma distribuição mais uniforme dos usos. Entendemos essa maior uniformidade como consequência do caráter mais instável, menos preciso desse tipo de relação.

Com todos esses resultados, é possível defender que, mesmo sem a seleção do fator *tipo de relação entre interlocutores* como estatisticamente relevante, motivações do subsistema semântico-pragmático continuaram sendo fundamentais na escolha dos falantes por uma das formas imperativas: continuam as formas indicativas mais freqüentes nas situações de menor cerimônia e, nas mais cerimoniais, segue a forma subjuntiva ocorrendo com maior constância.

Destacamos a partir disso que, embora nesse segundo período tenha-se tornado muitíssimo mais provável a concordância prescrita pela norma entre o pronome de terceira pessoa “você” e a forma imperativa do subjuntivo (passando de 0.64 a 0.96), não houve substancial alteração no funcionamento semântico-pragmático dos pronomes-sujeito em questão, pois os de terceira pessoa seguem mais formais que o pronome “tu” (o que vemos tanto na tabela 10, sobre o primeiro período, quanto na tabela 12, sobre o segundo).

Sendo assim, como a mudança gramatical (maior probabilidade de o pronome “você” desencadear concordância) não parece ter implicado uma conseqüência direta de caráter semântico-pragmático (a propriedade [+distanciamento] já era e continua sendo ativada no pronome “você”), soa-nos ainda mais acertada a opção por analisar a língua como um sistema complexo. Acreditamos, inclusive, que um estudo mais extenso de contextos de mudança como esse possa ser válido para fortalecer a Teoria Multissistêmica – segundo a qual as mudanças nos subsistemas não têm caráter derivativo nem teleológico –, uma vez que nos parece ser mais clara, nesse segundo período, a autonomia com que os subsistemas gramatical e semântico-pragmático atuaram.

4.2.2.2.3. O fator *ordem de colocação dos clíticos* no segundo período

Na seção 4.2.1.4., quantificamos, a partir da totalidade dos dados, como a *ordem de colocação dos clíticos* interferiu no processo de variação, tendo sido selecionada como um dos fatores relevantes. Analisando os dados por períodos, porém, o mesmo fator foi tido como relevante apenas neste segundo.

Para que possamos comparar o resultado deste período com o resultado geral, elaboramos a tabela abaixo.

<i>Ordem de colocação</i>	Dados gerais		Dados do segundo período	
	Indicativo	Subjuntivo	Indicativo	Subjuntivo
próclise	0.52	0.48	0.12	0.88
ênclise	0.49	0.51	0.62	0.38

Tabela 13: colocação dos clíticos – dados gerais e segundo período

Pela tabela, podemos afirmar que, analisando os dados em conjunto, a próclise está ligeiramente mais associada ao indicativo (0.52), enquanto a ênclise, ao subjuntivo (0.51). Se nos detemos em um único período, porém, temos um resultado contrário: os casos de próclise favorecem consideravelmente as formas subjuntivas (0.88), ao passo que a ênclise leva a uma maior probabilidade de ocorrerem formas indicativas (0.62).

Vale lembrar que, segundo SCHERRE (2004), há no final dos anos 90 um contexto de uso em que é categórica a associação entre ênclise e subjuntivo, o que discutimos em 4.2.1.4. Nossos dados do segundo período, com a predominância de formas indicativas em contextos de ênclise, levam a resultado diferente.

Levando em consideração esse descompasso entre nossos dados – representativos do PB de 1876 a 1900 – e os de Scherre – exemplares do final do século XX –, vemos como frutífera a tarefa de investigar, ao longo desses cinco períodos, por que a interação entre a escolha da posição do clítico e a escolha por uma das formas imperativas alterou-se ao correr dos anos. Sendo a colocação pronominal bastante associada às regras do subsistema gramatical, é possível que, a partir de tal fator, observássemos com mais detalhamento como tal subsistema atuou no processo de mudança. Entretanto, como apenas no segundo período a *ordem de colocação dos clíticos* foi tomada como fator relevante, optamos por não nos alongarmos, por ora, nesse estudo.

4.2.2.3. Resultados do terceiro período

Os dados desta época provêm das obras “Que pena ser só ladrão...” e “Terra natal”, tomadas aqui para representar o período que se estende de 1901 a 1925. Os fatores selecionados foram três, que, em ordem de importância, são *tipo de tratamento*, *polaridade* e *tipo de relação entre interlocutores*.

Numa análise menos aprofundada, já se pode conjecturar que, no terceiro período, ao contrário do que houve no segundo, houve maior instabilidade no subsistema semântico-pragmático que no subsistema gramatical, o que se nota pela inclusão de *tipo de relação entre interlocutores* e pela exclusão de *ordem de colocação dos clíticos*.

Essa conjectura é fortalecida também numa primeira análise do fator *tipo de tratamento*: embora a variável concordância tenha sido determinante quando se usa o pronome “senhor(a)”, levando a uso categórico da forma subjuntiva, a probabilidade de se respeitar a prescrição normativa foi reduzida com os outros dois pronomes. Ao se tratar o interlocutor por “tu”, a probabilidade de usar-se uma forma indicativa, que era 0.98 no segundo período, passou a 0.95. A queda acentuada, porém, foi na relação entre “você” e subjuntivo, que, embora tivesse aumentado no segundo período, neste terceiro caiu de 0.96 a 0.69.

A polaridade negativa foi outra variável ligada a aspectos semântico-pragmáticos que se tornou mais determinante neste período. Sendo a oração negativa, tínhamos 0.68 de probabilidade para as formas do subjuntivo no segundo período, número que subiu para 0.81.

Para analisar mais a fundo, no entanto, de que maneira os fatores semântico-pragmáticos tornaram-se mais decisivos no processo de variação, cruzaremos novamente *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores*.

Destacamos que, assim como na passagem do primeiro para o segundo período, temos agora uma mudança mais visível no subsistema gramatical. Contrariamente àquele momento, porém, a concordância prescrita pela norma, sobretudo em se usando “você” no tratamento, torna-se menos provável neste período. Assim, uma das questões a investigarmos agora é se, a exemplo do que houve do primeiro para o segundo momento, outra vez as questões semântico-pragmáticas estarão praticamente inalteradas ante a mudança gramatical.

4.2.2.3.1. O fator *tipo de tratamento*: uma comparação entre os três primeiros períodos

Pelo que discutiremos nesta seção, é possível aventar que no terceiro período de nossa análise temos o início de um processo de mudança, pelo qual o pronome “você” se generalizou no tratamento ao interlocutor na maioria das variedades do PB. Porém, o que nos interessa nesta pesquisa, vale destacar, é o estudo do processo de variação e mudança das formas verbais imperativas no PB e, sendo assim, não tomamos a observação do comportamento dos pronomes como um fim, mas como um meio de melhor entender o processo de mudança no modo imperativo.

A partir de Paredes Silva *et alii* (2000), criamos uma expectativa sobre o comportamento dos pronomes “tu”, “você” e “senhor” neste terceiro período. Em seu trabalho, as autoras analisam, entre outras, uma peça de 1922 (*Onde canta o sabiá*, de Gastão Tojeiro) –, da qual destacam 101 ocorrências dos pronomes “tu” e “você”. O resultado encontrado é o aumento na frequência do pronome “você”, chegando a 40% das ocorrências. Vale destacar, nas peças anteriores, de 1844 (*O namorador*, de Martins Pena) e de 1882 (*Casa de Orates*, de Aluísio Azevedo), a frequência do mesmo pronome era de apenas 2% e 16%, respectivamente.

Em nossos dados, não quantificamos os pronomes de modo geral, mas somente aqueles que, por estarem relacionados às sentenças imperativas, eram relevantes a nossa análise. Mesmo assim, temos relevante resultado quando quantificamos essas freqüências de “tu”, “você” e “senhor” ao longo desses três primeiros períodos:

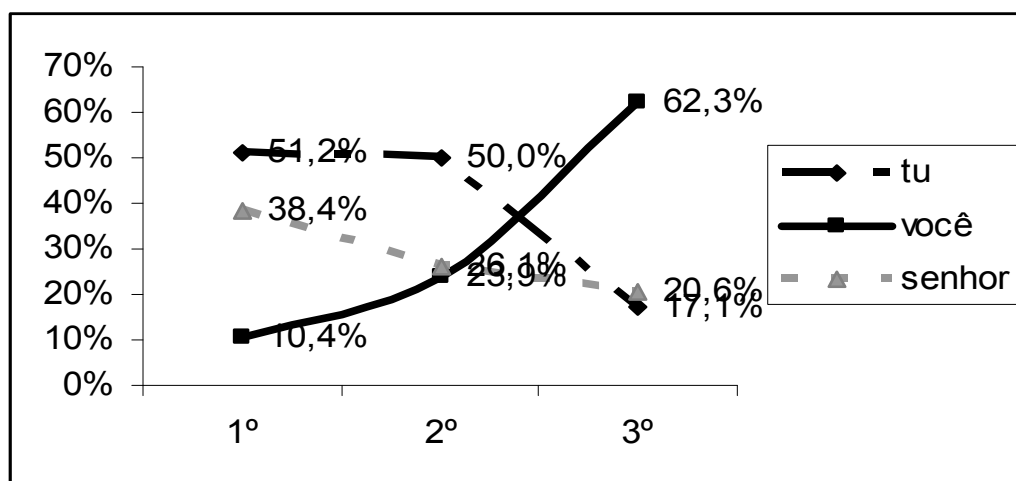


Gráfico 2: freqüências de tu, você e senhor nos três primeiros períodos

Deparamo-nos com um contexto em que, tal como no analisado por Paredes Silva *et alii*, a freqüência do pronome “você” aumenta ao passar dos anos: nos dois primeiros períodos analisados em nosso *corpus*, a freqüência de pronome era de, respectivamente, 10,4% (13/125) e 23,9% (77/322); no terceiro, temos a expressiva freqüência de 62,3% (109/175). Mais do que isso, contudo, o gráfico nos ajuda a notar como oscilou o uso desses pronomes na passagem de um a outro momento.

Do primeiro para o segundo período, o uso de “tu” manteve-se praticamente estável, havendo uma concorrência entre “senhor” e “você”. Por tal concorrência, entendemos que, até então, o pronome “você” ganhava espaço apenas nas relações mais cerimoniais, já que é nessas que figurava o pronome “senhor”. Nesse processo, a freqüência de “senhor” foi reduzida de 38,4% a 26,1%, enquanto a de “você” aumentou de 10,4% para 23,9%.

Já do segundo ao terceiro período, houve um acentuado aumento na frequência de uso do pronome “você”, que dos 23,9% chegou aos 62,3%, ao passo que tanto “senhor” quanto “tu” passaram a ser menos utilizados: o uso de “senhor” continuou diminuindo, passando de 26,1% a 20,6%; a frequência de “tu”, porém, é que caiu drasticamente, de 50% a 17,1%.

Levando em conta apenas o aspecto gramatical, esse aumento no uso do pronome “você” seria determinante para o aumento de frequência das formas imperativas do subjuntivo, tidas como de terceira pessoa. Os resultados da comparação entre o segundo e o terceiro período, se não são suficientes para confirmar essa relação direta entre pronome e forma verbal, não chegam a desmenti-la: no segundo período, 88,3% das formas associadas ao pronome “você” eram subjuntivas; no terceiro, 85,4% das formas o eram. Entretanto, analisando os resultados probabilísticos, vimos que justamente do segundo para o terceiro período foi reduzida de 0.96 a 0.69 a chance de que a forma subjuntiva apareça atrelada ao pronome “você”.

Esses números evidenciam, inclusive, a ineficiência de se considerar apenas um dos subsistemas – neste caso, o gramatical – na análise lingüística. Afinal, apesar de o aspecto gramatical ser aparentemente responsável pela associação entre “você” e subjuntivo, graças à marca de pessoa gramatical, as probabilidades revelam que não é necessariamente o pronome em si que determina a escolha da forma verbal.

Voltando ao gráfico 2, é possível supor que o aumento de frequência do pronome “você” esteja correlacionado a uma expansão de seus contextos de uso, de modo que o pronome apareça tanto em contexto de maior quanto de menor cerimônia. Isso tem respaldo se consideramos que tal pronome começa a ser usado em contextos nos quais outrora figuravam os pronomes “tu” e “senhor”, cujos valores semântico-pragmáticos são bastante distintos, conforme temos discutido ao longo desta pesquisa.

Uma estratégia que nos possibilita esmiuçar a relevância dessa conjectura é nos dedicarmos ao cruzamento dos fatores *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores*, o que fazemos no próximo subcapítulo.

4.2.2.3.1. Interação entre subsistemas: a correlação entre *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores* no terceiro período

O aumento de frequência de “você”, como já afirmamos, não pode ser visto apenas em função de suas implicações no subsistema gramatical. Considerando que tanto ele quanto os pronomes “tu” e “senhor” não são aleatoriamente escolhidos numa interação, mas sim em razão de suas propriedades semântico-pragmáticas, faz-se necessário analisar se tais propriedades foram alteradas. Isso porque, conforme temos defendido, essas propriedades são igualmente importantes na relação entre forma pronominal e forma imperativa.

Para, então, avaliar a relação entre a mudança na frequência dos pronomes e as alterações em suas características semântico-pragmáticas, analisamos como eles se correlacionam aos diferentes *tipos de relação entre interlocutores*. Com essa finalidade, comparamos na tabela seguinte os contextos de uso dos pronomes “tu”, “você” e “senhor” no segundo e no terceiro período:

	TU		SENHOR		VOCÊ	
	2º período	3º período	2º período	3º período	2º período	3º período
<i>peçoas desconhecidas</i>	9,7% (3/31)	–	70,9% (22/31)	55,5% (5/9)	19,4% (6/31)	44,5% (4/9)
<i>peçoas apenas conhecidas</i>	39,1% (27/69)	10,8% (6/55)	31,9% (22/69)	43,7% (24/55)	29% (20/69)	45,5% (25/55)
<i>familiares ou amigos</i>	58,8% (100/167)	33,3% (21/63)	22,2% (37/167)	4,8% (3/63)	18% (30/167)	61,9% (39/63)
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	63,9% (30/47)	6,8% (3/44)	–	–	36,1% (17/47)	93,2% (41/44)
<i>De subordinado a superior hierárquico</i>	12,5% (1/8)	–	62,5% (5/8)	100% (4/4)	25% (2/8)	–

Tabela 14: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no terceiro período

Para melhor compreensão da tabela, considere-se que a partir dela nosso interesse é observar, em cada um dos tipos de relação, como se alterou a frequência de cada um dos três pronomes, do segundo ao terceiro período. Na primeira linha, por exemplo, vemos as seguintes alterações no tratamento entre *peçoas desconhecidas*: houve uma redução do tratamento por “tu”, passando de 9,7% das ocorrências no segundo período a nenhuma ocorrência, no terceiro; outro caso de redução vê-se uso de “senhor”, que diminui de 70,9% a 55,5%; por fim, tornou-se mais freqüente o tratamento por “você”, passando de 19,4% a 44,5% das ocorrências.

Dos resultados expressos na tabela, percebe-se que a generalizada redução no uso de “tu”, menos freqüente em todos os tipos de relação, vem acompanhada de outros dois interessantes fenômenos: um deles é uma especialização do pronome “senhor” às

situações de maior distanciamento; o outro, um aumento irrestrito do pronome “você”, que se torna mais freqüente em praticamente todos os tipos de relação (sendo única exceção o tratamento *de subordinado a superior hierárquico*).

Quanto à especialização do pronome “senhor”, tal fenômeno pode ser defendido quando se leva em consideração que houve aumento de uso do pronome nas relações entre *pessoas apenas conhecidas* (de 31,9% a 43,7%) e *de subordinado a superior hierárquico* (de 62,5% a 100%) – ambas as relações associadas a maior distanciamento –, ao passo que houve redução nas relações entre *familiares ou amigos* (de 22,2% a 4,8%) – relação de maior proximidade. Embora tenha havido redução da freqüência de “senhor” também entre *pessoas desconhecidas*, relação de distanciamento, deve ser destacado que, ainda assim, tal pronome é o mais usado nesses contextos (55,5% das ocorrências).

Voltando ao aumento irrestrito do uso do pronome “você” nos diferentes tipos de relação, isso leva a duvidar de que a descrição de Cintra (1972) continue válida em se tratando desse terceiro período: se o pronome “você” está mais presente tanto em relações de maior quanto de menor proximidade, parece que a propriedade [+distanciamento] vai sendo desativada nele, de modo que não há impedimento para o pronome figurar nos mais diferentes contextos.

A questão que se apresenta agora é se o uso das formas imperativas – até aqui bastante associadas ao pronome com que se faz referência ao interlocutor – sofreu alguma alteração em decorrência disso. Na tabela abaixo, cruzamos os *tipos de tratamento* e os *tipos de relação entre interlocutores*, considerando as freqüências de cada uma das formas. Os dados seguintes evidenciam ainda mais a complexidade deste terceiro período em análise:

	TU		SENHOR		VOCÊ	
	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peessoas desconhecidas</i>	–	–	–	55,5% (5/9)	–	44,5% (4/9)
<i>peessoas apenas conhecidas</i>	5,4% (3/55)	5,4% (3/55)	–	43,7% (24/55)	5,4% (3/55)	40,1% (22/55)
<i>Familiares ou amigos</i>	31,7% (20/63)	1,6% (1/63)	–	4,8% (3/63)	7,9% (5/63)	54% (34/63)
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	4,5% (2/44)	2,3% (1/44)	–	–	18,2% (8/44)	75% (33/44)
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	–	–	–	100% (4/4)	–	–

Tabela 14: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no terceiro período

A partir desses resultados, levando-se em conta simplesmente o cálculo de freqüência, diríamos que o fator concordância acaba sendo determinante no aumento das formas subjuntivas, pois, em todos os contextos de uso do pronome “você”, as formas subjuntivas suplantaram as indicativas. Entretanto não podemos perder de vista o cálculo probabilístico, de acordo com o qual, do segundo para o terceiro período, foi reduzida de 0.96 a 0.69 a probabilidade de uma forma subjuntiva se associar ao pronome “você”. Isso significa que, embora seja mais freqüente a associação entre “você” e subjuntivo, não é o pronome o motivador desse aumento. Para entendermos melhor o fenômeno, é indispensável analisarmos ainda as probabilidades dos tipos de relação entre interlocutores, expressos nesta tabela:

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peças desconhecidas</i>	0.49	0.51
<i>peças apenas conhecidas</i>	0.25	0.75
<i>familiares ou amigos</i>	0.61	0.39
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	0.67	0.33
<i>de subordinado a superior hierárquico</i> ⁵⁹	–	–

Tabela 15: tipos de relação entre interlocutores – probabilidades no terceiro período

Observamos que a relação tida como menos formal, entre *familiares ou amigos*, favorece o uso da forma indicativa, com probabilidade 0.61. No primeiro período⁶⁰, vale lembrar, esse tipo de relação apresentou probabilidade muito semelhante, 0.60. Se a relação de maior proximidade favorece a forma indicativa, insistimos então que essa é a forma verbal em que se ativa a propriedade [+proximidade].

A relação entre *peças apenas conhecidas*, em que se supõe maior distanciamento, propicia a forma subjuntiva, com probabilidade 0.75. Lembramos também que, no primeiro período, embora em menor intensidade, tal relação também favorecia a forma subjuntiva, com 0.53 de probabilidade.

A despeito disso, em outras relações, vemos ao longo do tempo uma inversão na probabilidade de uso das formas. Entre *peças desconhecidas*, era mais provável a forma indicativa (0.68) no primeiro período, porém, neste terceiro, as subjuntivas é que apresentam maior probabilidade (0.51). Nas relações *de superior hierárquico a*

⁵⁹ No terceiro período, o programa não gerou probabilidades para este fator, já que esse tipo de relação levou a uso categórico da forma subjuntiva.

⁶⁰ Não nos esqueçamos de que, no segundo período, tal fator não foi selecionado como relevante, motivo pelo qual dispomos apenas das probabilidades do primeiro período.

subordinado, eram mais esperadas as formas subjuntivas no primeiro período (0.75), sendo que, neste terceiro, ganham em probabilidade as indicativas (0.67).

Frente a esse conjunto de resultados, portanto, seria redutor afirmar que apenas a concordância entre pronome “você” e forma subjuntiva explica por que tais formas verbais tornaram-se mais freqüentes no terceiro período. O que podemos afirmar com segurança, porém, é que a maior freqüência do pronome “você” interferiu grandemente na expressão lingüística do tratamento ao interlocutor, no que tange às propriedades semântico-pragmáticas de [+ proximidade/distanciamento] nos pronomes e também nas formas verbais imperativas. É como se o aumento abrupto desse pronome tivesse tornado menos estável a relação entre as formas lingüísticas e a marcação de polidez das relações interpessoais, o que podemos entender como resultado de uma intensa atuação dos subsistemas integrantes desse sistema complexo que é a língua. Neste terceiro momento, portanto, é notório que houve alteração tanto no subsistema gramatical quanto no semântico-pragmático.

Em vista dos nossos resultados, acreditamos que estudos mais detalhados sobre este terceiro período, focados na inter-relação entre formas pronominais e marcação de polidez, podem resultar em relevantes achados sobre como os multissistemas atuam na mudança lingüística. Dadas, porém, a natureza e a extensão desta pesquisa, não nos poderemos deter especificamente nessa questão. Por ora, então, decidimos limitarmos a analisar como essas alterações progrediram no quarto período.

4.2.2.4. Resultados do quarto período

Lidamos agora com os dados das peças “O Patinho Torto (ou Os mistérios do sexo)” e “O Rei da Vela”, para com elas representar o período delimitado entre os anos 1926 e 1950. Os fatores que se mostraram estatisticamente relevantes foram *tipo de tratamento*, *peça* e *tipo de relação entre interlocutores*, nesta ordem de importância.

Ao analisar este período, em comparação com o anterior, chamam-nos atenção em primeiro lugar as frequências das formas imperativas do indicativo, que aumentaram levemente: no terceiro período, tínhamos 23,4% (41/175) de formas indicativas ante 76,6% (134/175) de formas subjuntivas; no quarto, são 28,9% (65/225) de indicativas e 71,1% (160/225) de subjuntivas.

Para procurar compreender esse fenômeno, lidaremos com os fatores de variação selecionados como relevantes para este quarto período.

4.2.2.4.1. O fator *tipo de tratamento* no quarto período

Conforme afirmamos acima, as formas imperativas do indicativo tiveram um leve aumento de frequência neste quarto período. É fundamental, porém, que mensuremos em termos probabilísticos os comportamentos das formas. Feito isso, temos que as probabilidades de se usar uma forma imperativa do indicativo, seja qual for o pronome utilizado no tratamento ao interlocutor, tornam-se mais expressivas neste quarto período do que o foram no terceiro. Vejamos esta tabela:

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>TU</i>	0.99	0.01
<i>VOCE</i>	0.39	0.61
<i>SENHOR</i>	0.12	0.88

Tabela 16: tipo de tratamento – probabilidades no quarto período

Numa primeira leitura, esses resultados podem não parecer tão impactantes, já que temos, mais uma vez, o pronome “tu” favorecendo a forma indicativa e os pronomes de terceira pessoa favorecendo a subjuntiva. No entanto, se compararmos os quatro períodos discutidos até aqui, veremos com mais clareza a importância desses resultados. Atentemos à tabela:

	1º período		2º período		3º período		4º período	
	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>
<i>TU</i>	0.98	0.02	0.98	0.02	0.95	0.05	0.99	0.01
<i>VOCÊ</i>	0.36	0.64	0.04	0.96	0.31	0.69	0.39	0.61
<i>SENHOR</i>	0.01	0.99	0.01	0.99	0.0	1	0.12	0.88

Tabela 17: tipo de tratamento – probabilidades nos quatro primeiros períodos

Em se comparando os diferentes momentos, percebe-se que, embora os pronomes de terceira pessoa continuem favorecendo a forma subjuntiva, o quarto período foi quando as formas indicativas atingiram as maiores probabilidades até então: no tratamento por “tu”, 0.99; no tratamento por “você”, 0.39; mesmo em se tratando o interlocutor por “senhor”, casos em que a forma indicativa sequer apareceu no período anterior, temos agora alguma probabilidade, 0.12.

Vale salientar que, apesar de as formas indicativas serem tradicionalmente associadas ao pronome “tu”, essas formas verbais ganharam espaço num período em que não é ele o pronome predominante. Comparando o período anterior com este, temos os seguintes números: embora tenham aumentado as ocorrências de “tu”, saindo dos 17,1% e chegando aos 22,9% (52/227) das formas, ele continua sendo o pronome menos freqüente; mesmo assim, com tal aumento, as freqüências dos pronomes “tu” e “você” ficaram mais próximas, já que este caiu de 62,3% para 24,2% (55/227); teve predominância, porém, surpreendentemente, o pronome “senhor”, chegando a 52,9% (120/227) dos usos, número consideravelmente superior aos 20,6% do período anterior.

Ante esse expressivo aumento no uso de “senhor”, assumimos a possibilidade de se cogitar se não teriam sido motivações específicas de uma das peças que levaram a essa predominância de “senhor”, já que em nenhum dos outros períodos ele havia

surgido com tamanha frequência. Para discutir essa questão, bem como outras também relacionadas às ocorrências dos pronomes nas peças, passemos ao próximo subcapítulo.

4.2.2.4.1.1 A inter-relação entre *tipo de tratamento* e *peça teatral* no quarto período

Considerando os enredos, parece simples a razão pela qual cada uma das peças favorece uma das formas verbais. Na peça “O Rei da Vela”, em que a probabilidade maior é de ocorrerem formas subjuntivas (0.64), as relações entre os agiotes Abelardos e seus devedores se dão num ambiente formal, burocrático, o que pode ter favorecido um tratamento mais distanciado entre os interlocutores. Em “O Patinho Torto (Ou Os mistérios do sexo)”, trata-se de um drama familiar, as relações se dão entre pessoas mais próximas, o que pode ter sido razão para se favorecerem as formas indicativas (0.62).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, seria possível postular que o alto índice de incidência do pronome “senhor” seria, igualmente, consequência da formalidade presente em “O Rei da Vela”, mas não em “O Patinho Torto”. Antes, contudo, de se assumir tal postulado, vejamos esta tabela:

	“senhor”		“você”		“tu”		TOTAIS
	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	
<i>O Patinho Torto</i>	2,7% (6/227)	21,6% (49/227)	2,7% (6/227)	7% (16/227)	18,5% (42/227)	0,4% (1/227)	52,9% (120/227)
<i>O Rei da Vela</i>	0	28,6% (65/227)	1,3% (3/227)	13,2% (30/227)	4% (9/227)	0	47,1% (107/227)
	52,9% (120/227)		24,2% (55/227)		22,9% (52/227)		100% (227/227)

Tabela 18: tipo de tratamento e peça no quarto período

Embora o pronome “senhor” seja mais recorrente em “O Rei da Vela” (28,6%), esse número não chega a ser muito superior à frequência do mesmo pronome em “O

Patinho Torto” (24,3%). Há que se destacar, inclusive, o fato de o tratamento por “senhor” ter sido o mais comum em ambas as peças do terceiro período⁶¹, com o que descartamos a hipótese de sua predominância, sobrepujando os usos de “tu” e “você”, ser devida a um contexto de exceção, o que poderia ter enviesado os resultados.

Considerando ainda os números da tabela 18, precisamos notar dois fenômenos: o primeiro é que, em “O Patinho Torto”, obra na qual é maior a probabilidade de surgirem formas indicativas (0.62), encontramos também a maior quantidade de combinações entre pronome e forma imperativa não previstas pelas gramáticas normativas; o segundo é em “O Rei da Vela” ocorrer justamente o inverso, pois coexistem a probabilidade maior de ocorrerem formas subjuntivas (0.64) e as combinações entre pronome e imperativo mais freqüentes são justamente as prescritas pelas gramáticas tradicionais.

Na primeira peça, são 10,9% (6/55) os casos em que, a despeito de ser usado o pronome “senhor”, a forma imperativa é a do indicativo. Nenhuma ocorrência assim foi registrada em “O Rei da Vela”. Tratamos de casos como estes:

(73) *Bibi* – **Olha**, D. Custódia, para mim, quer a senhora saber?

(G: 17)

(74) *Augusta* – (...) A senhora sofria de enxaquecas?

Iracema – Às vezes.

Augusta – Isto é estômago. Já sofri muito. Curei-me com banho de mar. Por que não experimenta? (Com malícia). E **olha**, na sua idade os banho de mar fazem bem a tudo. Tenho uma freguesa que achou marido, e que marido, ali na Praia do Flamengo. Foi uma pesca e tanto. (G: 21 – 22)

⁶¹ Observe-se que, somando os usos de imperativo do indicativo e do subjuntivo, temos em “O Rei da Vela” 14,5% de tratamentos por “você” e 4% por “tu”. Em “O Patinho Torto”, é 9,7% a freqüência de “você” e 18,9% a de “tu”.

(75) *Eufêmia* – Falam enquanto não se lhes tapa a boca, mamãe; mas eu tenho rolha, não se **incomoda**. E que importa o mundo? Que fale! Quem dá ouvido às vozes não vai para diante. (...)

Custódia – Sim, tu não te impostas, mas eu... Eu é que vou ouvir boa por aí. (...)

Eufêmia – Não, mamãe!... Isto agora ou vai ou racha!

Custódia – Que é isso, menina!

Eufêmia – (*Dando um forte safanão às calças*) – É o que lhe digo. Mas afinal... A senhora queria dizer-me alguma coisa. (G: 34 – 35)

Também encontramos casos em que, fazendo-se uso do pronome “você”, a forma verbal imperativa do indicativo foi utilizada. Embora essa situação de desrespeito à norma prescrita ocorra em 9% (3/33) dos usos de “você” em “O Rei da Vela”, novamente é em “O Patinho Torto” que temos a maior frequência, 27,3 (6/22). Citamos os seguintes exemplos:

(76) *Custódia* – **Olha**, Eufêmia... Seja como for o melhor é você ficar como está. Você tem vivido até hoje assim, por que há de mudar? Isto vai ser uma atrapalhação para todos... (G: 27)

(77) *Eufêmia* (*Explodindo*) – Ah! Tem razão... Tem razão! Você está danado com o que aconteceu e agora é: Papai tem razão... Papai tem razão. Não **amoles!** (G: 38)

(78) *Abelardo I* – Tenho estudado melhor. Somos parte de um todo ameaçado – o mundo capitalista. Se os banqueiros

imperialistas quiserem... Você sabe, há um momento em que a burguesia abandona a sua velha máscara liberal. (...)

Heloísa – Então vou já brincar de jacaré com o americano.

Abelardo I – **Vai!** Ele é Deus Nosso Senhor do Arame...

Brinca meu bem. (H: 90)

O único caso de pronome “tu” associado a forma subjuntiva deste quarto período ocorreu em “O Patinho Torto” e trata-se, na verdade, de uma expressão cristalizada:

(79) *Custódia (Enlevada)* – Ficas tão bem assim, minha filha.

Eu acho até que não te deves vestir de outra maneira, em casa pelo menos. Na rua, enfim... **Vá** lá... Mas aqui... (G: 46)

Ao lidarmos com esses casos, é curioso lembrar que “O Patinho Torto (Ou Os mistérios do sexo)”, peça em que por mais vezes a prescrição normativa foi ignorada, tem como autor Coelho Netto, a quem foi atribuída a fama de purista extremado. Igualmente curioso é lembrar que “O Rei da Vela”, obra em que a prescrição é bastante respeitada, foi composta pelo paladino modernista Oswald de Andrade.

Levando esses dados biográficos em consideração, fica-nos a idéia de que, ao caracterizar a variedade lingüística de um personagem – no que diz respeito ao uso das formas imperativas neste quarto período –, os autores, fossem puristas ou libertários, preocuparam-se menos com a tradição gramatical do que com motivações semântico-pragmáticas. Consideramos, todavia, que, em certos contextos, o mesmo respeito à norma também pode se dar por razões interacionais, associadas a um cuidado com a preservação da face.

Em todo caso, se a concordância prescrita pela norma tradicional não é fator determinante para a escolha da forma imperativa, vejamos na próxima seção como o

fator *tipo de relação entre interlocutores* também contribuiu neste período na escolha dos falantes por uma ou outra forma verbal.

4.2.2.4.2. O fator *tipo de relação entre interlocutores* no quarto período

As probabilidades deste quarto período, ao contrário do que aconteceu no terceiro, apontam para uma espécie de harmonização das propriedades semântico-pragmáticas nas formas imperativa. Lembremos que, no período anterior, não havia uniformidade entre os traços [+ proximidade/ distanciamento] e uso das formas. Neste quarto momento, no entanto, parece que chega ao fim a instabilidade anterior, surgida quando o pronome “você” passou abruptamente a ser mais utilizado (*cf.* 4.2.2.3.).

Vejamos os números:

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peçoas desconhecidas</i>	–	1.0
<i>peçoas apenas conhecidas</i>	0.63	0.37
<i>familiares ou amigos</i>	0.58	0.42
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	0.25	0.75
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	–	1.0

Tabela 19: tipos de relação entre interlocutores – probabilidades no quarto período

É importante esclarecer que para as relações entre *peçoas desconhecidas* e *de subordinado a superior hierárquico* o programa não gerou probabilidades, pois ambas as variáveis levaram a uso categórico da forma subjuntiva. Essa mesma forma verbal, inclusive, é favorecida também pelas relações *de superior hierárquico a subordinado* (0.75). Todas essas relações, devemos destacar, supõe um maior distanciamento entre os

interlocutores, seja pela assimetria hierárquica entre os participantes da interlocução, seja pelo fato de eles não se conhecerem. Dessa maneira, temos motivo para defender que, passada a instabilidade do terceiro período, a propriedade [+distanciamento] se ativa com mais clareza nas formas subjuntivas.

Nas interações entre *pessoas apenas conhecidas*, cujo distanciamento não é tão intenso quanto entre desconhecidos e nas quais não existem os mesmos limites das relações assimétricas, obtivemos maior probabilidade de serem usadas formas imperativas do indicativo (0.63). Em todo caso, dado o caráter mais impreciso desse tipo de relação, não é a partir desse resultado que se tiram as conclusões mais seguras. Preferimos destacar a relação em que por excelência se pressupõe maior grau de proximidade, entre *familiares ou amigos*, que também leva a um favorecimento para as formas indicativas, nesse caso com 0.58 de probabilidade.

Consideremos, então, os tipos de relações cujo estatuto semântico-pragmático pode ser mais bem delimitado: por um lado, nas relações de maior cerimônia – entre *pessoas desconhecidas e de subordinado a superior hierárquico* –, as formas subjuntivas são categoricamente utilizadas; por outro, nas relações menos cerimoniais – entre *familiares ou amigos* –, houve predomínio das formas indicativas. Essa interpretação dos resultados, que implica considerarmos as formas subjuntivas mais cerimoniais que as indicativas, torna-se mais convincente quando, em conjunto com os *tipos de relação entre interlocutores*, analisamos os *tipos de tratamento*.

4.2.2.4.2.1. Interação entre subsistemas: a correlação entre *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores* no quarto período

No terceiro período, vimos uma alteração do sistema pronominal de tratamento ao interlocutor no PB: por um lado, o pronome “senhor” tornou-se mais restrito às situações de maior nível de cerimônia; por outro, devido ao aumento na frequência de

“você” tanto nas relações de maior quanto nas de menor distanciamento, propriedades semântico-pragmáticas do pronome tornaram-se menos delimitáveis. Ao observarmos o uso dos pronomes neste quarto período, porém, encontramos um novo contexto:

	TU		SENHOR		VOCÊ	
	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peessoas desconhecidas</i>	–	–	–	100% (1/1)	–	–
<i>peessoas apenas conhecidas</i>	–	–	12,9% (4/31)	87,1% (27/31)	–	–
<i>familiares ou amigos</i>	30% (39/130)	0,8% (1/130)	1,6% (2/130)	39,2% (51/130)	6,9% (9/130)	21,5% (28/130)
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	19% (11/58)	–	–	51,7% (30/58)	–	29,3% (17/58)
<i>De subordinado a superior hierárquico</i>	–	–	–	100% (5/5)	–	–

Tabela 20: tipo de tratamento e tipo de relação entre interlocutores no quarto período⁶²

Quando observamos apenas as probabilidades, percebemos que as duas relações de maior grau de proximidade – entre *familiares ou amigos* e entre *peessoas apenas conhecidas* – favoreciam as formas indicativas. O novo dado que essa tabela nos traz é

⁶² Lembramos que, nas tabelas em que correlacionamos *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores*, a relação ao centro da tabela é a de maior proximidade, entre *familiares ou amigos*. Afastando-se do centro, em qualquer sentido da vertical, aumenta o grau de distanciamento, estando nas posições superiores da tabela as relações simétricas e, nas inferiores, as assimétricas.

que são essas mesmas relações as que mais propiciam as combinações entre pronome e forma verbal não recomendadas pelas gramáticas normativas. É possível postular, portanto, que, neste quarto período, as relações que exigissem menor preocupação com a preservação da face eram as mais suscetíveis ao desrespeito à norma culta.

Nas demais relações, que, por comparação, são mais cerimoniosas que as duas citadas, o uso prescrito pelos normativistas foi categoricamente respeitado. Pelo mesmo raciocínio, podemos defender que uma razão semântico-pragmática – a maior preocupação com a preservação da face – teria ocasionado as combinações prescritas entre pronomes e formas verbais.

Analisando em particular as duas relações de assimetria – *de superior hierárquico a subordinado* e *de subordinado a superior hierárquico* –, vemos que neste quarto período é categórico os subordinados fazerem uso das formas subjuntivas e do pronome “senhor”, bem como ocorreu no terceiro período (*cf.* tabela 14). O uso dos outros pronomes e das outras formas verbais, tal como se deu também no terceiro período, seguem sendo prerrogativas dos superiores hierárquicos. Mais uma vez, portanto, vemos a forma subjuntiva como a forma de cerimônia, sendo de uso categórico apenas dos subordinados.

É importante considerar ainda que os pronomes “tu” e “você”, neste período, são restritos aos atos de fala de pessoas próximas (*familiares ou amigos*) ou de pessoas que têm o poder de mandar (*de superior hierárquico a subordinado*). Com isso, é possível entender que a propriedade de o pronome “você” marcar um certo grau de cerimônia também estaria sendo desativada.

Lembremos que, no terceiro período, embora “você” comece a suplantiar o uso de “tu”, a probabilidade de uma forma subjuntiva associar-se àquele pronome reduziu-se de 0.96 a 0.69. Associando esse dado à possível desativação do traço

[+distanciamento] em “você”, podemos agora – passado o momento de transição que nos pareceu ter sido o terceiro – encontrar uma explicação para o enfraquecimento da relação entre “você” e as formas subjuntivas: se o pronome vinha passando, desde o terceiro período, por um processo por meio do qual vem deixando de marcar um tratamento cerimonioso, o falante tem menos razões para utilizar “você” junto a uma forma verbal que denote [+distanciamento], a subjuntiva.

Um último comentário sobre este período diz respeito ao uso de formas imperativas entre *pessoas desconhecidas*. Esses casos, cuja frequência já chegou, no segundo período, a 9,6% do total de ocorrências (31/322), resumem-se a uma única ocorrência neste quarto período, representando 0,4% dos dados (1/225). Embora não tenhamos a pretensão de nos determos nesse fenômeno durante esta pesquisa, não deixaremos de lançar um questionamento, para trabalhos futuros: essa redução significa uma mudança nas relações sociais, de modo que os atos de fala diretivos são evitados entre pessoas desconhecidas, ou significa que outras estratégias lingüísticas passaram a veicular pedidos, sugestões, enfim, passaram a veicular os atos de fala que outrora eram expressos pelas formas verbais imperativas?

4.2.2.5. Resultados do quinto período

Neste que é o último período analisado em nosso trabalho, discutimos os dados coletados das peças “Bonitinha, mas ordinária” e “O abajur lilás”, com as quais representamos o intervalo de tempo que vai de 1951 a 1975. Vale lembrar que a escolha por analisar apenas obras de épocas passadas, não lidando com peças mais recentes, deve-se a nosso entendimento de que existem já descrições competentes sobre a variação no modo imperativo do PB atual (*cf.* SCHERRE 1998, 2000 e 2004; PAREDES SILVA *et alii*, 2000; LIMA-HERNADES & SPAZIANI, 2002), mas faltam estudos mais preocupados com a mudança lingüística que levou a tal contexto.

Sobre o período que chamamos de “atual”, diferentes autores constataram a predominância das formas imperativas do indicativo em contextos nos quais se tornou mais freqüente o tratamento ao interlocutor por “você”, combinação não prescrita pela tradição normativa e que despertou o interesse para estudarem-se as formas verbais imperativas. Ao analisarmos esses períodos anteriores, tentamos levantar possíveis explicações para essa configuração atual, que, parece-nos, é resultado das mudanças discutidas nos quatro períodos anteriores e começa a configurar-se com mais clareza neste quinto período.

Mesmo a seleção de fatores realizada pelo *Gold Varb* nos leva a entender que a relação entre forma pronominal e forma imperativa enfraqueceu-se, pois, em ordem de relevância, foram neste período selecionados *tipo de relação entre interlocutores, tipo de ato de fala, polaridade e tipo de tratamento*.

Desse modo, o fator *tipo de tratamento*, que havia sido selecionado como o mais relevante nos quatro períodos iniciais, passou a ser apenas o quarto mais relevante neste quinto momento. Além disso, é imprescindível destacar ainda que os três primeiros fatores são todos associados a aspectos semântico-pragmáticos, tendo sido um deles, inclusive, selecionado como relevante apenas nesta leitura dos dados, já que o *tipo de ato de fala* não figurava em nenhum nos outros períodos e nem na leitura única dos dados.

Esse enfraquecimento da relação entre forma verbal e pronome sujeito também é percebido por meio do comportamento de cada uma das formas imperativas ao longo dos períodos analisados, como veremos adiante.

Assim, temos motivos suficientes para aventar que, se no contexto atual diferentes autores perceberam um descompasso entre a forma imperativa e o pronome sujeito, isso se deve a um processo de mudança lingüística pelo qual as propriedades

semântico-pragmáticas dos pronomes foram substancialmente alteradas, não tendo ocorrido o mesmo com as propriedades das formas verbais. A seguir, analisando os fatores de variação selecionados, discutiremos em mais detalhes essa possibilidade de interpretação dos resultados.

4.2.2.5.1. O fator *tipo de tratamento* no quinto período

Segundo os dados do programa *Gold Varb*, o *tipo de tratamento* é o fator, entre os selecionados, de menor relevância para variação neste quinto período. Para nós, entretanto, é ele o fator principal para que possamos entender o processo de mudança do uso que os falantes fazem do modo imperativo no PB, que diz respeito justamente ao atual enfraquecimento da relação entre forma verbal e pronome sujeito.

Esse enfraquecimento é percebido já quando observamos o comportamento de cada um dos tipos de formas imperativas ao longo dos períodos analisados. O gráfico a seguir é ilustrativo disso:

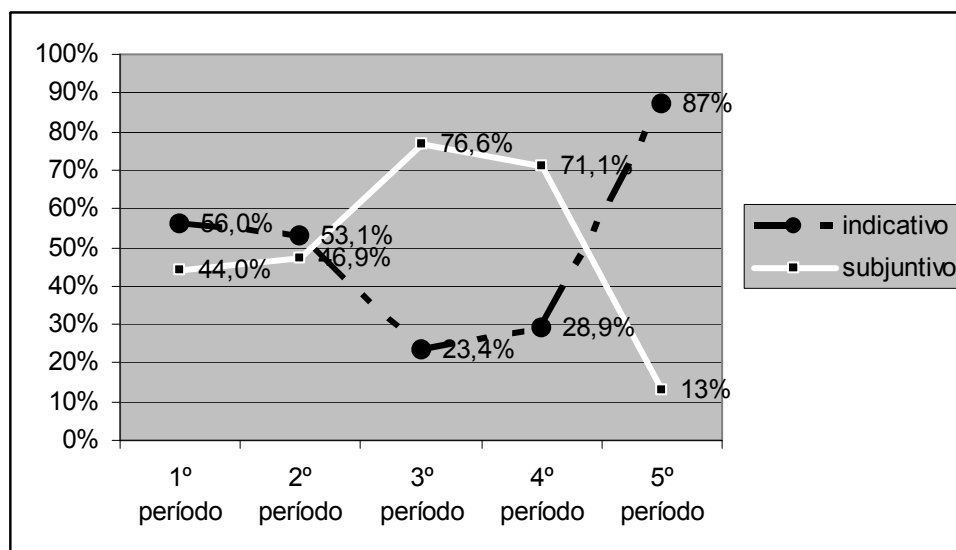


Gráfico 3: freqüências das formas imperativas ao longo dos períodos

Como vemos, as formas indicativas eram as predominantes no primeiro período (56%), época em que o pronome “tu” correspondia a 51,2% dos tratamentos ao interlocutor.

Já no segundo período, embora as indicativas continuassem como as formas mais utilizadas, nota-se um declínio em seu uso, caindo de 56% a 53,1%. Concomitantemente, houve também uma leve redução na frequência do tratamento por “tu”, que, apesar de seguir como o mais freqüente, representava então, vale lembrar, 50% das ocorrências.

Essa diminuição das formas indicativas e do pronome de segunda pessoa gramatical chegaria a seu ponto mais intenso no período seguinte, o terceiro, no qual as formas indicativas são apenas 23,4% das ocorrências e, ao mesmo tempo, o tratamento por “tu” se dá em apenas 17,1% dos casos. É neste terceiro período que o pronome “você” ganha força (62,3%) e assistimos ainda a um uso mais freqüente das formas subjuntivas (76,6%).

No quarto período, como vimos há pouco, o pronome predominante é, para nossa surpresa, “senhor” (53,3%). Porém, apesar de um pronome de terceira pessoa gramatical ser o mais freqüente, e o pronome “tu” ser o de menor frequência (22,7%), encontramos aumento de frequência das indicativas, de 23,4% a 28,9%, ante a queda das subjuntivas, de 76,6% a 71,1%. Arriscamos afirmar, inclusive, que esse aumento anuncia a mudança pela qual as formas indicativas passariam a ser as mais utilizadas.

Como resultado desse processo de mudança, temos números impressionantes no quinto período. Ao contrário do que houve nos dois anteriores, as formas imperativas do indicativo voltam a ser as mais utilizadas, superando qualquer dos demais períodos (87%). No entanto, diferentemente do que ocorrera nos dois primeiros momentos (cujo predomínio também era das indicativas), a forma pronominal mais freqüente é o pronome de terceira pessoa “você” (53,9%).

Merece atenção ainda o fato de que, embora neste quinto período tenhamos uma considerável frequência do pronome “tu” (45,1%), praticamente todas as ocorrências

(138/139) estão na peça “O abajur lilás”, de Plínio Marcos; ao mesmo tempo, todas as ocorrências de “você” (166/166) e “senhor” (3/3) estão na peça “Bonitinha, mas ordinária”. Por esse motivo, inclusive, não é mais possível correlacionar os fatores *tipo de tratamento* e *tipo de relação entre interlocutores*, afinal, o pronome passa a ser, na imensa maioria dos casos, imposto ao falante pela sua variedade lingüística, deixando, portanto, de distinguir diferentes níveis de cerimônia.

Isso nos faz entender que não há propriedades semântico-pragmáticas que, ativadas no pronome, participem da escolha por uma das formas imperativas. Além disso, também se nota que a marca gramatical de pessoa presente no pronome não influencia da mesma maneira a seleção feita pelo falante entre uma das formas verbais.

Especialmente sobre “O abajur lilás”, de Plínio Marcos, é importante dizer que escolhemos tal obra para que, neste quinto período, tivéssemos uma espécie de “grupo controle” nas nossas estatísticas: como no período em questão o tratamento por “você” é quase categórico na maioria das peças produzidas na região sudeste, espaço que delimitamos para esta pesquisa, buscamos essa obra marginal em que o tratamento quase categórico fosse por “tu”. Isso é importante para, comparando-se os resultados obtidos com os dois pronomes, podermos mensurar em que medida a forma pronominal perde mesmo influência na escolha da forma imperativa.

Vale destacar de antemão, contudo, que os personagens de “O abajur lilás” são representativos de uma variedade – inclusive mencionada por Paredes Silva *et alii* (2000) – própria de grupos sociais marginalizados que praticam um uso não padrão de “tu” – registrado pelas autoras, primeiramente, em peças dos anos 50. São justamente essas a variedade e a situação dos personagens de Plínio Marcos. Vejamos exemplos:

(80) *Dilma* – Tu que **pensa**. A bichona bota a boca no trombone e tu se entralha. Nenhuma cafetina te aceita. Elas ficam achando que tu é de criar caso. O que tu pensa? Essa raça maldita é toda combinada. Uma cafetina dá cobertura pra outra. E com essas e outras, a gente é que se entruta. (J: 25)

(81) *Célia* – Eu sei, eu sei, tu tem filho. É legal. Tá certo. Mas é por ele. Por ele, tu deve embracar na minha. (J: 26)

(82) *Giro* – Amanhã eu troco. Se tu se virar bem hoje.

(J: 47)

Célia e Dilma são prostitutas, ao passo que Giro é o cafetão delas. Esses personagens, todos marginalizados, fazem uso do pronome “tu”, mas isso não acarreta conseqüências na concordância verbal mesmo em formas do modo indicativo, conforme vemos nos exemplos. Provavelmente, portanto, o mesmo acontece no modo imperativo, ou seja, não parece ser devida ao pronome a presença das formas imperativas indicativas.

Deixando os resultados de freqüência, analisemos agora as probabilidades associadas aos *tipos de tratamento*. Investigando as probabilidades de ocorrência das formas imperativas em função dos pronomes, os resultados novamente nos mostram que esse fator perde bastante relevância neste quinto período:

	1º período		2º período		3º período		4º período		5º período	
	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>	<i>IND</i>	<i>SUB</i>
<i>TU</i>	0.98	0.02	0.98	0.02	0.95	0.05	0.99	0.01	0.63	0.37
<i>VOCE</i>	0.36	0.64	0.04	0.96	0.31	0.69	0.39	0.61	0.40	0.60
<i>SENHOR</i>	0.01	0.99	0.01	0.99	0.0	1	0.12	0.88	0.06	0.94

Tabela 21: tipo de tratamento – probabilidades nos quatro primeiros períodos

Considerando as chances de, estabelecendo-se um tratamento por “tu”, ser utilizada uma forma imperativa do indicativo, temos nos quatro primeiros períodos probabilidades que se aproximam de um uso categórico. No quinto período, porém, em que 87% das formas são indicativas, temos uma probabilidade de apenas 0.63. Esse dado, vale dizer, é coerente com a interpretação que fizemos sobre o uso de “tu” em “O abajur lilás”: se não há mais a necessidade de se estabelecer a concordância em pessoa entre o pronome e o verbo, é natural que a associação entre tais formas lingüísticas seja enfraquecida.

Embora em termos probabilísticos continue havendo uma maior possibilidade de as formas subjuntivas associarem-se ao pronome “você”, no período em questão encontramos a menor dessas probabilidades em nosso estudo: 0.60.

Quanto ao uso de “senhor”, sua relação com as formas subjuntivas volta à casa dos 0.90. No entanto, ao contrário do que houve no quarto período, o pronome é muito pouco freqüente neste quinto, estando em apenas 1% (3/308) das ocorrências imperativas. Dessa maneira, os resultados mais expressivos são aqueles associados a “tu” e “você”.

Por todos esses resultados, ousamos afirmar que o subsistema gramatical se tornou menos ativo na escolha por uma ou outra forma imperativa. Ao que nos parece, tendo sido enfraquecida a relação de concordância entre pronome e forma verbal, os falantes selecionam a forma do indicativo ou a do subjuntivo considerando em primeiro lugar aspectos semântico-pragmáticos. Isso é coerente com a idéia de que, nesses atos de fala diretivos, a marcação de [+proximidade/ distanciamento] – aparentemente desativada nos pronomes “tu” e “você”, mas não nas formas imperativas do indicativo e do subjuntivo – é o fator de maior importância, por ser decisivo às relações interpessoais.

Para que levemos essa interpretação mais adiante, vejamos no próximo subcapítulo como o *tipo de relação entre interlocutores*, fator selecionado como o mais relevante, passou a intervir neste quinto período.

4.2.2.5.2. O fator *tipo de relação entre interlocutores* no quinto período

A seleção do *tipo de relação entre interlocutores* como o fator mais relevante neste período é um forte indicador de que a escolha da forma imperativa passa definitivamente a se reger mais por aspectos semântico-pragmáticos que por aspectos gramaticais. Mais do que isso, porém, merece novamente destaque a possibilidade de as formas subjuntivas no imperativo estarem passando por um processo que pode culminar na sua substituição pelas indicativas. Vejamos por quê:

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>peças desconhecidas</i> ⁶³	–	–
<i>peças apenas conhecidas</i>	0.20	0.80
<i>familiares ou amigos</i>	0.69	0.31
<i>de superior hierárquico a subordinado</i>	0.51	0.49
<i>de subordinado a superior hierárquico</i>	0.50	0.50

Tabela 22: tipos de relação entre interlocutores – probabilidades no quinto período

Antes de comentar a tabela, lembremos que o tratamento *de subordinado a superior* havia levado a uso categórico da forma subjuntiva em todos os períodos em que o *tipo de relação entre interlocutores* fora selecionado como estatisticamente relevante. Dessa maneira, é extremamente significativo o fato de a probabilidade de se

⁶³ Entre peças desconhecidas, houve uso categórico da forma indicativa.

realizar uma forma subjuntiva nesse contexto ser 0.50, pois, com isso, o que fora um forte fator de restrição à mudança vem tornando-se agora indiferente para a escolha das formas.

De modo geral, o que vemos é que as duas relações de assimetria praticamente deixam de favorecer qualquer uma das formas. Considerando que, em períodos anteriores, as mesmas relações favoreciam o tratamento no subjuntivo, podemos perceber nesses novos resultados, insistimos, o enfraquecimento de contextos de restrição à mudança.

Pelos resultados das relações entre *familiares ou amigos*, continua sendo possível defender que as formas indicativas se prestem mais às relações de menor cerimônia, já que tais formas apresentam 0.69 de probabilidade. Lidando, entretanto, com as outras duas relações de simetria, os resultados não permitem uma interpretação assim imediata: enquanto para a mais distante – entre *pessoas desconhecidas* – temos uso categórico das formas indicativas do imperativo, para a mais próxima – entre *pessoas apenas conhecidas* – temos a maior probabilidade no período de surgirem formas subjuntivas (0.80).

Esses resultados permitem-nos conjecturar que, em certa medida, este quinto período assemelha-se àquele terceiro: naquele, o abrupto aumento na frequência do pronome “você” teria desestabilizado as relações entre formas lingüísticas e propriedades semântico-pragmáticas; neste, o acentuado aumento de frequência das formas indicativas teria levado a resultado semelhante, pelo menos no que diz respeito ao tratamento entre conhecidos. Para trabalhos futuros, cabe a seguinte pergunta: se no quarto período foi superada a desestabilização que vimos no terceiro, o mesmo pode ter acontecido posteriormente ao quinto período?

4.2.2.5.3. O fator *tipo de ato de fala* no quinto período

Sobre o fator *tipo de ato de fala*, pontuamos inicialmente que a sua seleção ter ocorrido apenas neste contexto do quinto período já é em si um dado de suma importância. Como vimos, esse foi também o primeiro – e, nesta pesquisa, único – momento em que o fator *tipo de tratamento* deixou de ser o mais importante para a escolha das formas. Dessa maneira, julgamos bastante plausível a idéia de que a marca de pessoa dos pronomes – sobretudo “tu” e “você” – perdeu relevância para a escolha da forma imperativa e, assim, os fatores semântico-pragmáticos se tornam mais impactantes nesse processo, a ponto de um fator que jamais houvera sido selecionado como relevante passar a sê-lo.

Tratando em primeiro lugar das probabilidades relacionadas a cada tipo de ato de fala⁶⁴, formulamos interpretações que possivelmente expliquem particularidades de diferentes usos das formas imperativas. Observemos:

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>comando cordial</i>	0.49	0.51
<i>comando rude</i>	0.56	0.44
<i>pedido de desculpas</i> ⁶⁵	–	–
<i>Conselho</i>	–	–
<i>Súplica</i>	0.12	0.88
<i>Ofensa</i>	0.03	0.97

Tabela 23: tipos de ato de fala – probabilidades no quinto período

Nos atos diretivos aqui denominados comando, notamos que, embora levemente, as propriedades concernentes à maior ou à menor polidez – respectivamente cordialidade e rudeza – interferem na seleção das formas imperativas. Observe-se que a

⁶⁴ Lembramos que a tipologia dos atos de fala utilizada neste trabalho está descrita na seção 1.2.2.2.1.

⁶⁵ O programa não gerou probabilidades para *pedido de desculpas* nem para *conselho*, pois os dois fatores levaram a uso categórico, respectivamente, das formas do subjuntivo e do indicativo.

cordialidade favorece a forma subjuntiva (0.51) e a rudeza, a indicativa (0.56). Esses dados são coerentes com a idéia de que a forma subjuntiva seja mesmo a forma de cerimônia.

Considerando, então, as formas indicativas como as de proximidade, faz sentido que nos *conselhos* sempre sejam elas as formas selecionadas. Levemos em conta que, na situação de aconselhamento, não temos a imposição de um comando, de uma ordem. Assim, tem-se uma maior aproximação, uma maior intimidade entre os interlocutores, refletida também nessa forma imperativa do indicativo.

Sobre as formas subjuntivas, outra razão para entendermos que a propriedade da polidez esteja ativada nelas se deve ao fato de, na totalidade dos *pedidos de desculpas*, serem essas as formas encontradas. Também nas *súplicas*, ato de fala em que o traço da humildade é patente, as formas subjuntivas são outra vez bastante favorecidas (0.88).

As *ofensas*, por sua vez, parecem destoar da análise que fazemos. Isso porque, se defendemos que os comandos rudes desfavorecem as formas subjuntivas, por neles ser dispensado o tratamento cerimonioso, o mesmo, a princípio, dar-se-ia com as esse tipo de ato de fala. No entanto, no caso das *ofensas*, a maior probabilidade é de surgirem formas subjuntivas (0.97).

A despeito disso, por ora, mantemos a nossa análise sobre os *comandos rudes*, continuando a defender que um menor grau de polidez favorece as formas indicativas, menos cerimoniosas. Tomamos tal decisão não apenas por parecer mais coerente com as interpretações que fizemos ao longo dos cinco períodos – pelas quais diferentes fatores nos fazem crer na especialização de cada uma das formas –, mas também porque os casos de *comando rude* são mais representativos em nosso estudo do quinto período (118/314) do que os casos de *ofensa* (4/314).

Por fim, as formas indicativas, pelo que discutimos neste subitem e no anterior, continuam associadas ao traço semântico-pragmático [+proximidade], ao passo que as subjuntivas seguem carreando o traço [+distanciamento]. Lembrando que os pronomes-sujeito se mostram neste quinto período menos impactantes no processo de escolha por uma das formas (*cf.* 4.2.2.5.1.), vemos os *tipos de atos de fala*, fator de natureza semântico-pragmática, ganharem relevância na concorrência entre as formas imperativas do indicativo e do subjuntivo. De modo geral, portanto, podemos afirmar que, analisando a probabilidade de ocorrência das formas verbais imperativas em diferentes tipos de atos de fala, temos motivos para, mais uma vez que, defender que estamos diante de um ponto relevante num processo de mudança lingüística.

4.2.2.5.4. O fator *polaridade* no quinto período

Em 4.2.2.5.2., afirmamos que as formas verbais imperativas do indicativo começam a substituir as subjuntivas, uma vez que estas vêm perdendo probabilidade de ocorrer em contextos que atuavam na restrição à mudança. Entre tais contextos, porém, não se podem incluir as orações de polaridade negativa. Observemos:

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>polaridade positiva</i>	0.53	0.47
<i>polaridade negativa</i>	0.41	0.79

Tabela 24: polaridade da sentença e formas imperativas – quinto período

O fato de a forma imperativa figurar numa sentença positiva, como vemos, não se mostra assaz determinante à variação, favorecendo apenas um pouco as formas indicativas (0.53). Já nas sentenças negativas, contudo, é bastante alta a probabilidade de ocorrer uma forma subjuntiva (0.79), o que atribuímos a uma maior necessidade de polidez nesse tipo de situação (*cf.* 4.2.1.5. e 4.2.2.2.1.).

É relevante não perdermos de vista, entretanto, que mesmo esse forte fator de restrição vem tendo enfraquecida sua associação com as formas subjuntivas. É o que observamos ao comparar o seu peso relativo neste período com o do último período em que fora selecionado:

	<i>Indicativo</i>	<i>Subjuntivo</i>
<i>3º período</i>	0.19	0.81
<i>5º período</i>	0.21	0.79

Tabela 25: polaridade negativa – probabilidades dos diferentes períodos

Embora essa redução de probabilidade não seja bastante expressiva (de 0.81 a 0.79), não podemos ignorar que ela aponte para o mesmo processo anunciado por outros fatores de variação, sobretudo neste quinto período: um processo de mudança que tende a uma substituição das formas imperativas do subjuntivo pelas imperativas do indicativo.

5. CONCLUSÕES

O intuito de estudar como foram usadas, entre os anos 1850 e 1975, as formas imperativas em variedades do PB surgiu baseado em duas premissas: a primeira é que, segundo a prescrição normativa, formas imperativas do indicativo estariam associadas ao pronome “tu”, enquanto formas do subjuntivo estariam relacionadas aos pronomes de terceira pessoa gramatical, “você” e “senhor”; a segunda é que as formas do modo verbal imperativo mostram-se atualmente em processo de variação em variedades do PB nas quais o tratamento se dá predominantemente pelo pronome “você” e, contrariando a prescrição gramatical, a forma de maior frequência nessas mesmas variedades é a imperativa do indicativo (*cf.* FARACO, 1986; LIMA-HERNADES & SPAZIANI, 2002; SCHERRE, 1998, 2000 e 2004).

A partir disso, vimos a possibilidade de estar diante de um fato de mudança lingüística. Isso porque, se de um lado os trabalhos variacionistas geraram resultados confiáveis, lastreados por dados concretos do PB, de outro achamos plausível que a prescrição normativa tivesse lastro em algum outro momento da língua portuguesa. Imaginando, portanto, que em algum período anterior da história da língua tivesse havido efetivamente uma relação entre forma pronominal e forma verbal imperativa, nossa tarefa foi procurar por esse período para então analisar o processo de mudança lingüística que acarretaria o enfraquecimento dessa relação entre pronome sujeito e forma imperativa.

Para enfim realizar nosso estudo desse processo de mudança, buscamos fundamentação teórico-metodológica na Teoria da Variação e Mudança e na Teoria Multissistêmica. Especialmente sobre a Teoria da Variação, insistimos que, embora não tratemos de variáveis dependentes prototípicas, a comparabilidade funcional entre as

formas imperativas possibilitou que tratássemos do fenômeno como um caso de variação.

Dessa forma, empreendemos um estudo funcionalista sobre as variantes considerando sempre as situações de uso no processo de variação. Além disso, correlacionamos as propriedades dos diferentes subsistemas sem jamais hipotetizar alguma teleologia no processo de mudança, tal como se pressupõe de uma abordagem multissistêmica. Isso se mostrou fundamental, sobretudo, ao lidarmos com contextos nos quais houve mudanças gramaticais sem que houvesse concomitantemente alterações de caráter semântico-pragmático (*cf.* 4.2.2.3.1.).

Segundo nossa interpretação dos dados, embasada no aparato teórico mencionado, defendemos que, embora tenha realmente havido momentos em que a forma pronominal utilizada no tratamento ao interlocutor foi de extrema relevância na escolha por uma ou outra forma imperativa⁶⁶, com o passar dos anos houve um enfraquecimento dessa correlação. Um forte indicador desse fenômeno é o fator *tipo de tratamento*, que havia sido o mais relevante nos quatro primeiros períodos, aparecer como o fator selecionado de menor importância para a variação entre as formas verbais. Essa menor correlação entre forma pronominal e forma imperativa parece ter explicações relativas aos subsistemas gramatical e semântico-pragmático.

Sobre o primeiro subsistema, note-se que, no quinto período, mesmo nos contextos em que predominava o tratamento por “tu”, as formas verbais do modo indicativo utilizadas eram sempre as de terceira pessoa (*cf.* 4.2.2.5.1.). Com isso, temos que a relação de concordância entre pronome sujeito e forma verbal, não só no modo imperativo, estava realmente enfraquecida.

⁶⁶ Isso aconteceu de modo mais determinante no segundo período de nossa análise, em que as probabilidades de se aplicarem as regras de concordância previstas pelas gramáticas tradicionais foram as seguintes: 0.98 para a combinação entre “tu” e indicativo; 0.96 para a combinação entre “você” e subjuntivo; 0.99 para a combinação entre “senhor” e subjuntivo.

Além disso, é possível conjecturar que essa recorrência das formas de terceira pessoa do indicativo acabou fazendo com que as imperativas fossem tomadas por indicativas, certamente por conta da homonímia entre estas e as formas imperativas da segunda pessoa gramatical. Essa reanálise que os falantes teriam feito da forma imperativa de segunda pessoa, então, teria favorecido o aumento de frequência das imperativas oriundas do indicativo, que chegaram a 87% das ocorrências no quinto período.

Outro ponto importante a ser destacado é que o comportamento dos fatores ao longo do tempo corrobora CASTILHO (2006:10). Segundo ele, “os sistemas complexos não são lineares, são dinâmicos, exibem um comportamento irregular”. No processo de mudança lingüística que analisamos, esse comportamento irregular se revelou em diferentes momentos. Vimos, por exemplo, no processo de variação das formas, predominarem razões semântico-pragmáticas no primeiro período, razões gramaticais no segundo e novamente razões semântico-pragmáticas no terceiro. Esse comportamento nos parece contrário ao postulado de que a mudança siga sempre uma direção unívoca, tratado por Castilho como o estudo de uma “língua-linha”.

Mesmo o *status* semântico-pragmático das formas imperativas parece referendar essa instabilidade de um sistema complexo. Se pensarmos apenas em casos extremos, em um tratamento cerimonioso e em outro não cerimonioso, podemos indiscutivelmente associar a forma imperativa do subjuntivo ao primeiro e a do indicativo ao segundo, conforme vimos ao longo da análise. Apesar disso, mesmo sendo extremamente plausível associar a propriedade [+distanciamento] à forma subjuntiva e a [+proximidade] à indicativa, deparamo-nos por vezes, numa análise mais minuciosa dessa noção de polidez, com casos que contrariam essa interpretação das propriedades

das formas⁶⁷, situações nas quais, aventamos, torna-se mais patente o dinamismo do sistema lingüístico.

Para finalizar, destacamos que a atual variação das formas imperativas, constatada em algumas variedades do PB contemporâneo, pode ser vista como um ponto já adiantado de um processo de mudança lingüística, pelo qual, no modo imperativo, as formas indicativas vêm substituindo as subjuntivas. Essa interpretação é fundamentada no fato de a forma indicativa do imperativo não apenas estar se tornando mais freqüente, mas também estar tornando-se a mais provável em contextos que outrora funcionavam como restrição à mudança.

Mesmo assim, vale lembrar, esse processo ainda encontra contextos de restrição à mudança, que são, sobretudo, aqueles em que se exige um tratamento mais cerimonioso, o que nos permite concluir que, entre os períodos analisados, nas formas subjuntivas se ativa a propriedade semântico-pragmática [+distanciamento] e, nas indicativas, [+proximidade].

⁶⁷ Podemos citar, no primeiro período, o favorecimento das formas indicativas nas relações entre *pessoas desconhecidas* (0.62), ou ainda, no quinto período, a associação entre os atos de fala *ofensa* e as formas subjuntivas (0.97).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Oswald de. *O Rei da Vela*. São Paulo: Globo, 1996 [1931].
- AZEVEDO, Aluísio. “O Caboclo”. In: FARIA, João Roberto. *Teatro de Aluísio Azevedo e Emílio Rouède*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 159 – 277.
- AZEVEDO, Arthur de. *A Capital Federal*. Rio de Janeiro: Letras e Artes. 1965 [1897].
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 1999.
- BRAGA, C.M. *Teatro brasileiro na República Velha – Reflexões sobre a dramaturgia brasileira (1889 – 1930)*. Tese de Doutorado. ECA/USP, 1999.
- BRANDÃO, C. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- BYBEE, J & FLEISCHMAN, S. “Modality in Grammar and Discourse – An Introductory Essay”. In: *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995
- BYBEE, J, PAGLIUCA, W & PERKINS, R. *The Evolution of Grammar Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- “Back To The Future”. In: TRAUGOTT, E., HEINE, B. *Approaches To Grammaticalization – Focus On Types Of Grammatical Markers*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- CACCIAGLIA, M. *Pequena história do teatro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1986.
- CAFEZEIRO, E., GADELHA, C. *História do teatro brasileiro – De Anchieta a Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – Funarte, 1996.
- CASTILHO, A. T. *Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Lingüística Histórica*. Inédito, 2006
- CINTRA, L. L. *Sobre ‘formas de tratamento’ da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1972.
- COELHO NETTO, Henrique Maximiano. *O Patinho Torto ou Os mistérios do sexo*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Ministério da Educação e Cultura, 1973 [1931].
- CUNHA, M. A. F. da, OLIVEIRA M. R. de, & MARTELOTA, M. E. *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003
- DIAS, A. E. da S. *Syntaxe historica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 2ª ed, 1933.

- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar – Part I: The Structure of the Clause*. Dordrecht: Foris Publications Holland, 1989.
- FARACO, C. A. *Considerações sobre a sentença imperativa no Português do Brasil*. In: D.E.L.T.A., vol. 2, nº1, pp. 1 – 15, 1986.
- FARIA, J. R. *O Teatro na estante*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- FIGUEIREDO, C. *Gramática sintética da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916.
- FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José da. “O tipo brasileiro”. In: *O teatro de França Júnior*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Ministério da Educação e Cultura, Funarte, 1980 [1872], pp. 135 – 155.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985/ 1994.
- HARE, R. M. *A linguagem da moral*. Trad.: FERREIRA, E. P. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F.. *Grammaticalization – A Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HUMBOLDT, W. *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*. Barcelona: Anthropos. Tradução: Ana Agid, 1836/ 1990, pp. 59 – 72.
- ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato Miguel. “O verbo”. In: ILARI, Rodolfo & NEVES, Maria H. de M. (orgs.). *Gramática do Português Brasileiro Culto* (no prelo).
- LABOV, W. *Sociolingüistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972, *apud*. SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística. Teoría y Análisis*. Madrid: Editorial Alhambra, 1989.
- , *Principles of Linguistic Change – Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.
- LAVANDERA, B. R. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.
- LIMA-HERNADES, M. C. & SPAZIANI, L. *Modo imperativo em cartas brasileiras: um caso de variação*. (Trabalho apresentado no XIII Congresso da ALFAL - São José da Costa Rica), 2002.
- LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem – Um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- LYONS, J. *Semântica*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MAGALDI, S. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 1999.
- *Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- MARCOS, Plínio. *O abajur lilás*. São Paulo: Global, 1975 [1969].
- MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PAREDES SILVA, V. L. *et alii* “Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo”, in: *Gragoatá*, 9, 115-123. Niterói: EdUFF, 2000.
- PEREIRA JÚNIOR, L. C. *Com a Língua de Fora*. São Paulo, Angra, 2002.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PRADO, D. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1999.
- RIO, João do. “Que pena ser só ladrão...”. In: *Teatro de João do Rio*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1905], pp. 173 – 206.
- ROCHA LIMA, C. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio. 31ª ed, 1992.
- RODRIGUES, Nelson. *Bonitinha, mas ordinária*. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1962].
- SAID ALI, M.. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1964.
- SCHERRE, M. M. P. *et al.* “Phonic Parallelism: Evidence from the Imperative Form in Brazilian Portuguese”. In: PARADIS, C., VICENT, D., DESHAIES, D., LAFOREST, M. (eds). *Papers in Sociolinguistics*. Quebec: Éditions Notable, 1998, pp. 63 – 72.
- *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil*. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, 2000, pp.1333-1347.
- “Norma e uso – o imperativo no português brasileiro”. In: DIETRICH, W. & NOLL, V. (Orgs.) *O Português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual*. Lingüística lusobrasileira, Vervuert / Iberoamericana. 2004. p.231-260.
- SEARLE, J. *Os actos de fala – Um ensaio de filosofia da linguagem*. Trad.: VOGT, Carlos. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- SOUSA, J. B. *Dicionário de teatro português*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1908.

- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Trad.: ILARI, R. São Paulo: Contexto, 2004.
- VASQUES, Francisco Correa. “Orfeu na roça”. In: FERREIRA, Procópio. *O ator Vasques*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Seac, Funarte, Serviço Nacional de Teatro, 1979 [1868], pp. 166 – 210.
- VIANNA, Oduvaldo. “Terra Natal”. In: MADEIRA, Wagner Martins. *Formas de teatro de comédia: a obra de Oduvaldo Vianna*. Doutorado (FFLCH), 2003, pp. 491 – 522.
- WEINREICH, U, LABOV, W. & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].